Diário de Lisboa

CÉU ENCOBERTO

FUNDADOR JOAQUIM MANSO DIRECTOR: A. RUELLA RAMOS

TERÇA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 1974 N.º 18444 — ANO 54.º — PREÇO 2$50

A CAMINHO DA DEMOCRACIA

A Junta pede: serenidade no 1.º de Maio

Pela Junta de Salvação Nacional foi tornado público o seguinte comunicado, relativo às manifestações públicas marcadas para amanhã à tarde:

1 — A Junta de Salvação Nacional reconhece aos trabalhadores portugueses o dia 1 de Maio como o da sua festa maior e, para tal, decretou que seja feriado nacional.

2 — A J.S.N. declarou já pretender a restauração de um ambiente de concórdia nacional onde cada um dos portugueses sinta verdadeiramente o direito à expressão livre da sua opinião. Tal ambiente de concórdia nacional exige o reconhecimento de um pluralismo de ideias, em uma nação que a todos pertença.

3 — Entende a J.S.N. que a conquista das liberdades fundamentais é obra de cada um e de todos nós. Não podem as Forças Armadas oferecer aos cidadãos mais do que as condições necessárias para a conquista dessas liberdades fundamentais, na ordem e no respeito pela propriedade alheia e pelos direitos dos outros. A defesa das liberdades fundamentais resulta pois, no momento, como uma tarefa urgente de cada um dos cidadãos. E não é com destruições dos bens materiais que se consolidam as liberdades que o povo já soube conquistar.

4 — O povo português, que desde a primeira hora tão bem soube interpretar o Movimento das Forças Armadas dando-lhe inequívocas manifestações de apoio na hora mais aguda da luta para derrubar o regime, saberá expressar uma maturidade cívica que os seus inimigos sempre lhe negaram.

5 — Dada a delicadeza da situação presente em que não foi ainda possível controlar alguns elementos que se ocupam da repressão mas que, nas presentes circunstâncias viraram em verdadeiros agentes de agitação, as celebrações do 1 de Maio deverão decorrer na maior liberdade mas com observação da serenidade pública, cuja alteração só pode servir os interesses daqueles que acabaram de ser derrubados pela acção das gloriosas Forças Armadas da Nação.

6 — O civismo de que o povo português vem dando inequívocas provas, terá de conhecer a sua mais elevada expressão durante as celebrações do 1 de Maio.

— Chama-se a atenção do povo português para que entenda a presença dos elementos das Forças Armadas, da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública espalhados pelas ruas de Portugal como o sinal mais evidente, no espírito renovado do Portugal Novo, da garantia que, a J.S.N. quer conferir à manifestação ordeira de regozijo dos trabalhadores portugueses no dia maravilhoso da Festa Nacional do Trabalho.

Serena, alegre e confiadamente o Povo Português ergue os braços e levanta a cabeça a caminho da Democracia e da dignidade.

Prossegue, aceleradamente, a normalização da vida portuguesa. Continuam, assim, a chegar a Lisboa muitos dos que sofriam, em certos casos há dezenas de anos, as dores do exílio. Hoje, ao princípio da tarde, verificou-se o regresso de Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, nome quase lendário do combate contra o fascismo salazarista-marcelista.

Muitos outros nomes de democratas, entre os quais inúmeros jovens, estão igualmente a voltar à Pátria que estremecem e da qual o anterior regime os afastara, na tentativa persistente de transformar o Portugal que é de todos em coutada de apenas alguns.

Amanhã, às 15 e 25, chegará da Argélia ao Aeroporto da Portela o historiador e ensaísta Piteira Santos, ausente desde 1962, após participar no golpe de Beja. Com ele virá a mulher, Maria Stela Correia Ribeiro — e ambos viverão entre os seus compatriotas as alegrias do «Dia do Trabalhador».

Outro exilado que já se encontra entre nós: o investigador Joaquim Barradas de Carvalho. Por outro lado, chega esta noite (22 e 45), por via aérea, o dr. Rui Cabeçadas, antigo candidato a deputado e elemento destacado da «Seara Nova».

SPÍNOLA REUNIU-SE COM A BANCA PRIVADA

Champalimaud: reformas rápidas de natureza económica e financeira

O General António de Spínola, presidente da Junta de Salvação Nacional, reuniu-se ontem à tarde, no Palácio da Cova da Moura, com responsáveis da banca privada portuguesa.

O General Spínola abordou vários aspectos decorrentes da acção do Movimento das Forças Armadas referindo-se especialmente ao papel e responsabilidade que cabem à banca na nova política de desenvolvimento acelerado e dinâmico que a Junta pretende imprimir ao País.

Entretanto, foram citados aspectos da vida económica e financeira nacional, nomeadamente no que respeita à inflação e ao combate que se impõe. dar-lhe.

Depois da exposição que o General António de Spínola fez aos intervenientes na reunião, foi cumprimentado por António Champalimaud, que tornou extensivas as suas felicitações aos restantes membros da Junta de Salvação Nacional e a todos os que estiveram na base da gloriosa arrancada — o «25 de Abril de 1974».

Disse depois que a liberdade que a Junta de Salvação Nacional havia reposto não se podia limitar à expressão da palavra, mas tinha que ser extensiva à banca, à indústria e ao comércio, para que os homens do trabalho pudessem, assim, manifestar as virtualidades da iniciativa privada, sem a qual não pode haver verdadeira liberdade.

Desde há muitos anos — afirmou — que, a pretexto de prudência, se havia limitado drasticamente a capacidade de acção dos homens de iniciativa, confundindo-se frequentemente prudência com imobilismo, incapacidade e até, por vezes, incompetência.

E disse ainda António Champalimaud: «Qualquer demora em simplificar o sistema económico, mesmo antes de haver tempo para o reestruturar, levará à perda de oportunidades preciosas, quer no Continente, quer em Africa».

Acrescentou pouco depois: «Não tendo tempo os homens do trabalho e da produção para passarem horas em comícios, impõe-se que a sua

Continua na pág. 20

António Champalimaud saindo do Palácio da Cova da Moura

JÁ FOI ANALISADA PELA JUNTA A POLÍTICA ULTRAMARINA

As questões relativas às províncias ultramarinas portuguesas serão analisadas perante o País em primeira mão pelo general Spínola, no decorrer da conferência de Imprensa que irá dar, talvez ainda esta semana. Frizo, no entanto, que o problema já foi analisado pela Junta de Salvação Nacional» — anunciou esta manhã o major Mariz Fernandes, delegado da J.S.N. na Secretaria de Estado da Informação e Turismo, no decorrer de um encontro com numerosos representantes dos orgãos de Informação nacionais e estrangeiros.

Aquele oficial, que estava rodeado pelos drs. Geraldes Cardoso e Feytor Pinto, respectivamente director-geral da Infor-

Continua na pág. 4

Amanhã, por ser «Dia do Trabalhador» e como, aliás, é habitual, encontram-se encerrados todos os nossos serviços, não se publicando o «Diário de Lisboa».

Edição de 28 páginas

DL/NACIONAL

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DO M.D.P.

ACELERAR O DESMANTELAMENTO DO APARELHO FASCISTA

-prometeu o general Spínola

O Presidente da Junta de Salvação Nacional, General Spínola, prometeu acelarar o processo de desmantelamento do aparelho fascista — segundo foi revelado na conferência de Imprensa que o Movimento Democrático Português deu ontem aos órgãos de Informação, nacionais e estrangeiros, numas instalações provisórias situadas na Avenida Infante Santo, próximo da Cova da Moura, onde anteriormente se verificara uma reunião entre o MDP e a Junta.

Com efeito, a conferência de Imprensa destinava-se a dar conhecimento dos assuntos discutidos com a Junta de Salvação Nacional face a um memorando que, durante os trabalhos do Encontro Nacional do Movimento Democrático, tinha sido ultimado para posterior apresentação à Junta de Salvação Nacional. No mesmo Encontro, para além da eleição de uma comissão central provisória do Movimento Democrático Português, foram também escolhidos os porta-vozes dos dezoito distritos do continente que se iriam encontrar com os representantes dos militares.

D dr. Lino Lima, em virtude de ter presidido à reunião anterior, começou por orientar a conferência, depois de apresentar os que o tinham acompanhado na entrevista com a Junta de Salvação Nacional, e que estavam presentes naquele momento, Neto Brandão, de Aveiro, Pereira de Moura e José Tengarrinha, de Lisboa, Carlos Fraião, de Coimbra, Horácio Guimarães, do Porto e Alvaro Monteiro, de Setúbal.

Esclarecendo que já tinham sido entregues à Junta os três primeiros comunicados do MDP, onde se encontrava o resumo das resoluções que tinham sido tomadas no Encontro Nacional, o dr. Lino Lima frisou que desses comunicados constam os factos mais importantes que aí se passaram, nomeadamente a presença de delegações do Partido Comunista Português, do Partido Socialista Português e de cristãos anti-fascistas.

O encontro com o Presidente da Junta, General António de Spínola, que durou cerca de hora e meia, desenrolou-se dentro de um ambiente cordial, começando aquele por ler o memorando apresentado nesse momento, e, declarando em seguida, que nas suas linhas gerais concordava com o documento, tendo sido aproveitado o tempo restante para um conjunto de precisões e esclarecimentos.

CONSTITUIÇÃO RÁPIDA DE UM GOVERNO PROVISÓRIO

Deste modo foram abordados assuntos como o feriado nacional do 1.º de Maio, que a Junta já proclamara, manifestando o MDP a intenção de realizar naquela data uma grande manifestação de regosijo e como reivindicação dos direitos assenciais dos trabalhadores.

Aproveitou-se a ocasião para se manifestar ao Presidente da Junta a apreensão do MDP pela lentidão como estava a ser desmantelado o aparelho fascista do antigo regime, ao que o General Spínola se mostrou receptivo ao problema, garantindo que iria acelerar esse processo.

Outro ponto considerado importante dizia respeito à constituição rápida de um Governo Provisório, existindo a promessa de que tal se verificaria dentro de três semanas, tal como os jornais já noticiaram.

Um momento da conferência

O MDP considerou este um dos pontos mais importantes da entrevista porquanto a Junta, em relação às posições políticas expressas no memorando, afirmou que não pretendia assumir qualquer atitude e que estas pertenceriam ao Governo Provisório, tanto mais que o Presidente da Junta teria acrescentado que apenas o Governo Provisório, constituído pelas diversas correntes de opinião, poderá criar as condições para eleições livres em Portugal. Declarou ainda que reconhece a vontade da maioria e que nesse sentido, face à defesa dos cidadãos, enviará para Caxias cada agente da PIDE-DGS que seja entregue às Forças Armadas.

O MDP, durante a entrevista, expressou igualmente a sua preocupação quanto ao papel das autarquias locais, que ainda mantêm muita influência a muita força suficiente para tentar impedir o Movimento das Forças Armadas, assim como a posição dos dirigentes dos organismos corporativos, e das Caixas de Previdência e os delegados do INTP, em iguais circunstâncias.

DESACORDO

No entanto, o MDP manifestou o seu desacordo com as posições defendidas pelo Presidente da Junta no que diz respeito ao problema colonial, e foi precisamente este assunto que mereceu maior atenção por parte dos jornalistas estrangeiros presentes, que continuamente incidiram as suas perguntas para este campo.

A esse respeito o MDP afirmou que a posição do Movimento continua a ser bem definida pelo Congresso Democrático de Aveiro em que os pontos de vista sobre o problema colonial assentam em três pontos: 1) Fim da guerra; 2) Abertura de negociações com os representantes dos Movimentos de Libertação; 3) Reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação.

Apesar disto o problema do Ultramar será resolvido através de uma consulta ao povo português.

Durante a entrevista na Cova da Moura, não foi expressa nenhuma opinião por parte da Junta relativamente à posição do MDP quanto ao problema colonial.

CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS

Quanto a um futuro Governo Provisório o Movimento Democrático, depois de informar que a Junta estava a fazer consultas e que iria prossegui-las com todos os movimentos de opinião representativos, acrescentou que da sua parte não tinha nomes para apresentar e que só perante a circunstâncias concretas decidiria.

Depois de se ter falado em movimentos cívvcos, alguns dos jornalistas presentes perguntaram o que era considerado como tal?

Recordou-se, então, que a Junta garantiu a liberdade de associações e de reunião, tendo em conta que isso é completamente diferente do reconhecimento da representatividade de certos agrupamentos e que na opinião da mesma seria pernicioso para o País uma diversidade de partidos e correntes políticas. Deste modo, embora não tivesse sido definido, os movimentos cívicos seriam os que a Junta considerasse fidedignos de representar uma corrente de opinião ampla e não pequenos grupúsculos.

Um jornalista perguntou então se o Movimento Democrático reparara a rapidez com que a República da Africa do Sul reconhecera a Junta de Salvação Nacional e qual a conclusão que se poderia tirar daí?

No esclarecimento prestado afirmou-se que a Africa do Sul está a procurar colocar-se numa posição para num futuro próximo aproveitar, como anteriormente, os benefícios das colónias portuguesas, além disso o MDP manifesta o seu absoluto desacordo com a política racista daquele país.

No aspecto do Partido Comunista Português desconhecia-se por enquanto qual a posição da Junta de Salvação Nacional, muito embora o MDP exija que todas as correntes de opinião possam estar representadas. Foi ainda referido que é aos povos das colónias que pertence decidir quais são os seus representantes, pelo que o MDP não dá preferência no reconhecimento a certos Movimentos de Libertação, já que todos os grupos que lutam pela independência dos povos africanos devem ser considerados.

No final da conferência de Impensa, um jornalista espanhol perguntou aos representantes do MDP presentes:

— **Como se sentem neste primeiro momento de democracia, o que não é muito normal nestas latitudes?**

— **Alegria, tensão e responsabilidade.** — foi a resposta, com uma frase de encorajamento — **Neste momento não nos podemos deixar de lembrar ao povo espanhol a quem desejamos que resolva rapidamente os seus problemas.**

MEMORANDO DO M.D.P. ENTREGUE À JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

. O Movimento Democrático Português manifesta ao Movimento da Forças Armadas e à Junta de Salvação Nacional por ele constituída o seu reconhecimento pela acção patriótica que derrubou o governo fascista de Marcelo Caetano.

O Movimento Democrático Português considera que o Programa do Movimento das Forças Armadas contém muitos pontos que coincidem com os objectivos do Movimento Democrático Português e correspondem a sentidas aspirações do Povo.

O Movimento Democrático Português considera possível e desejável a elaboração de uma plataforma comum de todos os patriotas civis ou fardados.

O Movimento Democrático Português considera que a sua cooperação com o Movimento das Forças Armadas é condição fundamental para a Salvação Nacional, objectivo comum de todos os patriotas que defendem os verdadeiros interesses do Povo Português.

Neste sentido, com a preocupação construtiva de diálogo e acerto de posições, o Movimento Democrático Português considera que:

. a) É imperioso acelerar a adopção de medidas conducentes à institucionalização de um regime democrático;

. b) É indispensável prosseguir e acelerar a desmontagem do regime fascista.

Assim, propõe:

. 1 - A constituição imediata do Governo Provisório Civil previsto no Programa, iniciando-se desde já para o efeito conversações entre a Junta de Salvação Nacional e os grupos políticos organizados e representativos, nomeadamente o Movimento Democrático Português, o Partido Comunista Português, o Partido Socialista Português e os cristãos antifascistas;

. 2 - Que a liberdade de Associação se concretize imediatamente no livro funcionamento dos partidos políticos e agrupamentos existentes, nomeadamente o Movimento Democrático Português, o Partido Comunista Português, o Partido Socialista Português e os cristãos antifascistas;

. 3 - No intuito de impedir que as forças reaccionárias pratiquem crimes contra a sociedade democrática que se deseja instaurar e cometam atentados contra a segurança do Povo Português, deseja-se:

. 3.1. A privação imediata da liberdade do ex-presidente da República, do ex-presidente do Conselho de Ministros;

. 3.2. A privação imidiata de liberdade de todos os agentes da PIDE/DGS;

. 3.3. A apreensão de todo o material bélico da PIDE/DGS, Legião Portuguesa e Defesa Civil do Território existente nas respectivas instalações ou esconderijos ou ainda na posse ou domicílio dos agentes;

3.4. A ocupação de todas as instalações da PIDE/DGS, LP, Brigada Naval, Defesa Civil do Território, Mocidade Portuguesa, Centros de Juventude e ANP e sua entrega às forças democráticas;

. 3.5. Retirada de todo o material bélico da GNR e da PSP que ultrapasse o estritamente necessário para a função de policiamento.

4 - Para evitar que a Administração distrital e concelhia continue, com evidente desagrado das populações, nas mãos de serventuários do antigo regime, deseja-se que:

. 4.1. Sejam destituídos os Governadores Civis substitutos;

. 4.2. Sejam destituídos imediatamente todos os indivíduos investidos de poderes locais pelo fascismo (nomeadamente municípios e freguesias), sendo substituídos por elementos da confiança do povo.

5 - A fim de impedir pressões reaccionárias e pôr desde já cobro a situações de imoralidade, deve-se:

. 5.1. Demitir imediatamente todos os Delegados e Subdelegados do INTP, Presidentes da Caixas de Previdência e outros organismos idênticos;

. 5.2. Afastar todos os funcionários que ocupam cargos públicos por nomeação ministerial motivada por razões políticas;

. 5.3. Demitir todos os Delegados do Governo junto de empresas públicas ou privadas.

6 - Para prevenir toda a adulteração da opinião pública e impedir agressões ideológicas, deseja-se:

. 6.1. A demissão imediata dos directores da TV, EN, ANI, Agência Lusitânia e Jornal Época;

. 6.2 Que o preenchimento desses cargos seja efectuado com a colaboração das forças democráticas.

7 - Sendo afrontoso para o Movimento das Forças Armadas, Junta de Salvação Nacional e o Povo Português que os responsáveis pela situação a que o País chegou, não respondam pelos graves delitos cometidos, é imperioso que:

. 7.1. A Junta de Salvação Nacional, assistida por uma Comissão de Juristas Democratas, defina os princípios por que hão-de julgar-se esses delitos;

. 7.2. Sejam instaurados processos a quantos lesaram o País, desrespeitaram os direitos dos cidadãos e se serviram do poder, autoridade, influência económica ou política para benefício próprio, nomeadamente ex-membros de governo;

. 7.3. Para tanto seja nomeada uma Comissão de Inquérito, «ad hoc», constituída por juristas de reconhecida probidade, competência e isenção.

8 - Tendo sido razões de ordem política que determinaram o êxodo para o estrangeiro de milhares de jovens em idade militar, incorporados ou não nas Forças Armadas, julga-se indispensável que se lhes permita também o livre e imediato regresso ao País.

O decreto que extingue a PIDE/DGS, a Legião e a Mocidade Portuguesa

. «Tendo a Junta de Salvação Nacional assumido os poderes legislativos que competem ao Governo, decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1:

1 — É extinta a Direcção-Geral de Segurança, criada pelo Decreto-Lei n.º 49 401, de 24 de Novembro de 1969.

2 — No Ultramar, depois de saneada, reorganizar-se-á em polícia de informação militar, nas províncias em que as operações militares o exigirem.

Artigo 2:

É extinta a Legião Portuguesa, criada pelo Decreto-Lei N.º 27 058, de 30 de Setembro de 1936.

Artigo 3:

São extintas a Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina, criadas pela Lei n.º 1941, de 11 de Abril de 1936, e actualizadas pelo Decreto-Lei n.º 486/71, de 8 de Novembro.

Artigo 4:

É extinto o Secretariado para a Juventude, criado pelo Decreto-Lei n.º 446/71, de 25 de Outubro.

Artigo 5:

Ficarão na dependência das Forças Armadas e à sua custódia todo o material mecânico, veículos, armamento e munições, mobiliário, livros, papéis de escrituração, documentos e demais elementos afectos à extinta Direcção-Geral de Segurança.

Artigo 6:

Passam a ser atribuições da Polícia Judiciária as seguintes:

a) Efectuar a investigação dos crimes contra a segurança interior e exterior do Estado, procedendo à instrução preparatória dos respectivos processos.,

b) Realizar a instrução preparatória relativamente às informações do regime legal de passagem das fronteiras e de entrada e permanência de estrangeiros em território nacional.

Artigo 7:

Enquanto não for criado serviço próprio passa a ser atribuição da Guarda Fiscal vigiar e fiscalizar as fronteiras terrestres, marítimas e aéreas.

Artigo 8:

Este diploma entra imediatamente em vigor».

OS ESTUDANTES DE MOÇAMBIQUE CONTRA POSSIVEIS GOLPES DA EXTREMA DIREITA

Os estudantes universitários de Moçambique distribuiram à população de Lourenço Marques o seguinte comunicado:

«Considerando a alteração da situação política em Moçambique provocado pelo golpe de Estado do Movimento das Forças Armadas realizou-se nas instalações da Associação Académica de Moçambique, no dia 27 de Abril, uma reunião com mais de duas centenas de estudantes universitários tendo sido aprovado, por maioria, um comunicado cujos pontos funcionarão como base de uma proposta de discussão para uma assembleia magna da Universidade, a realizar brevemente.

São os seguintes os referidos pontos:

Quanto à situação política geral:

1 — Reconhecimento e aderência às medidas tomadas pelo Movimento das Forças Armadas para derrubar o anterior regime colonial fascista de Marcelo Caetano.

2 — Exprimir a necessidade da resolução urgente dos graves problemas coloniais que Moçambique atravessa.

3 — Apelo às facções mais progressistas das Forças Armadas portuguesas, para que sufoquem quaisquer tentativas das facções reaccionárias fascistas no sentido de uma declaração unilateral de independência do tipo rodesiano.

4 — Medidas militares e diplomáticas com o objectivo de impedir ingerência de países estrangeiros particularmente interessados naquele tipo de independência.

5 — Liberdade de informação, reunião, expressão e associação.

6 — Libertação imediata dos presos políticos.

7 — Aplicação da Convenção de Genebra aos guerrilheiros presos.

8 — Abolição das medidas de segurança administrativas.

9 — Saneamento dos quadros da Administração Pública.

10 — Atribuição de responsabilidades pela gestão financeira de Moçambique aos governantes demitidos.

«No que respeita à Universidade de Lourenço Marques, serão apresentadas as seguintes propostas à assembleia magna:

1 — Desmobilização imediata dos elementos estudantis compulsivamente incorporados no Exército.

2 — Demissão imediata do reitor, director de faculdades e demais quadros que estejam directamente comprometidos com o regime colonial fascista.

3 — Abolição imediata de todas as medidas restritivas e repressivas dentro da Universidade.

4 — Arquivo definitivo de todos os processos disciplinares instaurados aos estudantes universitários pela Reitoria e pelo Senado Universitário.

5 — Liberdade de informação, reunião, expressão e associação.

6 — Extinção imediata do «Círculo Universitário» e abertura de um inquérito às suas actividades.

7 — Suspensão das datas das frequências e dos exames face à premência de uma análise, discussão e consequente tomada de posição face aos acontecimentos.

Na reunião foi aprovada a divulgação do comunicado à população da Universidade de Lourenço Marques e a todos os estudantes, tendo ainda sido decidido fazer um apelo especial aos estudantes dos liceus, escolas técnicas e institutos, no sentido de analisarem a situação em Moçambique».

Comissão administrativa para a Radiotelevisão

. *Um comunicado da Junta de Salvação Nacional:*

. «Assumiu hoje, dia 29, as funções uma comissão administrativa da Radiotelevisão Portuguesa, com carácter transitório directamente dependente da Junta de Salvação Nacional, a fim de assegurar a regularidade da sua administração e o seguimento exacto dos princípios estabelecidos no Programa do Movimento das Forças Armadas.

Esta comissão administrativa, que exercerá as funções sem remuneração específica, é constituída por: capitão-de-fragata Guilherme George Conceição Silva; tenente-coronel Manuel da Costa Braz e major da Força Aérea João Gregório Duarte Ferreira.»

A Sociedade de Autores apoia a Junta

A Sociedade Portuguesa de Autores, aderindo inteiramente, ao Movimento das Forças Armadas, enviou, no dia 26, ao general Spínola o seguinte telegrama, assinado pelo seu presidente Luiz Francisco Rebelo: «A Sociedade Portuguesa de Autores manifesta o seu júbilo pelo triunfo do Movimento das Forças Armadas que entre outros patrióticos objectivos nos garante a liberdade de expressão e pensamento indispensável à actividade criadora dos autores e ao enriquecimento do património cultural da Nação».

O conselho director da S. P. A. resolveu, também, encerrar todos os serviços até ao dia 1 de Maio.

ESCRITORES PORTUGUESES SAÚDAM A JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

Foi enviado ao general António de Spínola, presidente da Junta de Salvação Nacional, um telegrama de saudação pela «supressão da censura e restabelecimento das liberdades cívicas», assinado pelos seguintes escritores: Alexandre O'Neil; António H. Oliveira Marques; Armando Ventura Ferreira; Armindo Rodrigues; Baptista Bastos; Branca de Melo; César de Oliveira; David Mourão Ferreira; Dórdio Guimarães; Eduardo do Prado Coelho; Fausto Lopo de Carvalho; Fernanda Botelho; Herberto Helder; Jacinto Baptista; Jacinto Prado Coelho; João Gaspar Simões; José Carlos Ary dos Santos; José de Freitas; José Lima de Freitas; José Palla e Carmo; Lauro António; Luís Francisco Rebelo; Maria Ondina Braga; Mário Braga; Mário Cesariny; Mário Henrique Leiria; Natália Correia; Olga Gonçalves; Raúl de Carvalho; Rogério de Freitas; Romeu de Melo; Tomaz Ribas; Virgílio Ferreira.

INSTRUÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL SOBRE OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE MOEDA ESTRANGEIRA

O Banco de Portugal transmitiu às instituições de crédito as seguintes instruções a observar nas operações de compra e venda de moeda estrangeira:

«As instituições de crédito autorizadas a exercer o comércio de câmbios no continente e ilhas adjacentes deverão continuar, nas operações de compra e de venda de moeda estrangeira, a cumprir rigorosamente as disposições da regulamentação cambial em vigor, observando, no entanto, o seguinte:

a) Nas operações de mercadorias

As referidas instituições de crédito somente poderão efectuar, sem prévia autorização do Banco de Portugal, compras ou vendas de moeda estrangeira de importância superior a Esc. 25 000$00, mediante a apresentação do exemplar «C» do respectivo boletim de registo prévio, desde que:

I) seja feita prova de que já tenha sido efectuado o despacho da mercadoria ou que esta se encontre na alfândega, aguardando despacho ou entrada em armazém alfandegado;

II) o pagamento seja efectuado contra documento de embarque;

III) as operações sejam efectuadas ao abrigo de créditos documentários.

Os casos não compreendidos nas anteriores alíneas deverão ser submetidos à autorização especial e prévia do Banco de Portugal.

b) Nas operações de invisíveis correntes

As operações de invisíveis correntes, qualquer que seja a sua natureza ou o seu quantitativo, deverão ser submetidas à autorização especial e prévia do Banco de Portugal.

c) Nas operações de capitais privados

As operações de capitais privados qualquer que seja a sua natureza ou o seu quantitativo somente podem ser efectuadas mediante a apresentação do exemplar «C» do respectivo boletim de autorização e de conformidade com o esquema de liquidações que houver sido autorizado pelo Banco de Portugal.»

GRÂNDOLA SUPRIME NOMES DE FASCISTAS NAS SUAS ARTÉRIAS

GRÂNDOLA, 30 — Promovida pela C.D.E. deste concelho, efectuou-se nesta vila uma vibrante manifestação pela queda do regime fascista, tendo o povo saído à rua, empunhando cartazes alusivos à libertação do País.

Cinco mil pessoas percorreram as artérias gritando, «Vitória, vitória». O povo unido jamais será vencido». Assim, por vontade do povo, a placa do jardim principal foi substituída, passando este a denominar-se «Jardim 1.º de Maio». O mesmo aconteceu à Rua com o nome do fascista Salazar, que foi alterada para Rua José Afonso.

O delírio atingiu o auge com a chegada a Grândola da caravana da C.D.E. de Setúbal constituída por centenas de automóveis que trouxeram democratas de todas as terras do distrito para confraternizarem nesta primeira manifestação espontânea realizada na «Vila Morena».

No largo da feira efectuou-se, acto contínuo, o primeiro comício popular. Vários oradores referiram-se, com exaltação, ao momento histórico que se vivia e anunciaram o programa do trabalho a levar a efeito no País novo: A C.D.E. concelhia anunciou a abertura de uma sede, tendo à noite reunido e deliberado distribuir um comunicado à população, onde se anunciam os princípios fundamentais da política a seguir, como sejam:

. a) Abertura da Sede da C.D.E. local; b) inscrições (a partir deste momento) de todos os democratas grandolenses, que pretendam pertencer ao Movimento Democrático C.D.E.); c) constituição de «Comissões de Freguesia», «Comissões de Trabalhadores», «Comissões de Mulheres» e «comissões de Jovens», que estudarão os problemas que lhes dizem respeito e procurarão as soluções adequadas dentro da linha política da C.D.E.; d) participação dos democratas nas direcções das colectividades locais; e) exame crítico da administração municipal e reuniões amplas, o mais breve possível, com a participação de todos os democratas incluídos na C.D.E.; f) e análise da administração das freguesias e reuniões com a população das respectivas autarquias.

A F.P.L.N. APOIA O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

ARGEL, 30 — (F.P.) — A «Frente Patriótica de Libertação Nacional» de Portugal (F.P.L.N.) «proclama o seu apoio ao «Movimento Cívico e Patriótico das Forças Armadas» que tomou o poder em Portugal.

«Os sentimentos inspirados pela Acção Revolucionária da F.P.L.N. são idênticos aos que levaram o Movimento das Forças Armadas a derrubar pela força um regime que se mantinha no Poder à força», declara a F.P.L.N. num mensagem dirigida à Junta e publicada hoje em Argel.

A F.P.L.N. considera que «tem possibilidade de suspender as suas actividades clandestinas e manifesta a sua intenção de apoiar fraternalmente os camaradas do Movimento das Forças Armadas na realização dos objectivos do Programa de Salvação Nacional».

A F.P.L.N. declara que «declina qualquer responsabilidade em acções que possam comprometer o desenvolvimento democrático da participação popular no processo em curso e condena toda a provocação, venha donde vier».

Por outro lado, a F.P.L.N. de Portugal pede para «todas as forças democráticas dos países ocidentais manifestarem a sua solidariedade com o Movimento das Forças Armadas e com o Movimento Popular Português e para exigirem dos seus governos o reconhecimento imediato da Junta de Salvação Nacional».

DL/NACIONAL

«O POVO NÃO CONSENTIRÁ O REGRESSO AO FASCISMO»

— AFIRMA A CDE DE LISBOA

A comissão executiva do Movimento CDE de Lisboa distribuiu o seguinte manifesto:

Pela primeira vez de há quase meio século até hoje, os trabalhadores poderão livremente festejar o 1.º de Maio.

A data que todo o mundo adoptou para grandes jornadas comemorativas da luta dos trabalhadores pela sua emancipação constitui por si só um estandarte que o Povo Português jamais entregou ao fascismo. Neste ano de 1974, porém, pode desfraldá-lo livremente! A conquista desta vitória seria só por si suficiente para que fizessemos deste 1.º de Maio a festa da nossa liberdade.

Vai porém mais além ainda o significado da comemoração deste Dia dos Trabalhadores. Desalojado do Poder há uma semana o fascismo não desarmará para reconquistar os postos de onde dirigia a exploração de todo um Povo. E assim necessário defender as liberdades conquistadas — e tal defesa só o povo a poderá fazer. Só com um forte apoio popular fortaleceremos o que o Movimento das Forças Armadas iniciou.

E por isso que este 1.º de Maio será também uma jornada de luta. Não de luta aberta, pois o inimigo esconde-se agora preparando talvez na sombra a desforra. Mas a esse inimigo terá de ficar bem claro que o Povo Português não consentirá o regresso do fascismo: que para isso se organiza, que para isso cerra ombros, que para isso trabalha.

Este 1.º de Maio será demonstração da força da unidade, da força da organização, da força das massas. Será demonstração de que as forças democráticas e os sindicatos libertados são a real expressão do nosso povo.

Uma grande manifestação no 1.º de Maio provará que o Povo Português se ergue unido, organizado e resoluto na defesa da sua liberdade.

De uma grande manifestação no 1.º de Maio ficará a certeza que o Povo tem a força e decisão suficiente para impedir que o fascismo volte a dominar Portugal.

O Movimento CDE de Lisboa associa-se assim à convocação feita pelos Sindicatos que os trabalhadores fizeram seus para uma grande concentração às 15 horas de amanhã na Alameda D. Afonso Henriques e exorta todos os seus activistas e simpatizantes a organizarem nas suas bases concentrações que, em sólidas e estruturadas colunas, se dirijam à grande concentração da Alameda.

O Movimento CDE de Lisboa apela para o elevado espírito de organização dos seus activistas para que possa ser assegurada a unidade e disciplina da manifestação, respeitando as indicações dos serviços de ordem montados pelas organizações sindicais.

Um Povo que unido e organizado assinala o início de um Portugal novo.

o 1.º de Maio de 1974 será a prova de que o fascismo não destruiu um Povo!

Um Povo que agora unido jamais será vencido.

Um Povo unido e organizado assinala o início de um Portugal novo.

TODOS AO 1.º DE MAIO!
VIVA PORTUGAL LIVRE!

A PIDE/DGS em nũmeros

..Apresentemos em seguida alguns números relativos à extinta PIDE/DGS. Tudo leva a crer que estes números se referem apenas à zona de Lisboa e não incluem os informadores. Esta extinta instituição tinha como director-geral Fernando Eduardo da Silva Pais; como subdirector-geral, Agostinho Barbieri de Figueiredo B. Cardoso; e inspector superior, Rogério Morais Coelho Dias.

Directores de serviço eram sete; inspectores-adjuntos - 15; inspectores - 46; subinspectores de segurança - 41; chefes de brigada - 158. Apenas uma chefe de brigada feminino.

Agentes de 1.ª classe eram 514; agentes femininos de 1.ª classe - 10; agentes de 2.ª classe - 807. (Este foi o número mais significativo que encontrámos na lista). Agentes femininos de 2.ª classe - 11; agentes motoristas - 46; chefes radiomontadores - 9; radiotelegrafistas de 1.ª classe - 33; radiotelegrafistas de 2.ª classe - 68; fotógrafos mensuradores - 5; ajudante mensurador apenas 1.

Os quadros da extinta PIDE/DGS compreendiam também 10 chefes de secção; 1 tesoureiro; 20 primeiros-oficiais; 36 segundos-oficiais; 63 terceiros-oficiais; 89 escriturários de 1.ª classe; 72 guardas prisionais; 12 guardas prisionais femininos; 181 escriturários de 2.ª classe; 3 contínuos de 1.ª classe; 4 ajudantes de motorista; 7 contínuos de 2.ª classe; 7 serventes; e 7 do quadro especial feminino de 2.ª classe.

De todos estes elementos da PIDE/DGS apenas **um** havia pedido licença ilimitada. Todos os outros se encontravam em plena actividade.

De salientar que **estes** quadros haviam sido recentemente remodelados, pois a maior parte deles têm muito poucos anos de serviço.

Há, no entanto, alguns casos de verdadeira antiguidade na **«profissão»**. Os casos de **mais** anos no **trabalho** situam-se exactamente nos agentes de 1.ª classe. Um deles tem mesmo 27 anos de **«casa»**; 3 com 22 anos; 2 com 21 anos; e três com 19.

«Antiguidade» que bem merecia reforma. Tiveram-na agora...

JÁ FOI ANALISADA PELA JUNTA A POLÍTICA ULTRAMARINA

Continuação da pág. 1

mação e director dos Serviços de Informação na vigência do Governo derrubado — «Estamos apenas a dar apoio técnico, como funcionários civis», esclareceria o dr. Feytor Pinto —, informou os jornalistas que nenhum dos membros da Junta de Salvação Nacional, incluíndo o general Spínola, poderá dar qualquer entrevista nos tempos mais próximos, dadas as suas inúmeras tarefas. Anunciou igualmente o major Mariz Fernandes que o general Spínola recebe hoje representantes dos Sindicatos, após ter conferenciado ontem com dirigentes do Partido Comunista Português.

OS CAIXEIROS SAÚDAM AS FORÇAS ARMADAS

Os caixeiros do distrito de Lisboa dirigiram o seguinte telegrama às Forças Armadas:

«Trabalhadores caixeiros reunidos seu Sindicato dirigem suas mais vivas saudações e apoio todas Forças Armadas, dispondo-se lutar incondicionalmente pela democracia e melhor vida para todo Povo Português».

JÁ SE ENCONTRAM NO FUNCHAL GERTRUDES, NATÁLIA E ANA MARIA

D. Gertrudes e sua filha D. Natália partiram ontem de avião para o Funchal, a fim de se juntarem ao marido e pai, almirante Américo Thomaz, que ali se encontra após o golpe militar de 25 de Abril.

No mesmo avião, partiu também Ana Maria Caetano, filha do ex-presidente do Conselho.

Pides fogem para Espanha

ORENSE, 30 — (F.P.) — Dois membros da DGS portuguesa do regime derrubado de Marcello Caetano, passaram na segunda-feira a fronteira de Portugal e apresentaram-se às autoridades espanholas no posto da guarda civil de Verin.

Não se conseguiu averiguar se os dois homens, que almoçaram na sede do comando, pediram ou não asilo político. Em Espanha não existe semelhante direito.

Os dois indivíduos — um deles chama-se Pablo António Osório e o outro não tem documentos — alojaram-se num hotel desta cidade.

CINCO ORGANIZAÇÕES FASCISTAS OCUPADAS POR DEMOCRATAS DO PORTO

Durante a manhã de ontem foram ocupadas no Porto, por jovens democratas, estudantes e trabalhadores, as sedes das seguintes organizações extintas pela Junta de Salvação Nacional:

Centro Universitário do Porto, Centro Desportivo Universitário do Porto, Secretariado para a Juventude, Mocidade Portuguesa Feminina e Mocidade Portuguesa Masculina.

Tudo correu ordeiramente.

SINDICATO DOS SEGUROS

O Sindicato dos Profissionais de Seguros do Distrito de Lisboa convocou uma reunião magna de sócios na respectiva sede (Largo do Intendente Pina Manique, 35, 1.º), hoje, às 21 horas, para «análise do momento verdadeiramente histórico que agora vivemos».

Movimento de apoio às Forças Armadas propõe Sá Carneiro

O dr. Francisco Sá Carneiro, deputado à Assembleia Nacional na penúltima legislatura, advogado no Porto e membro destacado do chamado «grupo liberal», propôs ontem, numa entrevista à Radiotelevisão Portuguesa, a constituição de um movimento nacional de apoio às Forças Armadas.

Previu que este movimento se transformará, no futuro, uma vez institucionalizado o regime parlamentar, num grande partido centrista. Previu, também, a constituição de um partido conservador e de diferentes partidos de esquerda.

O dr. Sá Carneiro, que é também um dos principais animadores da SEDES, insistiu na necessidade do País regressar rapidamente à normalidade, a fim de se assegurar a resolução dos graves problemas económicos legados pelo Governo de Marcello Caetano, o que exigirá a ordem nas ruas e a disciplina no trabalho.

Quanto ao problema colonial, afirmou que a sua resolução não poderá ser feita de um dia para o outro, será lenta. Entretanto, as Forças Armadas terão de continuar a assegurar a defesa dos territórios coloniais.

Segundo sabemos, existem presentemente duas tendências na SEDES: uma proõe a integração da SEDES no Partido Socialista, a outra preconiza o lançamento de um movimento centrista, liberal.

A POLÍCIA MILITAR AJUDOU A DESTITUIR NO PORTO AS DIRECÇÕES DOS SINDICATOS DOS OURIVES E DOS CAIXEIROS

As antigas Direcções do Sindicato dos Ourives e do Sindirato dos Caixeiros, a exemplo do que vem sucedendo por espontânea acção da classe trabalhadora em diversos pontos do País, acabam de se destituídas após intervenção de numeroso grupo de sócios.

Em ambos os organismos foi eleita uma Comissão Provisória para proceder a eleições livres.

A Polícia Militar auxiliou os cidadãos naquelas duas intervenções.

SPÍNOLA RECEBE OS DIRECTORES DOS SINDICATOS

O presidente da Junta de Salvação Nacional, general Spínola, recebe hoje, pelas 19,30 horas, todos os representantes dos sindicatos.

1.º DE MAIO

APELO DO PARTIDO SOCIALISTA

Do Conselho Directivo do Partido Socialista recebemos o seguinte comunicado relativo às comemorações do 1.º de Maio, festa dos trabalhadores: «Os trabalhadores de todo o mundo comemoram desde 1886 o 1.º de Maio direito que o fascismo sempre e violentamente recusou aos portugueses.

Pela primeira vez desde há quase meio século, os trabalhadores portugueses vão manifestar a sua alegria e a sua vontade firme de consolidar a libertação definitiva do povo português das cadeias do fascismo.

O Partido Socialista apoia a manifestação organizada pelos sindicatos e convoca todos os socialistas e participarem em massa.

Os socialistas deverão manifestar-se civicamente o repudiar todas as possíveis tentativas de agitação e provocação que a extrema direita venha promover.

Que todos os socialistas participem na grande manifestação do 1.º de Maio!

Viva a Democracia Socialista!

Viva o 1.º de Maio!

Vivam os trabalhadores portugueses!

TODOS AO 1.º DE MAIO»

Apoio incondicional da Associação de Atletismo de Lisboa

Nesta hora de liberdade e euforia são inúmeras as manifestações que se sucedem por todo o País. Deste modo, através de um telegrama enviado ontem à Junta de Salvação Nacional, a Associação de Atletismo de Lisboa manifestou o seu inteíro apoio com a seguinte mensagem:

«A Direcção da Associação de Atletismo de Lisboa na sua primeira reunião após o 25 de Abril resolveu por unanimidade saudar a Junta de Salvação Nacional e congratular-se pelas dezenas de atletas desta modalidade que de Norte a Sul do País, incorporados nas Forças Armadas, lutaram ardorosamente pela liberdade tão desejada.

Assim, esta Associação põe-se incondicionalmente à disposição dessa Junta, nomeadamente na cobertura total da juventude da área da sua jurisdição.»

O 1.º de Maio na Marinha Grande

Convocado pelo Sindicato dos Vidreiros e com o apoio do Movimento Democrático, realiza-se amanhã, às 15 horas, na Marinha Grande, uma manifestação comemorativa do 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, à qual se seguirá, às 16 e 30, um plenário, para eleição da comissão concelhia e reestruturação daquele Movimento.

A P.S.P. NO PORTO

PORTO, 30 — Os agentes da P. S. P. desta cidade exercem desde ontem o policiamento das ruas, trabalhando dentro de novos esquemas de actuação.

O capitão Rolo continua à frente da Divisão de Trânsito daquela corporação, e o capitão Braga, comandante da Polícia de Choque deve partir hoje para Angola a fim de cumprir uma comissão de serviço.

Brevemente efectuar-se-á uma reunião de Imprensa com vista a esclarecer alguns pontos pelos quais se orientará a actividade policial do distrito dentro dos princípios definidos pela Junta de Salvação Nacional.

Liga Portuguesa dos Direitos do Homem

A Liga Portuguesa dos Direitos do Homem enviou ao presidente da Junta de Salvação Nacional, general António de Spínola, um telegrama em que apoia inteiramente as declarações das liberdades essenciais expressas pelo Movimento das Forças Armadas.

Assinaram o telegrama, entre outros, o presidente do Directório, Vasco da Gama Fernandes.

Desmentido

A Junta de Salvação Nacional desmente a notícia lublicada no jornal «República» de ontem, em que refere serem elementos da ex-D.G.S. o Inspector da Polícia Judiciária dr. Garcia Domingues e o subinspector Pereira da Graça, que são colaborantes das Forças Armadas em serviço de responsabilidade no Aeroporto de Lisboa.

O PROF. LUÍS GOMES DO BRASIL PARA O PORTO

PORTO, 30 — É esperado nesta cidade, no próximo sábado, devendo chegar ao Aeroporto de Pedras Rubras no avião da manhã, o prof. dr. Rui Luís Gomes, antigo candidato à presidência da República pelo Movimento Nacional Democrático. Aquele professor encontrava-se exilado há longos anos no Brasil.

1.º DE MAIO, FEITA JUSTIÇA! O SEU A SEU DONO

Repetidamente a televisão tem posto os portugueses em guarda contra as manobras da reacção que podem perturbar a manifestação amanhã do *1.º de Maio. Não podemos* — diz — *deixar que os provocadores estraguem a nossa festa. Mais: Os portugueses devem manter-se vigilantes na defesa da democracia.*

Sá Carneiro foi ontem entrevistado pelo telejornal. Os seus pontos de vista serão aqui expostos noutra altura, com mais vagar, pois nos parecem cheios de interesse vários títulos. Quero apenas transcrever uma frase da entrevista, precisamente em referência à grande manifestação. Assim: *Que o povo actue disciplinada e ordeiramente.*

Em primeiro lugar, compreende-se a preocupação da Junta de Salvação Nacional quando recorda, com insistência, os perigos que podem vir da manifestação. Simplesmente, a tónica não se põe na possibilidade de esses perigos partirem do povo, mas dos *provocadores*, dos reaccionários.

Do mesmo mode parece não proceder Francisco Sá Carneiro, certamente mais por deficiência de expressão, quero crer, do que por temer, na realidade, que o povo procure a desordem.

E por que devia procurá-la?

Nos outros primeiros de Maio a desordem, o crime era provocado pela força repressiva e não pelo povo. O povo não é tolo, nem aventureiro, nem se pode dar ao luxo de gauchisterismos afastados da realidade, particularmente quando esses gauchisterismos enfrentam a repressão e não a harmonia ou a indiferença. O povo não tomava a iniciativa da luta porque conhecia a relação de forças: pedras contra metralhadoras não consola mesmo nada.

Claro nos outros primeiros de Maio, desencadeada a repressão, os trabalhadores, os estudantes, os pequenos-burgueses e os intelectuais enfrentavam-na conforme podiam. E lá iam ficando alguns mortos pelo caminho...

Se isto acontecia assim das outras vezes, muito menos poderá acontecer agora. Agora que o Primeiro de Maio lhes foi devolvido. Agora que as armas de 25 de Abril o protegem. Agora que a perspectiva não é de confrontação — mas de festa.

E depois, amigo Sá Carneiro, deixe lá o povo manifestar à vontade por esse país fora. Deixe-o mostrar a sua alegria, a sua vitalidade. Deixe-o à vontade matar a fome do pão que durante 50 anos lhe negaram. Tempos virão de trabalho e organização. Mas que se deixe, agora, que o Povo Português seja dono das ruas de Portugal e saborei a liberdade reconquistada. Então agora sem *pide*, sem Censura, sem prisões, então agora o povo não deve manifestar e cantar?

Amanhã é dia de festa. Viva o 1.º de Maio!

FUNCIONÁRIOS DA EMISSORA NÃO QUEREM A ACTUAL DIRECÇÃO

Inquietos pela continuação, na Emissora Nacional da direcção que serviu da maneira que todo o país sabe o regime fascista deposto pelo Movimento das Forças Armadas, um grupo muito numeroso de funcionários daquela Estação reuniu-se ao princípio da tarde para deliberar sobre as medidas que se impõem no sentido de sanear a Emissora de elementos perniciosos aos objectivos claros da nova situação política.

Canal da crítica

Por MÁRIO CASTRIM

OS ESTUDANTES PERTENCEM AO POVO

Apetece não sair diante da televisão. Ficar ali sentado a ouvir, a ver, a conviver. Ali, sem remorso e sem rancor. Eu ainda sou do tempo (há quantos séculos foi isso? Há quanta pré-História isso foi?) em que nenhuma palavra se ouvia sobre o movimento sindicalista neste País — e a dúvida persistia: ou não havia país, ou não havia operários. Lá de quando em vez, uma referência, a determinadas situações — mas envolvidas no ódio, na infâmia, na piada roez...

Todo este ambiente se modificou. Fala-se da CDE, vemos os seus elementos a ocupar o Palácio da Independência, vimo-los desfilar — e não há uma palavra de ofensa ou de receio. Portugal aparece-nos com uma expressão de ser vivo: o povo nas ruas de Évora, de Coimbra, de Bragança, a vitoriar a libertação do fascismo e a acção do Movimento das Forças Armadas. Mas então, e os *25 Milhões de Portugueses?* o povo e os seus problemas nunca apareciam lá. Bastava a presença do senhor presidente da Câmara, ou do senhor deputado, ou do senhor engenheiro que nos ia falar das maravilhas contidas na história da carochinha dos planos de fomento. Na tarde de ontem, por exemplo, organizou-se uma grande manifestação popular em Santarém. Pena, peninha, pena!, eu a julgar que em Santarém só havia a festa do cavalo e os moços de forcados...

Em todo o caso, a nossa admiração mais profunda para a televisão do pesadelo: num abrir e fechar de olhos, escamoteava um país inteiro. Grande ilusionista, caramba!

Os estudantes, para não ir mais longe. Quando eu um dia me lembrar de fazer uma antologia das palavras e expressões com que foram mimoseados os estudantes portugueses, então se verá, claramente visto, até onde se desceu na intriga e na falsificação.

Agora, tudo começa a modificar-se.

Estamos numa reunião dos estudantes de Direito. O orador: *Os estudantes de Direito saudam todos os soldados, marinheiros, sargentos oficiais que contribuiram decisivamente para o derrubamento da ditadura fascista no dia 25 de Abril, pelo Movimento das Forças Armadas.*

Saudam o Povo Português que, através da sua heroica luta, dando o sangue dos seus melhores filhos, criou as condições que permitiram a vitória alcançada contra o fascismo, pela Liberdade e pela Democracia.

Afirma a sua vontade de levantar uma poderosa barreira ao lado do Povo Português, contra qualquer tentação de reacção que limite as liberdades conquistadas pela acção das forças progressistas.

Viva o Movimento das Forças Armadas!

. . Viva a Unidade Estudantil e do Povo Português!

Isto ouvimos na televisão portuguesa.

Importa sublinhar que, o que está em causa, não é tanto aquilo que se diz como o ambiente de cordialidade que rodeia estas manifestações. Isto prova que é possível dar à televisão portuguesa o seu carácter de... portuguesa.

MALDITO — VAI-TE! E FINALMENTE O MALDITO FOI-SE

Outra nota importante: a recordação de Bernardino Machado e de Jaime Cortesão.

Como se sabe, a televisão deixou passar completamente em claro a morte de Jaime Cortesão. Não apenas a RTP: o Governo estava tão atarefado com as escutas telefónicas e com a censura e com os cães a correr atrás dos estudantes e dos trabalhadores que nem deu pela morte de Jaime Cortesão. No entanto, não deixou de lá mandar uns pidezitos para ver se ainda intimidava aquele cadáver-vivo.

Foi num dia em que os amigos se reuniram para recitar a «Maldição»:

Por ti, pelo teu ódio à
Liberdade,
à Razão e à Verdade,
a tudo o que é viril, Humano
e moço
a fome e o luto apagaram
os lares
e os homens agonizam
aos milhares
no exílio, no hospital, no
calabouço.

Por ti raivoso, abutre,
cujo apetite sôfrego se nutre
de lágrimas, de gritos, de
aflições,
geme nas aspas de tortura
ou baixam em segredo à
sepultura
os mártires, que atiras às
prisões.

A este claro Povo, herói dos
povos,
que deu ao Mundo mundos
novos,
mais estrelas ao Céu, mais
luz ao dia;
a este livre e luminoso Apolo
ata as mãos, os pés e o colo
e encerras numa lôbrega
enxovia

Falas do Céu, como um doutor
no templo,
mas tu, encarnação e vivo
exmplo
da hipocrisia vil dos fariseus,
pelos sagrados laços que
desunes,
pelos teus crimes, até hoje
impunes,
roubas ao mesmo crente a fé
em Deus.

Passas... e mirra a erva nos
caminhos,
as aves, com terror, fogem
dos ninhos,
e, ao ver-te o vulto gélido e
feliño,
mulheres e mães, lembrando
os lastimosos
casos de irmãos, de filhos
e de esposos
bradam, crispadas as mãos:
Assassino! Assassino!

Passas... e até os velhos,
cujos anos
têm costumado a monstros e
tiranos,
dizem, com a boca cheia de
ira e asco:
— Sobre esta Pátria mísera,
que oprimes,
jamais alguém foi réu de tantos
crimes,
Vai-te! Basta de vítimas!
Carrasco!

Passas... e ergue-se, vai de
vale a cerro,
dos hospitais, do fundo das
masmorras
às inóspitas plagas do
desterro,
um coro de ais, de imprecações
de morras.

São multidões que rugem num
só brado:
— Madita a hora em que tu
foste nado!
— Que se malogre tudo quanto
almejas;
— Conturbem-se os teus dias
de aflição;
— Neguem-te as fontes água,
a terra pão
e as estrelas a luz — Maldito
sejas!

Compreende-se assim, por estas e por outras, que o nome de Jaime Cortesão não agradasse muito aos malditos. Que Salazar não o apreciasse...

Ontem, através da reportagem da romagem ao túmulo do sábio e poeta, a televisão começa a pagar a sua dívida de ingratidão. Havemos de tomar esta e outras atitudes como uma séria intenção de criar laços de convivência entre os portugueses. A qual se realizará com tanto mais eficácia quanto mais rápidas forem as medidas de retirar a responsabilidade de chefia a certos nomes que mais gravemente se comprometeram com a fascização da TV.

DL/ESPECTÁCULOS

A censura de espectáculos ocupada pelos profissionais

A censura de espectáculos morreu às mãos de profissionais do cinema, teatro e canção que, durante anos e anos, viram as suas possibilidades de expressão cerceadas por aquela instituição.

Eram onze horas quando um grupo constituído por cerca de uma centena de pessoas, empunhando cartazes com os dizeres «Os profissionais dos espectáculos apoiam as Forças Armadas» e «Por um Portugal livre — Fim à censura dos espectáculos» desceram a rua de S. Pedro de Alcântara, a caminho do edifício da Direcção-Geral dos Espectáculos onde funcionavam os serviços de Inspecção. Predominavam os homens do cinema — realizadores, actores e técnicos, estando o teatro, relativamente ao número de profissionais que trabalham em Lisboa, escassamente representado. O mesmo acontecia, aliás, com o sector da canção, representado por menos de meia dúzia de elementos da «ala progressista».

«Poucos mas fortes», os profissionais dos espectáculos lançaram o grito «A censura acabou», mal pisavam o «hall» do edifício. Daí foi só avançar, escadas acima, ocupando os vários gabinetes e salas onde fizeram ecoar o grito de «Vitória».

Os funcionários, sem opor qualquer resistência, limitaram-se a abrir caminho, à excepção de um, que deu as boas-vindas aos assaltantes.

Cinco minutos depois de entrarem, os cartazes dos profissionais de cinema estavam colocados nas janelas do que era a Inspecção dos Espectáculos. Mais difícil foi hastear ali a bandeira nacional, pois não se encontrava nenhuma, apesar de se tratar de edifício público dependente da S. E. I. T. Em contrapartida, afixada num armário de um dos gabinetes, onde trabalhava um funcionário superior, estava um desenho representando um gorila. «As coisas identificam-se», comentou alguém. Sobre as secretárias, abundavam os «processos de transgressão».

— *Ninguém toca em coisa nenhuma!* — avisou uma voz.

Não era necessário. Os documentos eram espontaneamente guardados nas gavetas. Virão a ser muito úteis para um futuro processo.

— *Tudo o que a gente quer é passar a fazer filmes à vontade* — respondia um realizador.

Contra isso, havia ainda o Instituto Português de Cinema. Mas não por muito tempo. Enquanto se consolidavam as posições de ocupação da censura, afixando cartazes, exigindo à S. E. I. T. uma bandeira nacional, fazendo sair os funcionários da repartição (um deles, velho legionário, sairia acompanhado pelo Exército, no meio de vaias dos populares), uma delegação, constituída por gente do cinema, partia já em direcção do Instituto Português do Cinema.

Em breve este era igualmente ocupado.

Estava tudo consumado. A operação tinha durado apenas um quarto de hora. Cerca do meio-dia, a Junta de Salvação Nacional na Cova da Moura (onde o dr. José Maria Alves se encontrava durante o assalto) era informado de que a censura dos espectáculos tinha caído.

ESI-EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA INDUSTRIAL, SARL

Convocatória da Assembleia Geral

Convoco a assembleia geral ordinaria de «ESI-Equipamentos de Segurança Industrial, S.A.R.L.» sociedade anonima de responsabilidade limitada, com sede na Benedita, concelho de Alcobaça, para reunir no proximo dia dezoito de Maio do corrente ano de mil novecentos e setenta e quatro, pelas onze horas, na sede social, com a seguinte ordem de trabalhos:

A) Discutir, aprovar ou modificar o balanço referente a 31 de Dezembro de 1973, as contas do exercício findo, o relatorio do Conselho de Administração e o parecer do Conselho Fiscal;

B) Proceder à eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal (ou fiscal unico e respectivo suplente) para os anos de 1974 e 1975;

C) Deliberar sobre aquisição e construção de imoveis para novas instalações.

Benedita, 20 de Abril de 1974

O Presidente da Assembleia Geral
(Dr. José Pinheiro Lopes de Almeida)

SINDICATO NACIONAL DOS ELECTRICISTAS DO DISTRITO DE LIBOA

REUNIÃO ÀS 20,30 HORAS DO DIA 30/4/74
NA RUA ANDRADE, 16
(METRO INTENDENTE)

Convocam-se todos os Electricistas para que compareçam à hora e dia acima mencionados com vista a:

— SAUDAÇÕES AO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS
— ANÁLISE DO MOMENTO POLÍTICO ACTUAL E SEUS REFLEXOS NA ACTIVIDADE SINDICAL
— ORIENTAÇÃO FUTURA DA ACTIVIDADE DO SINDICATO

P' CORPOS GERENTES DO S. N. E. D. L.
Carlos Alberto da Silva Antunes

Uma denúncia à PIDE do ex-presidente do Sindicato dos Motoristas

Se não bastassem as manobras sinistras — conhecidas dos motoristas e ocultas do público por acção da Censura nos jornais — que com frequência se registaram no Sindicato dos Motoristas do Distrito de Lisboa por obra e graça do presidente da comissão administrativa e depois da direcção não representativa que vigorou até ao 25 de Abril, o documento que a seguir reproduzimos desmascara completamente o referido indivíduo, Sotero Mendes de Almeida.

Encontrado nos arquivos da extinta PIDE-DGS, o ofício, enviado à odiada corporação em 7 de Maio do ano passado, está exactamente assinado por Sotero Mendes de Almeida, na altura secretário da Comissão Administrativa nomeada pelo Ministério das Corporações:

«Exm.ºs senhores: De acordo com o que ficou estabelecido na noite de 5 de Maio, com os elementos dessa Corporação que estiveram presentes ao acto eleitoral efectuado pelas 21 horas na sala de sessões deste Organismo, para a eleição da mesa da assembleia geral e Direcção do Sindicato, levo ao conhecimento de V. Ex.ªs as informações então solicitadas.

José de Oliveira Mandanços, sócio n.º 17 475, filho de Gaspar Pereira Madanços e de Alzira Larges de Oliveira, casado, nascido a 21 de Abril de 1935, natural de Gualter-Braga, possuidor da carta de condução n.º 134 928, da Circunscrição de Lisboa, de 18 de Maio de 1955, titular do Bilhete de Identidade nessa mesma data com o n.º 369 452 e residente em Pinheiro de Loures.

João Sequeira Branco, sócio n.º 21 637, filho de Joaquim Cardoso Branco, casado, nascido a 26 de Outubro de 1930, natural de Salvador-Beja, possuidor da carta de condução n.º 179 505 da Circunscrição de Lisboa de 12 de Dezembro de 1958, titular do Bilhete de Identidade n.º 233 500 emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, em 7 de Julho de 1970 e residente na Rua S. João de Brito, n.º 9-3.º dt.º; na Damaia.

Sem outro assunto de momento, subscrevo-me com a mais elevada consideração e respeito (...). A Bem da Nação, o secretário da Comissão Administrativa, Sotero Mendes de Almeida».

Como é óbvio e evidente, este ofício denunciava à PIDE-DGS dois dos elementos mais activos que legitimamente se opunham à farsa eleitoral organizada por Sotero Mendes de Almeida, de conivência com o Ministério das Corporações. João Sequeira Branco, conhecido democrata e candidato da CDE às últimas eleições legislativas, fazia parte, actualmente, da Comissão Pró-Sindicato que lutava pelo esclarecimento dos motoristas e pela conquista do organismo, para defesa dos trabalhadores.

Como foi já noticiado, os motoristas tomaram conta do organismo após o pronunciamento militar, não sem depararem com a forte resistência de um dos empregados do Sindicato, que se opôs à ocupação disparando vários tiros contra os trabalhadores, antes de ser dominado.

DL/GERAL

INSTITUTO INDUSTRIAL DE LISBOA:

ENTREGUES AOS ALUNOS AS INSTALAÇÕES ASSOCIATIVAS

O conselho escolar do Instituto Industrial de Lisboa, reunido em sessão extraordinária, deliberou:

«Saudar a Junta de Salvação Nacional, manifestando o seu incondicional apoio.

Enviar o seguinte telegrama: Senhor Presidente da Junta de Salvação Nacional. O Conselho Escolar do Instituto Industrial de Lisboa, reunido extraordinariamente hoje, apresenta os seus respeitosos cumprimentos a V. Ex.ª e a todos os membros da Junta de Salvação Nacional, manifestando, desde já, o seu incondicional apoio e a sua total adesão aos princípios que informam o programa apresentado, saudando na pessoa de V. Ex.ª as Gloriosas Forças Armadas.

— Que, por doença do director, a direcção fosse assumida pelo professor mais antigo que, a seu pedido será coadjuvado por uma comissão provisória constituida por igual número de professores e alunos, para assegurar o funcionamento do Instituto.

— Entregar aos alunos as instalações associativas

— Criar comissões mistas de trabalho constituidas por professores e alunos.

— Dar publicidade às decisões do Conselho Escolar.

— Apelar para o espírito cívico dos alunos professores e restantes funcionários do Instituto, no sentido de serem alcançados os objectivos da Junta de Salvação Nacional.»

CONSTRUÇÃO CIVIL

Ocupado o Sindicato dos Operários do distrito de Santarém

Os profissionais da construção civil de Santarém não se conformando com as directrizes seguidas pela Direcção do respectivo Sindicato, resolveram:

1-Tomar, a partir desta data, conta dos destinos do Sindicato.

2- Promover, tão rápido quanto possível, eleições livres

3 - Aderir inteiramente ao Comunicado tornado público pelos Sindicatos dos Técnicos de Desenho; dos Caixeiros de Lisboa; dos Seguros de Lisboa; dos Metalúrgicos de Lisboa; dos Químicos de Lisboa; de Radiofusão e Telecomunicações; dos Serviços Administrativos da Marinha Mercante Aeronavegação e Pesca; dos Transportes Urbanos de Lisboa; dos Bancários de Lisboa; da Propaganda Médica; dos Jornalistas; dos Lanifícios de Lisboa; dos Caixeiros e Escritórios de Santarém; do Serviço Social; dos Electricistas de Lisboa; dos Lanifícios da Covilhã e dos Caixeiros e Escritório de Leiria.

Uma nota do Sindicato dos Revisores de Imprensa

Da direcção do Sindicato dos Empregados de Administração e Revisores de Imprensa, recebemos a seguinte nota:

«A direcção do Sindicato Nacional dos Empregados de Administração e Revisores de Imprensa, solidarizando-se com a ânsia de renovação e a nova era surgida do Movimento das Forças Armadas no já histórico 25 de Abril, trazido a todos os trabalhadores portugueses, convida os sócios, prováveis candidatos a futuros dirigentes, a comparecerem na sede, Largo da Trindade, 16, s/c. esq.º, no dia 2 de Maio próximo, pelas 19 horas, para em comum estudarem a conjuntura actual e o caminho a seguir futuramente, sobretudo após a saída da prometida nova lei sindical.

Interpretando, decerto, o pensar de todos os associados, a direcção enviou já ao general Spínola um telegrama de inteiro apoio.»

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DO PARTIDO SOCIALISTA PORTUGUÊS

Do secretariado do Partido Socialista Português, recebemos a seguinte «Declaração de Princípios»:

«1. O Partido Socialista é a associação política dos portugueses que procuram na democracia socialista a solução dos problemas nacionais e a resposta às exigências históricas do nosso tempo.

2. O Partido Socialista tem por objectivo a edificação em Portugal de uma sociedade sem classes, em que os trabalhadores serão produtores associados, o poder, expressão da vontade popular e a cultura, obra da capacidade criadora de todos; entende o Partido Socialista que essa finalidade, implicando uma nova concepção de vida, só pode ser alcançada mediante a construção do poder dos trabalhadores, no quadro da colectivização dos meios de produção e distribuição e do planeamento económico com pluralidade de iniciativas.

Sem excluir o que a democracia burguesa trouxe de progressivo — legado que aliás a burguesia hoje renega —, o Partido Socialista luta pela edificação de uma nova sociedade que não tenha fundamento o salariato e o lucro, a alienação do trabalho ou da consciência, o império das categorias mercantis e das relações jurídicas coercitivas, a exploração e a manipulação do homem pelo homem.

3. Herdeiro de toda uma tradição de luta das classes trabalhadoras pelo socialismo democrático, consubstanciado em diversas correntes que ao longo do último século têm combatido contra a opressão capitalista, o Partido Socialista propõe-se realizar a síntese das várias correntes que aspiram ao socialismo em liberdade. Tanto as que acentuam a necessidade de instituições que garantam o pluralismo político e ideológico, o exercício do poder por delegação representativa do sufrágio universal, a separação dos poderes, o controlo do executivo pelo legislativo, como as que defendem a exigência da democracia local, da democracia directa na base, da iniciativa sindical, dos conselhos operários, do cooperativismo, da autogestão. O Partido Socialista entende, com efeito, que uma democracia de Estado sem democracia de base corre o risco de se afastar do Povo, e que uma democracia de base sem democracia do Estado corre o risco de cair ou na inoperatividade ou no totalitarismo.

4. Sob o impacto da experiência internacional do socialismo e criticamente atento às suas lições, o Partido Socialista considera como inspiração teórica predominante o marxismo, permanentemente repensado como guia para a acção e nunca concebido como corpo dogmático, e reconhece a validade da contribuição dos cristãos empenhados na luta pelo socialismo.

5. Considerando a revolução socialista soviética como marco fundamental na história da humanidade, e a importância das revoluções sociais realizadas na China, na Jugoslávia, em Cuba e no Vietname, entre outras, assim como a originalidade da experiência da Unidade Popular no Chile, o Partido Socialista propõe um socialismo que acolha e desenvolva o pluralismo, no respeito da dignidade do homem, na prática da livre crítica, no exercício da cidadania e na organização de um Estado de Direito. Entende que a caminhada para o socialismo comporta diversidade de vias, dependendo fundamentalmente das estruturas económico-sociais e políticas de que parte e das formas de mentalidade e características de civilização dos povos a que respeita. Inscrevendo-se contra os modelos burocráticos e totalitários que, por razões históricas e contraditoriamente à inspiração essencial do marxismo, o socialismo seguiu em certos países, o Partido Socialista propõe-se procurar, no debate das ideias e na acção popular e proletária, a via portuguesa para o socialismo em liberdade, aproveitando a experiência de outros povos e atendendo ao condicionalismo da Península Ibérica.

6. O Partido Socialista combate o sistema capitalista e a dominação burguesa. Recusa os métodos tecnocratas e está certo de que, em parte alguma, o neocapitalismo conseguirá instaurar uma sociedade inspirada pelos ideais da igualdade social, antes vai agravando, sob formas insidiosas, a exploração do maior número pela minoria. O Partido Socialista repudia enganadoras miragens de sociedades que só formalmente se apresentam como democráticas, e se definem como sociedades de consumo, quando na realidade reforçam a desigualdade entre os homens e frustram as suas mais legítimas aspirações, nem sequer oferecendo uma solução cabal ao problema da miséria mesmo em regiões altamente desenvolvidas no plano tecnológico.

7. O Partido Socialista repudia o caminho daqueles movimentos que, dizendo-se social-democratas ou até socialistas acabam por conservar deliberadamente ou de facto, as estruturas do capitalismo e servir os interesses do imperialismo.

8. Membro da Internacional Socialista, associação de partidos socialistas e social-democratas, sem poderes de interferência na definição da linha própria de cada partido membro, o Partido Socialista declara-se solidário de todas as forças que no Mundo lutam pelo socialismo democrático, contra o capitalismo e o imperialismo.

A confiança que o Partido Socialista tem na solidariedade humana envolve todos os povos e, portanto, o Partido Socialista procura a colaboração de todos na luta pela construção da sociedade socialista universal, na luta pela paz e pela convivência entre as nações.

9. O Partido Socialista definindo-se como radicalmente anticolonialista, defende o direito à autodeterminação e à independência dos povos sob domínio colonial. Assim, denuncia como um dos mais graves crimes da ditadura fascista a política de exploração e de opressão dos povos das colónias portuguesas, responsável pela eclosão das guerras em Angola, Moçambique e Guiné. Perante uma tal situação, que se arrasta infindável, e que pode alargar-se ainda a outros territórios, o Partido Socialista preconiza a abertura imediata de negociações com os movimentos nacionalistas africanos, como meio de acabar com uma guerra profundamente injusta e opressora dos povos das colónias e que, ao mesmo tempo, sacrifica o Povo Português — e especialmente a juventude — para servir os interesses dos grandes monopólios nacionais e estrangeiros.

10. O Partido Socialista segue atentamente e considera de grande importância as experiências dos Partidos Comunistas que se propõem respeitar os valores do socialismo democrático assim como a contribuição trazida ao movimento socialista pelos sectores inovadores da Nova-Esquerda.

11. O Partido Socialista propõe-se desenvolver a luta das classes trabalhadoras pela sua própria emancipação e entende que lhe cumpre organizar para esse combate operários e empregados, camponeses e assalariados rurais, estudantes, pequenos empresários e quadros, professores e intelectuais, e todos aqueles que não dissociem os valores do progresso da luta coerente pelo socialismo.

12. Consciente de que o fascismo e o colonialismo não são as formas mais opressivas e brutais que reveste o capitalismo, o Partido Socialista considera que, no momento actual da vida portuguesa, o combate antifascista e anticolonialista é condição da destruição da sociedade capitalista e da construção do socialismo. Esse combate, visando a eliminação dos suportes sociais do fascismo e do colonialismo, considera o Partido Socialista dever realizá-lo em unidade de acção com todas as outras forças que reclamam os mesmos objectivos.

13. O Partido Socialista é uma organização dirigida para a acção, essencialmente preocupada com a formação política das massas trabalhadoras e com a sua intervenção na vida do País. Rege-se por métodos democráticos e reconhece plena liberdade de crítica e de opinião aos seus militantes; estes, porém, comprometem-se a aplicar a orientação do partido e as decisões dos seus órgãos directivos, eleitos e controlados pela base.

14. O Partido Socialista não é uma organização secreta. E, pelo contrário, uma organização que aspira a uma vida legal feita inteiramente à luz da publicidade. No entanto, dadas as condições anormais da vida política portuguesa, a repressão policial e a ausência de garantias efectivas que protejam os cidadãos contra os abusos do Poder, é uma organização que exige dos seus militantes o **sigilo**, como forma de defesa contra as perseguições fascistas. A resistência à repressão policial, o não falar perante a polícia política, são títulos de honra e deveres indeclináveis de todos os militantes do Partido Socialista.

Democratas setubalenses

Um grupo de democratas de Setúbal veio, através de um dos seus membros, entregar ao nosso jornal a seguinte informação:

«Atentos ao desenrolar dos recentes acontecimentos, e pondo as suas esperanças na via aberta pelo Movimento das Forças Armadas, um grupo de democratas de Setúbal deliberou reunir-se num encontro de confraternização e troca de ideias,modalidade que se apresenta como um tipo de acção importantíssima no esclarecimento político e social, tão necessário à construção de uma sociedade em que cada homem, personalizado e humanizado, possa realizar-se como tal, no contexto societário em que se insere.

O encontro que se projecta para o próximo dia 1 de Maio, a partir de 21 e 30, num restaurante a designar, conta já com cerca de 80 inscrições, incluindo a de alguns conhecidos companheiros democratas. Pela limitação de espaço e, portanto, do número de inscrições, aqui fica o público convite para que se dirijam, nesse sentido, ao secretário do encontro — Daniel Mendes, telef. 24821.

Pela liberdade e pela democracia!

Viva Portugal!»

Armamento da Legião recolhido

SANTAREM — Uma patrulha militar recolheu no quartel da Legião Portuguesa material de guerra que ali se encontrava, em grande quantidade. Entretanto, mantém-se a guarda ao edifício do posto da D.G.S., ocupado há dias, e do qual foram levados sob prisão os agentes que ali prestavam serviço, os quais seguiram para Lisboa.

Ontem, às 19 horas, e por iniciativa da Comissão Democrática Eleitoral de Santarém, efectuou-se uma manifestação junto da estação do edifício dos C.T.T., seguindo depois o cortejo até à Escola Prática de Cavalaria e Paços do Concelho.

Declaração da Organização de Lisboa do P.C.P.

Numa declaração ao povo da região de Lisboa da Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português, distribuída a partir do dia 25, afirma-se:

«O triunfo do Movimento das Forças Armadas não pode ser dissociado da luta do povo português e da luta dos povos de Moçambique, Guiné e Angola, activamente apoiada pela opinião democrática internacional. O fascismo chegara a um estado extremo de isolamento. O ascenso do movimento popular acentuara-se desde a grande campanha política de massas levada a cabo, em Outubro, pelo PCP e outras correntes democráticas. Na vanguarda da luta colocou-se decidida e impetuosamente a classe operária com um poderoso movimento reivindicativo que abarca centenas de milhar de trabalhadores».

Neste documento o PCP manifesta a sua intransigência nas seguintes, entre outras reivindicações: o exercício efectivo das liberdades democráticas; o fim da guerra colonial e o estabelecimento de negociações com os legítimos representantes dos povos das colónias; a adopção de medidas imediatas para travar a subida dos preços e assegurem a elevação dos salários.

Afirma ainda o referido comunicado, a propósito da actual situação política:

«As forças da reacção não se conformarão com a derrota. Vão conspirar e actuar para, aberta e encapotadamente, impedir que se concretizem quaisquer medidas de democratização e lançarem-se na retomada do poder. A desesperada resistência dos assassinos da PIDE-DGS já provocou várias mortes e a situação dos presos políticos continuam ainda nas suas mãos são, mo momento, motivo da maior preocupação. Urge tomar rápida e eficazmente as providências necessárias para a sua libertação.

A situação exige grande vigilância. Pronta e implacavelmente há que liquidar todos os focos e tentativas da reacção. A unidade do movimento popular e democrático com os militares patriotas é forte bastante para conjurar as manobras de revanche dos fascistas».

EM LOURENÇO MARQUES

MANIFESTAÇÃO DE APOIO AO GOLPE MILITAR

LOURENÇO MARQUES, 30 — (R.) — Uma multidão multirraci .l de mais de 5 000 pessoas organizou esta noite um comício em Lourenço Marques de apoio ao golpe militar de Lisboa da passada quinta-feira.

A multidão, reunida em frente ao palácio do governo, cantou o Hino Nacional português antes de escutar um discurso feito pelo novo governador geral interino de Moçambique, coronel David Ferreira.

O coronel Ferreira disse a uma multidão entusiasmada que transmitiria o apoio à Junta de Salvação Nacional em Lisboa e agradeceu aos manifestantes o comportamento ordeiro.

Anteriormente, a multidão tinha-se reunido em frente do Museu de História Natural de Lourenço Marques, cantando canções proibidas pelo regime derrubado de Marcello Caetano.

Os manifestantes conduziam cartazes criticando a polícia política portuguesa, agora extinta, e denunciando a ideia de Moçambique poder vir a declarar-se unilateralmente independente de Portugal devido ao golpe que instaurou a democracia no País.

Nalguns dos cartazes podia ler-se: «Não à independência unilateral», «Emancipação, sim», «Viva Portugal libertado e viva Moçambique Libertado», e «A vida é mais maravilhosa sem a DGS».

O comício foi realizado por estudantes, pelo pessoal da Universidade de Lourenço Marques, conjuntamente com um grupo de advogados da capital moçambicana.

MANIFESTO DOS DEMOCRATAS

LOURENÇO MARQUES, 30 — (ANI) — Um comunicado impresso e assinado pelos democratas de Moçambique, sob o título «Manifesto dos Moçambicanos», foi distribuído hoje em Lourenço Marques.

O extenso documento de três páginas começa por afirmar: «Os signatários entendem dever comunicar aos seus concidadãos de Moçambique, seja qual for a sua raça ou credo político, a medida da sua adesão ao programa definido pela Junta de Salvação Nacional, bem como os pontos mais importantes a esclarecer no caso concreto de Moçambique».

Partindo depois do pressuposto de que o representante local da Junta de Salvação Nacional «dará imediato início a medidas paralelas «às que a própria Junta aplicou na metropole, indo assim ao encontro das legítimas aspirações do povo», os democratas saudam a Junta de Salvação Nacional e reconhecem que o seu programa se orienta no sentido das justas reivindicações do povo de Moçambique, embora outras se lhe possam acrescentar, «também prementes».

Referem-se depois às actividades da extinta D. G. S., à perseguição aos estudantes de Moçambique, à ruinosa política económica, à crise da balança de pagamentos, aos «gastos em despesas sumptuárias e loucas», à «reprovação internacional de uma política de beco sem saída».

E acrescentam os democratas: «O Movimento das Forças Armadas criou as condições para o início da reabilitação da consciência nacional, indispensável para construir a paz de que todos necessitamos. Aqui encontrou a mais completa justificação para derrubar um governo que, por tirânico e incompetente, apenas se mantinha no poder graças «às forças repressivas que gerara».

Sublinham depois os princípios fundamentais enunciados pela Junta, concluindo: «A população de Moçambique tem de permanecer alerta e atenta contra as manobras dos elementos reaccionários que não perderão a menor oportunidade para a tentar confundir e perturbar».

A INSTAURAÇÃO DA LIBERDA PASSA PELA LEGALIZAÇÃO DO P

-diz-se num documento do Partido

Em comunicado datado de 26 de Abril o Partido Comunista Português faz saber que a sua posição face ao programa da Junta de Salvação Nacional e intenções expressas do Movimento das Forças Armadas. O PCP afirma nomeadamente que não poderá haver liberdade autêntica no País se os actuais detentores do Poder em Portugal não procederem à legalização daquele partido. O comunicado que tem por título «O Partido Comunista Português e o Movimento Militar de 25 de Abril», é do seguinte teor:

«1. O movimento militar que, no dia 25 de Abril, depôs Américo Tomás e o Governo de Marcelo Caetano, marca uma viragem na situação política portuguesa. O golpe militar culmina o agravamento da crise do regime, de que foram factores determinantes as contradições e dificuldades internas, a luta do Povo Português e dos povos submetidos ao colonialismo português e a condenação e isolamento internacionais da política do Governo. O golpe militar é ao mesmo tempo a expressão da adesão de parte importante das Forças Armadas às reclamações democráticas fundamentais do Povo Português. Abrem-se reais perspectivas para que, num curto prazo, seja liquidada a ditadura fascista, seja posto fim à guerra colonial e seja instaurado em Portugal um regime democrático.

O PCP saúda calorosamente todos os militares, que, no vitorioso Movimento das Forças Armadas, agiram e agem com a firme determinação de que estes objectivos sejam plenamente alcançados.

2. O Governo foi deposto, mas o regime fascista não foi ainda completamente destruído. Continuam de pé muitas das suas instituições e instrumentos. As liberdades não foram ainda instauradas. Existe o perigo de um contra-golpe dos elementos mais reaccionários. E urgente, por um lado a liquidação do Estado fascista e dos ninhos e forças de conspiração contra-revolucionárias e, por outro lado, a participação das forças democráticas e das massas populares na vida política e na obra de renovação necessária e possível no momento presente.

A completa dissolução da PIDE/DGS e de todas as suas estruturas, a amnistia, a libertação dos presos políticos e o regresso dos exilados, a permissão imediata da livre actuação do Movimento Democrático, contam-se entre as provas imediatas das reais intenções da Junta de Salvação Nacional e do seu propósito de pôr fim completo ao regime fascista e de cumprir o mandato que lhe foi confiado pelo Movimento das Forças Armadas.

O PCP declara solenemente que apoiará activamente como vitórias da luta popular todas as medidas concretas tomadas para a liquidação do fascismo e a real democratização da vida política portuguesa.

3. O Movimento das Forças Armadas proclamou na manhã do dia 25 e a Junta Militar confirmou na sua proclamação da noite de 25 para 26 ser seu propósito a instauração das liberdades democráticas e a realização de eleições livres. Trata-se de objectivos fundamentais, que por lutarem sempre sob a ditadura fascista o PCP e as forças democráticas e que têm o activo

"Aqui sofrem jovens democratas"

PORTO — Na tarde de ontem, e sem que nada o fizesse suspeitar, os presos do segundo piso do estabelecimento prisional desta cidade começaram a colocar cartazes nas grades das celas, dizendo: «Aqui sofrem jovens democratas. Viva a liberdade». Os presos do sector que dá para o Jardim da Cordoaria e para os lados da Rua de S. Bento da Vitória começaram a lançar para a rua paus, vidros e tudo quanto tinham dentro das celas e que pudesse ser arremessado.

Os presos, que gritavam vivas á liberdade, queixavam-se de ser maltratados. Não foram tomadas quaisquer medidas de repressão.

Uma patrulha da G.N.R., que chegou ao local, limitou-se a pedir à população que se afastasse do local, o que foi cumprido. No entanto, os presos continuaram a manifestar-se ruidosamente pela noite fora.

ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO-GERAL DO P.C.

"SE O NOVO PODER DER PROVAS DE PRETENDER UM REGIME DEMOCRÁTICO LUTAREMOS A SEU LADO"

-afirma Álvaro Cunhal

PARIS, 30 — (F.P.) — O secretário-geral do Partido Comunista Português, Alvaro Cunhal, afirma numa entrevista publicada pelo jornal «L'Humanité», órgão do Comité Central do P. C. Francês: **«Se o novo Poder quer realmente instaurar um regime democrático e continuar a prová-lo através dos seus actos, então lutaremos firmemente ao seu lado contra a reacção fascista».**

Cunhal pensa que a melhor garantia para a realização de eleições livres seria a constituição de um Governo Provisório em que participassem todas as forças e sectores políticos democráticos e liberais. **«O nosso Partido estaria disposto a assumir as suas próprias responsabilidades».**

Quanto ao problema colonial, Cunhal afirma que a sua solução passa primeiro por um debate a nível nacional que dê a **«Todas as forças políticas a liberdade de defenderem as suas opiniões».** Além disso, o secretário geral reafirma a política do seu Partido: **«É preciso iniciar imediatamente negociações com os movimentos de libertação a fim de pôr termo à guerra, reconhecer o Estado da Guiné (Bissau) e admitir o direito à independência imediata e total de Moçambique e Angola».**

Interrogado acerca das perspectivas da evolução da situação política, Cunhal acentuou: **«A liquidação total da ditadura e a instauração de um regime democrático estão ao alcance do Povo Português e num curto espaço de tempo». «Tal objectivo** — acrescentou — **só pode ser atingido pela mais sólida unidade das forças democráticas, pela luta das massas populares, pela aliança das forças populares e dos militares democratas e liberais».**

LEGALIZAÇÃO DO PARTIDO

«O Governo fascista foi derrubado. Foram tomadas algumas medidas imediatas muito positivas. Mas o regime não foi totalmente destruído», afirma Cunhal. **«Nem todas as liberdades foram restabelecidas. Os fascistas dispõem de fortes posições no aparelho de Estado e nas alavancas de comando da vida económica».**

Referindo-se à eventual realização de eleições livres, o secretário-geral do Partido Comunista considerou que para que tal venha a acontecer **«é preciso, não só uma lei eleitoral democrática, mas também um recenseamento controlado pelo povo, e mesmo um controlo das eleições e o estabelecimento efectivo das liberdades democráticas, entre as quais o direito e a liberdade dos partidos políticos».**

Nesta perspectiva, Cunhal deu particular importância ao **«perigo de uma discriminação anticomunista... o índice mais seguro da instauração da liberdade em Portugal será a legalidade conferida ao partido comunista».**

LONGO PROCESSO

Segundo o secretário-geral do P. C., o êxito do levantamento militar de 25 de Abril ocorre no final de **«um longo processo em que, como factores determinantes, participaram a crise interna do regime fascista, as consequências económicas, sociais e políticas da guerra colonial, o isolamento e a condenação internacional do fascismo e do colonialismo portugueses, os êxitos dos movimentos de libertação da Guiné (Bissau), Moçambique e Angola e o grande progresso da luta do Povo Português».**

Acrescentou Cunhal que as **«massas»** deram o seu **«apoio»** e a sua **«activa participação»** às primeiras medidas de carácter democrático. **«O movimento militar de 25 de Abril implica uma radical mudança na situação política do país»** — salientou.

OS "CLANDESTINOS" DO P.C. PODEM VOLTAR A LEGALIDADE

-assegura a Junta

O general António Spínola recebeu ontem à tarde no Palácio da Cova da Moura uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Português composta por Octávio Pato, Jaime Serra, Joaquim Gomes e Rogério de Carvalho.

Rogério de Carvalho foi libertado após a vitória do Movimento das Forças Armadas. Os outros três membros da delegação viviam na clandestinidade.

Acompanharam o general Spínola, de acordo com a informação dos delegados do PC após o encontro, o general Silvério Marques e o coronel Dias Lima.

Em rápida declaração à saída do palácio, onde se demoraram cerca de duas horas, os delegados do Comité Central do PC relataram que haviam saudado o Movimento das Forças Armadas e a Junta de Salvação Nacional, tendo manifestado a decisão do seu Partido em apoiar todas as medidas que visem a consolidação das conquistas democráticas já alcançadas.

O PC, informou-nos a delegação, encontra-se na disposição de assumir as responsabilidades que lhe cabem «como principal força política organizada do País».

Durante o encontro, afirmaram-nos os delegados do PC, foram trocadas impressões sobre o actual momento político, tendo sido dadas garantias de que todos os comunistas que se encontram na clandestinidade podem regressar à vida legal. A este respeito, foi expressamente mencionado o nome de Alvaro Cunhal, secretário-geral do Partido. Na mesma ordem de ideias, a Junta, pela voz do seu Presidente disse-nos a delegação, garantiu que os membros do PC poderiam reunir livremente, tendo sido afirmado que não se pretendia fazer do PC uma excepção dentro da democratização do País.

Acordou-se ainda, afirmou a delegação, que um dirigente do PC falaria hoje na Televisão, tendo-nos dito Octávio Pato que fora ele o escolhido.

Finalmente, tanto os delegados do PC como os representantes da Junta, congratularam-se por, ao fim de quase 50 anos, o 1.º de Maio poder ser comemorado livremente pelos trabalhadores.

DE EM PORTUGAL
ARTIDO COMUNISTA

apoio das mais amplas massas populares. As promessas devem transformar-se rapidamente em actos. Alguns pensarão ainda ser possível substituir a ditadura fascista por uma ditadura militar. E necessário impedir que tal projecto possa ser levado por diante defraudando as esperanças do Povo Português e a vontade dos militares que corajosamente se levantaram para pôr fim ao fascismo e restituir ao Povo Português as liberdades de que foi privado ao longo de quase meio século de ditadura.

4. A guerra colonial tornou-se um dos problemas centrais da situação política portuguesa. Tratando-se de um problema que interessa toda a Nação, o primeiro passo é acabar de vez com a interdição do seu debate público e abrir a possibilidade real de que todos os portugueses possam expressar e defender livremente a sua opinião.

O PCP insiste em que urge abrir negociação e por rapidamente fim à guerra colonial, no reconhecimento do direito à imediata e completa independência dos povos submetidos ao colonialismo português. Quaisquer projectos que visassem manter, sob novas formas, a dominação colonial portuguesa, não só não contribuiriam para a solução do problema, como conduziriam inevitavelmente a um novo agravamento da situação económica, social e política em Portugal.

O Povo Português deve ser chamado a dizer a última palavra em relação à política a seguir num tão magno problema.

5. A realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte será um passo de capital importância para abrir um processo de transformações democráticas da sociedade portuguesa. Sob nenhum pretexto esse objectivo deve ser desvirtuado. E equivoca a proclamação da Junta, ao anunciar por um lado eleições para uma Assembleia Constituinte e por outro lado a eleição do Presidente da República, dando portanto já como aprovada determinada disposição constitucional que só a Assembleia poderá vir a decidir.

Eleições livres terão de implicar uma lei eleitoral democrática, um recenseamento honesto controlado pelo povo, o direito de actuação dos partidos políticos, as liberdades de Imprensa, de propaganda e de reunião, e a fiscalização efectiva do acto eleitoral.

Na situação específica agora existente, a melhor garantia para a realização de eleições realmente livres seria a constituição de um governo provisório com a representação de todas as forças e sectores políticos democráticos e liberais. O PCP declara-se pronto a assumir as responsabilidades respectivas.

6. O PCP adverte contra quaisquer propósitos de descriminação anticomunista. Não pode haver liberdade em Portugal sem a legalidade do PCP, principal força na luta contra a ditadura fascista durante as dezenas de anos da sua existência, luta na qual os comunistas fizeram sacrifícios inigualados. Não podem tão pouco realizar-se as profundas transformações democráticas da sociedade que os problemas nacionais impõem, sem a activa participação do PCP, partido dos trabalhadores, o grande partido do movimento antifascista português. A legalidade do PCP será o verdadeiro critério da instauração das liberdades democráticas em Portugal.

7. A liquidação da ditadura fascista, a instauração das liberdades, a realização de eleições verdadeiramente livres exigem que, neste momento crucial, a classe operária, as forças democráticas, a juventude, as massas populares, tomando por um lado uma atitude positiva em relação a quaisquer medidas da Junta militar que vão ao encontro das reclamações populares, desenvolvam por outro lado a mais ampla acção insistindo nas reclamações essenciais do movimento democrático.

E necessário mais que nunca reforçar a unidade na acção da classe operária, das forças democráticas, da juventude, de todos os antifascistas e anticolonialistas portugueses. E também necessário e possível forjar uma sólida união entre as forças populares e os militares de sentimentos democráticos (oficiais, sargentos e soldados), que intervieram numerosos no movimento militar. Essa união será nas condições presentes uma das mais sólidas garantias da liquidação final do fascismo, da instauração de um regime democrático em Portugal, da paz, da defesa da independência nacional.

8. Fica assim claramente definida a posição do PCP em relação ao movimento militar de 25 de Abril, imediatamente após a proclamação à Nação da Junta de Salvação Nacional, feita pela RTP na noite de 25 para 26.

Está ao alcance do Povo Português a liquidação da ditadura, o fim da guerra, a instauração de um regime democrático. Da unidade, da organização e da acção pronta e audaciosa de todos os democratas depende fundamentalmente que tais objectivos sejam alcançados.

26 de Abril de 1974

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português.»

Mário Soares

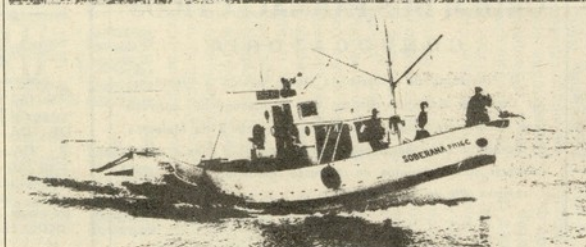
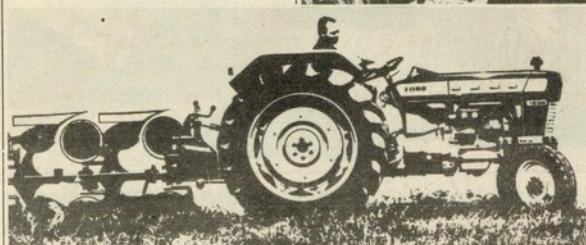
Zé (já muito descontraído): Vamos lá a vêr que presentes bocê me traz de Paris.

Compre hoje o pão de amanhã

Em virtude de amanhã, dia 1 de Maio, «Dia do Trabalhador», ser feriado obrigatório, você leitor compre hoje o seu pão de quarta-feira pois as padarias e os depósitos de pão estão encerrados. Para os que neles trabalham é também dia de sair à rua — como para todos os Portugueses — pelo que farão um «horário de sábado».

10000 construtores do futuro

O homem pensa.
Sonha.
Idealiza o futuro.
Outros homens realizam a obra.
Concretizam o sonho.
Constroem o futuro.
Já somos milhares de homens e mulheres a viver este sonho de futuro.
A tornar o sonho possível.
Dia a dia. Pedra a pedra. Árvore a árvore.
Participando na construção do futuro.
Do admirável mundo novo de amanhã.

Tudo faremos para que o pessoal se sinta cada vez mais «em casa» nos locais de emprego.
Das inúmeras oportunidades de trabalho, formação e promoção do trabalhador, às condições de trabalho, tudo está sendo estruturado para que estes milhares de homens e mulheres se sintam cada vez mais integrados. Sintam sua, a obra que é de todos.

Formamos uma grande comunidade.
Temos 10 000 homens a trabalhar nas nossas Empresas.

10 000 homens que são 10 000 famílias.
A quem procuramos dar as melhores condições sócio-económicas para que possam realizar da forma mais eficiente as suas tarefas. Atribuímos remunerações justas, de acordo com a experiência profissional; possibilitamos promoções regulares de acordo com a capacidade de trabalho e o grau de aperfeiçoamento.
Incentivamos em cada um as suas melhores qualidades para que as possam desenvolver mais facilmente.

Uma das nossas preocupações dominantes é contribuir para a fixação das populações — da mão-de-obra — dentro do País, de forma a diminuir a corrente migratória para o exterior e criar condições de emprego e de vida que constituam factores aliciantes para todos os trabalhadores portugueses.
Os 10 000 homens que trabalham connosco são já uma concretização deste objectivo.
Muitos outros se seguirão.
Na nossa programação de futuro, temos como dominante, alargar o mercado de emprego, criar novas oportunidades, novas opções e oferecer condições de vida digna a muitos mais milhares de construtores do futuro.

PUBLITOTAL T-1/74

TORRALTA mais trabalho para um país melhor

O GOLPE MILITAR EM PORTUGAL

Vorster diz aos sul-africanos que não entrem em pânico

PRETÓRIA, 30 — (R.) — O primeiro-ministro sul-africano John Vorster disse esta noite aos seus concidadãos para permanecerem calmos a respeito do golpe militar em Portugal e para confiarem que o Governo de Lisboa não cairá em más mãos.

Vorster, inaugurando em Pretória um congresso do seu Partido Nacional Governativo, disse que reina quase em todo o mundo a incerteza, mas que o golpe militar português constituiu para a República da África do Sul um elemento de grande agitação.

Vorster disse a delegados do seu Partido: «Estamos constantemente a ouvir notícias conflituosas sobre incertezas e até por vezes notícias perturbantes a respeito do que está a acontecer num país chamado Portugal e que é um amigo íntimo da África do Sul.

«Peço-lhes que não tirem conclusões apressadas dos acontecimentos. Devemos esperar calmamente e termos confiança de que o Governo de Portugal não cairá em más mãos.»

O primeiro-ministro sul-africano disse ainda: «Devo todavia dizer que aquilo que acontecer em Portugal terá com certeza os seus efeitos também na África do Sul, ainda que seja a longo prazo.»

A África do Sul partilha uma fronteira comum com Moçambique, território português da África Oriental onde os guerrilheiros nacionalistas africanos têm estado activos, ao passo que o Sudoeste africano (Namíbia), território governado por Pretória, tem fronteiras com Angola, na África Ocidental portuguesa.

John Vorster frisou que o Governo se mantém em atenta observação a todos os acontecimentos, onde quer que eles ocorram no mundo, acrescentando: «Quero dizer-lhes para não entrarem em pânico. Devem permanecer fortes e unidos tanto mais que a mensagem final para a África do Sul é de que o nosso país acabará por ficar sozinho, e isso de modo nenhum é uma novidade para nós.»

O primeiro-ministro sublinhou que este facto não significa que a África do Sul venha a ficar sem amigos, mas disse pensar que a nação mais feliz é aquela que tem fé para dizer em voz alta e bom som: «Eu continuarei a manter-me de pé ainda que a minha luta tenha que ser travada sem ninguém.»

Revelação de Nixon no Caso Watergate

WASHINGTON, 30 — (R.) — Arriscando-se a cair no ridículo, a incómodos e ao que descreve como um golpe devastador contra o seu Governo, o presidente **Nixon entrega hoje 1200 páginas das conversas mais íntimas que teve na Casa Branca sobre o caso Watergate.**

Nixon anunciou a noite passada que divulgaria transcrições das 43 gravações pretendidas pela comissão judiciária da Câmara dos Representantes, que procede a um inquérito para apurar se existe base para a impugnação do chefe do Estado.

Contudo, a documentação maciça que o presidente preparou não deveria satisfazer provavelmente os seus críticos, que querem ouvir eles próprios as gravações para determinar se Nixon esteve envolvido no encobrimento do escândalo.

O presidente revelou pela primeira vez no discurso que fez a noite passada pela televisão para todo o país que tinha, de facto, sugerido por diversas vezes que poderia ser necessário pagar chantagens para fazer calar os indivíduos que penetraram, por meio de arrombamento, nas instalações do Partido Democrático, em 17 de Junho de 1972.

Nixon disse julgar que tinha a responsabilidade, como presidente, de ponderar toda a possibilidade para proteger a segurança nacional, incluindo a de satisfazer as exigências em dinheiro de H. Howard Hunt, um dos implicados no arrombamento no edifício Watergate.

«Quando ponderava nisso e, às vezes, pensando em voz alta», como saliento a certo ponto, sugeri por diversas ocasiões que poderia ser necessário satisfazer as exigências de Hunt» — declarou Nixon.

Antes asseverara que se opusera, desde o princípio, às exigências de Hunt.

O presidente do Zaire preocupado

LOME, TOGO, 30 (R.) — O presidente da República do Zaire Mobutu Sede Seko exprimiu hoje preocupação em Lome a respeito do «silêncio» do novo homem forte de Portugal, general **António Spínola, acerca do futuro das colónias portuguesas em África.**

Falando antes de partir para Ouagadougou, no Alto Volta, e no termo de uma curta visita ao Togo, o general Mobutu disse que a questão mais importante para os africanos é a da «libertação dos nossos irmãos de Angola e Moçambique, e dos nossos irmãos da Guiné-Bissau, parte de cujo território continua ainda sob o **jugo colonialista.**

Compete ao general Spínola eliminar a incerteza. E quanto a essa questão ele mantém-se silencioso, e o seu silêncio é preocupante».

TELEVISÃO DE MOSCOVO:

Real possibilidade de instaurar em Portugal um regime democrático

MOSCOVO, 30 (R) — Um comentador soviético disse esta **noite que existe agora uma** real possibilidade de pôr termo às guerras coloniais de **Portugal e instaurar no País um regime verdadeira e fidedignamente democrático.**

O comentador do Kremlin, Vladimir Dunayev, falando no principal boletim noticioso da televisão de Moscovo, baseou as suas palavras numa declaração ontem à noite publicada pelo Partido Comunista Pró-Soviético.

Na sua única referência ao general António de Spínola, que chefia a Junta de Salvação Nacional Portuguesa, Dunayev disse que o antigo oficial de Cavalaria possui interesses em algumas das mais poderosas indústrias de Portugal as quais, segundo alegou, subsidiaram durante longo tempo as guerras coloniais de Lisboa.

A notícia dada esta noite por Dunayev foi o primeiro **comentário soviético substancial ao golpe militar português que pôs termo a quase 50 anos de Governo fascista em Portugal.**

O texto completo da declaração do Partido Comunista Português sobre os acontecimentos foi lido ontem pela televisão moscovita.

O comentador do Kremlin disse ainda que Portugal acordou de «uma longa noite escura de 50 anos de fascismo» mas acrescentou que o futuro **do País depende muito da unidade e coesão de todos os verdadeiros democratas portugueses.**

«O significado especial dos acontecimentos em Portugal reside no facto da sua influência ultrapassar as fronteiras do País e ir maos longe mesmo do que à Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

«Os acontecimentos em Portugal **influenciarão sem dúvida** o destino dos regimes racistas da Rodésia e África do Sul, bem como a África no seu todo e sobretudo a situação política geral no continente negro» — acrescentou o comentador.

A União Soviética reconheceu no ano passado o autoproclamado território independente da Guiné-Bissau (Guiné Portuguesa), onde o general Spínola serviu anteriormente como governador e comandante-chefe.

O PAIGC pede o reconhecimento imediato da independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde

DAKAR, 30 — (R.) — Nacionalistas africanos da Guiné-Bissau pediram que a nova Junta Militar de Portugal reconheça imediatamente a sua independência, recentemente proclamada.

O pedido foi feito numa emissão do posto de rádio da organização política dos nacionalistas, o Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e das ilhas de Cabo Verde (PAIGC), captada ontem nesta cidade.

Solicitava «O reconhecimento imediato da República da Guiné-Bissau, o fim da guerra de agressão contra o nosso povo e o reconhecimento incondicional do direito de Cabo Verde de conseguir independência verdadeira e total.

A radiodifusão, captada e citada pela agência noticiosa do Senegal, afirmou também que essas medidas eram a única forma «de salvaguardar os interesses legítimos que cidadãos portugueses poderão ter no nosso País».

O partido proclamou a independência do território em Setembro último, mas Portugal afirmou que a decisão não passava de uma manobra de propaganda.

A F. N. L. A. CONTINUA A LUTA

KINSHASA, 30 — (F. P.) — A resposta da Frente Nacional de Libertação de Angola às propostas «surpreendentes» do general Spínola e o prosseguimento da guerra e a sua intensificação até que a justiça, o bom senso e o direito dos povos a disporem de si próprios levem a melhor — declara um comunicado entregue à Imprensa segunda-feira à noite pela FNLA, presidida por Holden Roberto.

A COSTA RICA RECONHECE

SAN JOSÉ DA COSTA RICA, 30 (F.P.) — A Costa Rica reconheceu ontem a Junta de **Salvação Nacional que governa** Portugal, anunciou o ministro dos Negócios Estrangeiros, Gonzalo Facio. A Costa Rica reconhece o novo regime de Lisboa, «depois de ter ponderado que, dentro de três semanas, a Junta escolherá um presidente para Portugal e que, num prazo de doze meses, convocará eleições para a formação de uma Assembleia Constituinte» — refere o comunicado.

CALEIDOSCÓPIO

REIVINDICAÇÕES OPERÁRIAS — **Numa mensagem aos trabalhadores, por ocasião do Primeiro de Maio, a CGT grega pede o reajustamento automático dos salários todos os três meses, de acordo com o aumento do custo de vida. A Confederação Geral dos Trabalhadores exige a participação destes nos lucros das empresas, o congelamento dos preços a níveis acessíveis, a generalização da** semana de 46 horas a todos os sectores da indústria e do comércio, a melhoria da assistência social, vinte e seis dias de férias pagas para todos os trabalhadores, medidas para a **limitação de acidentes de trabalho,** bem como um alargamento do programa de habitações operárias (FP).

LUTA PELA LIBERDADE — Para Bernadette Devlin, a luta pela liberdade na Irlanda do Norte apenas pode ser resolvida forçando a unidade entre a classe trabalhadora, seja qual for a religião (UPI/ANI).

KISSINGER EM ARGEL — O secretário norte-americano de Estado, Henry Kissinger, tenta hoje conseguir o apoio da Argélia e do Egipto para os seus esforços no sentido de separar as Forças Militares israelitas e sírias nos Montes Golan (UPI/ANI).

DESMORONAMENTOS — Camponeses peruanos evacuados da região dos Andes, afectada pela catástrofe dos desmoronamentos de terra, afirmaram hoje julgar que mais de mil pessoas morreram ou desapareceram em duas cidades soterradas e nas aldeias vizinhas (R).

RESGATE PAGO — Círculos policiais revelaram que os guerrilheiros esquerdistas libertaram o director de uma empresa petrolífera norte-americana, Victor Samuelson, sete semanas depois de terem recebido da companhia 14.2 milhões de dólares como resgate **(UPI/ANI).**

DL/NACIONAL

História breve do 1.º cabo Pinto

Cecília Supico Pinto («Oh, por favor, trate-me por Cilinha!») é a presidente do Movimento Nacional Feminino. Esbelta, fluente na palavra, esta senhora, que tantas vezes vimos nos cais de embarque a distribuir gentilmente cigarros e outras lembranças aos soldados que partiam para o Ultramar, está diante de nós e pondera a pergunta que lhe fazemos: «Minha senhora, já distribuíu cigarros aos soldados que presentemnte se encontram na cidade a ocupar pontos estratégicos?» Ela ignora a nossa insistência na pergunta (oh, sim, fizemos a pergunta várias vezes!), põe fitas gravadas a tocar, mostranos peças africanas, missangas, colares, isto e mais aquilo... «Tem de compreender, minha senhora, que é um tanto estranho que outras mulheres (de todas as classes sociais, sabe) procedem à distribuição de cigarros e fósforos, enquanto o Movimento Nacional Feminino se mantém indiferente!» Cecília, sempre muito alta, decide-se finalmente a explicar a sua posição.

«SIMPATIZO COM O GENERAL SPÍNOLA»

O Movimento não distribuíu cigarros e doces aos soldados que nos dias 25, 26 e 27 do corrente tantas e tantas horas permaneceram em actividade e em corpo de alerta em diversos pontos da cidade. **«porque nós, mulheres ao serviço das Forças Armadas, não gostamos de dar show...»**

«Qual é a sua opinião sobre o general Spínola?»

«Simpatizo muito com ele. E ele simpatiza muito comigo. Vejam os livros que há por aí com dedicatórias, livros que me foi sempre oferecendo... Posso dizer que o general Spínola sempre apreciou muito a minha acção no Ultramar.»

«Conhece também todos os outros membros da Junta de Salvação Nacional?»

«Todos, todos. Conheço, aliás, quase todos os oficiais superiores.»

«Muito bem. Nesta conjuntura...»

«Nesta conjuntura, meu caro senhor e minha cara amiga (Cilinha falava com um redactor e uma redactora do «DL»), **o MNF não pode deixar de pensar nos soldados que continuam no Ultramar. Portanto toca de mandar cigarros e outras lembranças para aquelas nossas longínquas parcelas...»**

«Muito bem. E se um dia tudo se resolver?»

«Oh. minha filha! Há sempre maneira de fazer qualquer coisa na vida... Sempre maneira de sermos úteis. Interessa é ter coragem!»

SENHORAS, NÃO MULHERES, SIM

«As senhoras do Movimento Nacional Feminino» — eis a expressão utilizada quando a RTP se referia aos elementos desta organização. Assim aconteceu durante treze anos e só agora sabemos que esse tratamento as contrariava bastante. **«Não é um movimento de senhoras, mas sim de mulheres. Aqui não há senhoras»** — explica a **senhora** Cecília Supico Pinto. Quando em diversas alturas quisemos chamar a atenção da senhora Supico Pinto, não recebemos muitas vezes resposta. **«Desculpe, mas não é por mal. Penso que não estão a falar comigo. Como toda a gente me trata por Cilinha»** — explicou.

A senhora Supico Pinto efectuou incansáveis visitas ao Ultramar: cinco vezes a Angola, duas a Moçambique e cinco à Guiné. **«Não gosto de me armar»** (expressão **sic** da nossa interlocutora), mas lá nos contou que na sua última visita à Guiné foi ferida por estilhaços. **«Em que zona?»** — perguntámos. **«Na perna»** — respondeu. **«Não, não, desculpe, em que zona da Guiné?». «Isso não posso dizer por razões estratégicas, Compreende!»**. Compreendemos. Foi esta dedicação que fez com que a senhora Supico Pinto fosse promovida a 1.º cabo, como a fotografia junta documenta. «Meu cabo Pinto» — assim lhe chamavam no Ultramar.

As constantes deslocações à Guiné levaram-nos a pedir-lhe a opinião sobre a situação militar naquela província. **«Muito complicada»** — foi a resposta.

«OPTARIA PELO ULTRAMAR»

Cecília Supico Pinto, constantemente a mostrar-nos cartas de soldados, fitas gravadas de sessões festivas e recreativas no Ultramar, recebe-nos nas àguas-furtadas da sede do Movimento Nacional Feminino.

Àguas-furtadas, sim, mas confortáveis: um longo sofá de três corpos, cinzeiros, mesinhas baixas, decorações nas paredes, «pick-up», etc., etc. Além disso, possuem as àguas-furtadas ainda uma varanda coberta, com cadeiras de repouso, toda voltada para o Cais da Rocha...

O tecto, todo feito de traves, confere ao aposento um aspecto de pousada. Apetece passar ali uma tarde inteira a olhar os barcos no rio, o sol nas àguas, as horas calmas. Pois sim, pois sim... «Mas aqui trabalha-se, Trabalhou-se muito. E espero que o trabalho continue...» Desde 1961 que o MNF vem desenvolvendo uma «actividade enorme»: sossegar as famílias dos militares, fazer com que as subvenções familiares sejam pagas nos prazos devidos, distribuição de aerogramas (trezentos milhões desde do começo da guerrilha), envio de mil discos por dia, etc., etc.

«Enfim, sente-se bem aqui, não é verdade?»

Cecília sorri (sorri e fuma), encolhe os ombros e diz:

«Gosto muito do Ultramar. Se pudesse optar, viveria sempre no Ultramar. Em Angola, por exemplo.»

Depois, olhando o Tejo, lamenta-se de alguns «vira-casacas». Ela, Cecília, é muito vertical. Na verdade, é um 1.º cabo numas àguas-furtadas. Sem fazer continência. redactor e redactora despedem-se da Cilinha do Ultramar.

Os empregados dos TLP pretendem o pagamento do dia 25 de Abril

Relativamente ao esclarecimento dos TLP, que o «Diário de Lisboa» publicou ontem, assinado pela sr.ª Célia Metrasse, assessora do Serviço de Relações Públicas dos T.L.P., recebemos inúmeras comunicações por parte de empregados que lá trabalham a esclarecerem a realidade da situação existente.

Com efeito, a maior parte do pessoal dos T.L.P., senão a totalidade, desconhecia a existência daquela empregada até à data em que se registou na Televisão um programa sobre o aumento de taxas. Informaram-nos também que a mesma trabalha ali em regime de «part-time» e que o facto de ser ela a assinar o esclarecimento deve destinar-se a ilibar de responsabilidades a administração, que poderá argumentar, no futuro, desconhecer a situação.

No respeitante à explicação dada sobre a falta justificada do dia 25, quando a Junta de Salvação Nacional aconselhou, através da Rádio, que as pessoas se mantivessem nas suas residências, informaram-nos alguns empregados que a diferença entre faltas justificadas e não-justificadas limita-se à maneira como são registadas no cartão do empregado, mas são ambas descontadas no vencimento mensal.

E contra esta decisão, considerada arbitrária e contraditória com os princípios do Movimento das Forças Armadas que derrubou o regime fascista, que os empregados dos T.L.P. se manifestam, tanto mais que o argumento do serviço telefónico se dever manter em funcionamento como de utilidade pública não passa de um subterfúgio, pois todos os dias, inclusive domingos e feriados, existe pessoal técnico escalado para manter a continuidade e eficiência do serviço telefónico, o qual está lá sempre. Daí se infere que a falta do pessoal de escritório não prejudica, de maneira nenhuma, o prosseguimento do serviço.

Por outro lado — nova contradição — na tarde do dia 25 os empregados foram mandados para casa com a recomendação de comparecerem ou não, no dia seguinte, de acordo com as instruções emanadas pela Rádio.

Como se vê, os empregados dos T.L.P. não pedem muito. Apenas aquilo a que têm direito: o pagamento do dia 25.

E convém recordar, para os que ainda não se aperceberam, de que o Governo de Marcelo Caetano pertence já a um passado negro, o qual não podemos repetir.

Cientistas da Gulbenkian saúdam as Forças Armadas

Mais de centena e meia de cientistas que trabalham no Instituto Gulbenkian de Ciência. enviaram à Junta de Salvação Nacional o seguinte documento:

Os abaixo assinados, trabalhadores científicos do Instituto Gulbenkian de Ciência, em Oeiras, saúdam e felicitam o corajoso Movimento das Forças Armadas que derrubou o regime que há quase 50 anos oprimia o povo português e manifestam a sua confiança na Junta de Salvação Nacional, na esperança de que, conjuntamente com todas as forças democráticas e progressivas da Nação, e com base no Programa do Movimento das Forças Armadas, conduza o País para uma democratização a todos os níveis que tornará então possível finalmente a realização de reformas autênticas de modo a criar as condições fundamentais para o desenvolvimento da investigação científica em Portugal.

Professores contestam a eventual recondução do prof. Veiga Simão

Da Comissão Coordenadora do G.E.P.D.E.S.P. recebemos o seguinte comunicado:

«A Comissão Coordenadora do Grupo de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório de Lisboa, em reunião com professores de escolas do ensino secundário, preparatório, primário e infantil de Lisboa e concelhos limitrofes, considerando:

1.º — abusiva e despropositada a atitude assumida por alguns directores de escolas do Ciclo Preparatório de Lisboa, de apoio à recondução do professor Veiga Simão no Governo Provisório;

2.º — que a existência de um ministro do antigo regime neste Governo Provisório poderá dar a imagem pública de uma Junta de Salvação Nacional de algum modo hipotecada a ideias e personalidades do regime derrubado;

3.º — que à luz da nova situação criada pelo 25 de Abril se torna urgente discutir e encontrar colectivamente a solução para os graves problemas que afectam o professorado;

—convoca a classe para uma Reunião Geral de Professores, no dia 2 de Maio, às 21 e 30 em local que será oportunamente divulgado através dos orgãos de informação.

DL /NACIONAL

EM COIMBRA

PEDIDA A DEMISSÃO DO REITOR DA UNIVERSIDADE

COIMBRA, 30 — O encerramento da Universidade foi devido ao facto de o reitor ter tido conhecimento de que estava preparado para ontem um plenário da Academia para o pátio da Universidade no sentido de solicitar a demissão do reitor e mais autoridades académicas.

Em virtude de o edifício central se encontrar encerrado, o plenário realizou-se na Praça da Porta Férrea, tendo usado da palavra vários professores e alunos, que decidiram que uma comissão se deslocasse ao Quartel-General, a fim de pedir às Forças Armadas essa demissão, tomando os membros da comissão a responsabilidade pelos bens e pessoas dos demitidos.

Entretanto, um grupo de estudantes detiveram o guarda do edifício da Faculdade de Medicina, Manuel Pinto Baptista, que sempre foi acusado de informador e colaborador da PIDE/DGS, tendo assim contribuido para a prisão de muitos estudantes. Este, foi transportado num automóvel para o Quartel-General, onde foi entregue às Forças Armadas.

Apesar do encerramento da Universidade e da Faculdade de Medicina, os laboratórios têm funcionado regularmente.

ANGLO AMERICAN CORPORATION OF SOUTH ÁFRICA (PORTUGAL) S.A.R.L.

RELATÓRIO E CONTAS DE 1973

Relatório do Conselho de Administração

Srs. Accionistas:

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis vimos submeter ao vosso exame e consideração, o Balanço e Contas e o Inventário das Participações Financeiras relativos ao exercício de 1973, bem como uma breve referência sobre os factos mais salientes da actividade da nossa Companhia durante o mesmo exercício.

À semelhança dos anos anteriores tem a nossa Companhia vindo a promover a assistência técnico-administrativa e financeira ao Consórcio Zamco do qual fazem parte algumas companhias do Grupo Anglo-American, adjudicatária da execução do Empreendimento de Cabora Bassa.

Durante o ano de 1973 prosseguiu o estudo e apreciação de vários jectos com vista à concretização de novos investimentos. Embora nã possa afirmar que este objectivo tenha sido atingido deve referir-se a aquisição de 90% das acções da sociedade EMA — Explorações Mineiras Africanas, S.A.R.L., concessionária, no Estado Português de Angola, dos direitos conferidos pela portaria n.º 18.745 do Ministério do Ultramar.

Sendo o estudo, prospecção e exploração mineira uma das actividades que mais nitidamente se situa dentro da vocação desta Companhia, foi-lhe dada particular atenção, tanto no que se refere a possíveis empreendimentos no Continente como em Angola e Moçambique.

Para este fim foram requeridas às Entidades Oficiais competentes as respectivas autorizações, estando em curso as diligências necessárias para a celebração dos contratos.

Antes da breve referência que se deseja fazer relativamente às actividades de apoio e assistência às Companhias do Grupo Anglo-American, deseja a Administração salientar, de forma especial, a colaboração prestada pela nossa Companhia ao arranque das actividades do Grupo no Brasil.

Com efeito, continuou em 1973 de forma permanente, a assistência que culminou com a constituição da «Anglo American Corporation of Brasil» e depois com a participação desta em associações nacionais brasileiras, cujo programa de actividades inclui a prospecção, estudo e exploração de vastas zonas mineiras de ocorrências de metais básicos e de diamantes.

As actividades exercidas em 1973, em colaboração de apoio e assistência, com outras companhias do Grupo Anglo-American podem resumir-se da forma seguinte:

M' TRÓPOLE

Beralt Tin & Wolfram (Portuga), S.A.R.L.

Em 26 de Julho de 1973 foi constituída com o capital de 200.000 contos a Companhia em referência, a qual recebeu da Beralt Tin & Wolfram Limited a transmissão das suas concessões mineiras em Portugal.

Correspondendo à linha de orientação do Governo Português, foi assim transferida para uma Companhia Portuguesa, com sede no Continente, a exploração que há mais de 50 anos vinha a ser efectuada nas Minas da Panasqueira pela Beralt Tin & Wolfram Limited (Londres) sendo de realçar o facto de que o capital português está representado na Companhia agora constituida pela participação que nele tem o prestigioso Banco Nacional Ultramarino.

Boart Drilling & Contracting Portugal, S.A.R.L.

Intensificou-se a acção no mercado português, Metropolitano e Ultramarino, das actividades comerciais desta Companhia, representante das ferramentas diamantadas «Christensen Diamond Products» e Boart & Hard Metals, esperando-se que, no próximo ano, seja possível obter [illegible]ultados igualmente satisfatórios da promoção de vendas, já iniciada, [illegible]ampo do diamante industrial.

Charter Explorações Mineiras Portugal, S.A.R.L.

As actividades da Charter (Portugal) prosseguiram em 1973 com base nas estruturas operacionais da nossa Companhia, tendo sido apreciados 15 projectos.

Quatro dos referidos projectos encontram-se em estudo. Dos restantes, dois encontram-se na fase de negociações conduzidas pela nossa Companhia, não estando ainda terminada a apreciação preliminar das outras nove.

Engelhard Minerals and Chemicals Corporation

Durante o ano em consideração foi também prestado todo o apoio de serviços aos trabalhos de estudo e prospecção preliminar efectuados na pesquisa de minérios «não metálicos» no Continente.

ULTRAMAR

A.E. & C.I.

Continuou em 1973 a colaboração prestada àquela Companhia, com a finalidade de instalar em Moçambique e em Angola actividades industriais em íntima associação com empresários portugueses.

Prosseguem em Lisboa negociações com entidades nacionais, portuguesas e brasileiras, para o estabelecimento de idênticas actividades no Brasil.

Indústrias de Cajú Mocita, Ldª
Indústrias de Cajú Antenes, S.A.R.L.

Manteve-se durante o ano a assistência da Companhia às duas empresas em referência, assistência representada por serviços de ligação com Entidades Oficiais e Particulares relacionados com as suas actividades de produção e de comercialização de cajú.

Sociedade Estivadora de Moçambique

Prosseguiram com êxito as negociações encetadas com a finalidade de organizar as actividades de estiva, em portos de Moçambique, com base na estrutura da sociedade em referência, da qual faz parte a South African Stevedores Service Co. e várias Empresas nacionais. Estas negociações, que foram inteiramente conduzidas pela nossa Companhia, tornaram possível uma concentração de actividades em escala comercial aceitável e resultaram numa participação maioritária dos interesses portugueses na actividade de estiva.

Foram igualmente prestados serviços de assistência e de colaboração às Companhias:

Anmercosa — Companhia de Petróleos de Moçambique, SARL
Diamoc — Companhia dos Diamantes de Moçambique, SARL
Ema — Explorações Mineiras Africanas, SARL

merecendo uma referência especial a preparação feita por esta última Companhia na sua participação em novos empreendimentos na prospecção mineira de Angola, em colaboração com outras empresas nacionais e estrangeiras.

Ao encerrar a informação sobre as actividades da nossa Companhia, deve mencionar-se a responsabilidade que assumiu, de negociar com o Estado Português o contrato para a execução dos trabalhos complementares do Empreendimento de Cabora Bassa, constituídos pelo fornecimento e montagem das subestações de Tete, Chibata e Dondo e da linha de transporte de energia de 200 Kv entre Cabora Bassa e Chibata.

Aguarda-se em breve a assinatura deste contrato com a companhia do nosso Grupo, L. T. A. e também com as companhias francesas C. C. I. e C. G. E. E. — Alsthom.

Todas as funções de coordenação e responsabilidade administrativa para execução do contrato, depois deste assinado, são confiadas à nossa Companhia.

As actividades descritas decorreram com fidelidade à política do Grupo: total colaboração com os interesses nacionais, pondo à disposição destes a sua capacidade de realização e a sua potencialidade financeira e técnica.

Sendo certo que qualquer projecto só é realizável quando a sua viabilidade económica está assegurada e que, portanto, a nossa Companhia não pode deixar de atender a esta realidade, o facto é que a sua participação em actividades mineiras — sempre de grande risco — demonstra a preocupação de participar no desenvolvimento de regiões menos favorecidas contribuindo assim para melhorar as condições sociais das suas populações.

Às Instituições Oficiais e Entidades Particulares e a todos os seus dirigentes e representantes com quem tivemos o privilegio de tratar, desejamos consignar o nosso agradecimento.

Ao Conselho Fiscal expressamos todo o nosso reconhecimento pela colaboração valiosa e permanente que dispensou às actividades da nossa Companhia e pelo apoio decisivo dado à sua Administração.

A todos os empregados e colaboradores desejamos também dirigir o nosso agradecimento pela eficácia e competência demonstradas.

Nos termos legais e estatutários terminam agora os seus mandatos os Corpos Gerentes da nossa Companhia.

De acordo com o Artigo 26.º dos Estatutos terão V.Ex.ªs de proceder à eleição para o preenchimento dos lugares vagos e para o próximo triénio 1974/1976.

BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 1973

ACTIVO			
DE RESERVA OU PARA FRUIÇÃO			
Depósitos a Prazo		5.000.000$00	
Carteira de Títulos		41$40	5.000.041$40
CIRCULANTE			
a) Espécies			
Caixa	33.377$80		
Bancos	2.531.926$33	2.565.304$13	
b) Créditos			
Devedores		2.661.939$79	
c) Diferido			
Despesas Antecipadas		95.500$00	5.322.743$92
IMOBILIZADO			
a) Corpóreo			
Viaturas	283.500$00		
Menos: Reintegrações	-113.400$00	170.100$00	
Instalações	167.243$00		
Menos: Reintegrações	-77.019$10	90.223$90	
Móveis e Utensílios	562.100$20		
Menos: Reintegrações	-256.050$00	306.050$20	
Despesas de Organização	34.066$00		
Menos: Amortizações	-34.066$00	-$-	566.374$10
			10.889.159$42
ACTIVO CONDICIONADO			
Cauções Estatuárias			250.000$00
			11.139.159$42

PASSIVO			
IMEDIATO			
Encargos a Pagar		220.647$00	
Credores		4.474.990$70	
Provisões:			
Para cobertura de créditos duvidosos	84.000$00		
Para Contribuições e Impostos	317.378$00	401.378$00	5.097.015$70
SITUAÇÃO LÍQUIDA ACTIVA			
INICIAL			
Capital		5.000.000$00	
ADQUIRIDA			
Fundo de Reserva Legal	150.000$00		
Lucros e Perdas	642.143$72	792.143$72	5.792.143$72
			10.889.159$42
PASSIVO CONDICIONADO			
Credores por Cauções Estatuárias			250.000$00
			11.139.159$42

As contas foram aprovadas em Assembleia Geral em 1 de Março de 1974

O Técnico de Contas
Victorino Soares de Barros

O Conselho de Administração
Presidente - Sidney Spiro
Dr. Mário Ferreira
Murray Hofmeyr
Lionel Stopford Sackville

A Associação Portuguesa de Escritores apoia as Forças Armadas

A A.P.E., através da sua direcção, tornou público o seguinte comunicado:

«A Associação Portuguesa de Escritores apoia o programa do Movimento das Forças Armadas, acentuando particularmente as garantias de restituição das liberdades fundamentais ao Povo Português, durante tantos anos privados delas e de tudo.

Regozija-se portanto com a abolição da censura, com o respeito da liberdade de expressão e de pensamento, com o reconhecimento do direito de reunião e associação, com a libertação de todos os presos políticos, e recorda, nesta hora, a coragem de que sempre deu provas a antiga Sociedade Portuguesa de Escritores, extinta em 1965 e cuja herança moral reivindica.

Congratula-se e comunga com o Povo Português, final destinatário e fonte primeira de toda a obra literária, nestes dias de esperança de uma sociedade justa e fraterna.

E apela, enfim, para que o Povo não deixe perder as conquistas alcançadas, a partir das quais poderemos retomar no mundo o lugar de que um regime inimigo da cultura o privou. Não voltarão os Portugueses a ser aquilo a que durante meio século os obrigaram.»

Por outro lado, a Associação tornou pública uma convocação a todos os seus membros no sentido de que participem na manifestação de amanhã, concentrando-se às 13 e 30 junto da estátua de António José de Almeida.

Ex-presos políticos

A Junta de Salvação Nacional pede-nos que avisemos todos os ex-presos políticos que de momento não estejam devidamente identificados, para se dirigirem ao Arquivo de Identificação de Lisboa, para efeitos de obtenção de bilhete de identidade, durante os horários normais (08,00 às 20,00 horas).

Deverão contactar com o encarregado do serviço de recepção do público.

Temas indicados pelo Partido Comunista para a manifestação de amanhã

A direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista tornou público um comunicado em que se associa ao apelo feito, nomeadamente pelos sindicatos, para a manifestação e comício marcados para amanhã.

A concentração está marcada para as 15 horas, na Alameda D. Afonso Henriques.

No seu comunicado, aquele organismo indica como temas para a manifestação os seguintes:

— Pela total destruição do aparelho de Estado fascista e corporativo!

— Pela prisão e julgamento público de todos os agentes da repressão fascistas, incluindo os membros do Governo deposto!

— Pela rápida nomeação de um Governo provisório, representativo de todas as correntes democráticas, incluindo o P.C.P.!

— Pelo fim da guerra colonial, pela suspensão imediata de todas as operações militares nas colónias, pela abertura de negociações com o MPLA, PAIGC e FRELIMO!

— Pela travagem dos preços, pelo aumento de salários, pela melhoria geral das condições de vida do povo português!

— Pela liberdade sindical, pelo direito à greve!

Comissão Administrativo na R.T.P.

Procurando dar satisfação a um largo movimento tendente a transformar a R.T.P., sem margem para dúvidas, num órgão totalmente ao serviço do interesse público e dos princípios proclamados pelo Movimento das Forças Armadas, assumiu as funções uma comissão administrativa da Radiotelevisão Portuguesa, como carácter transitório directamente dependente da Junta de Salvação Nacional, a fim de assegurar a regularidade da sua administração e, como dissemos, o seguimento exacto dos princípios estabelecidos no Programa do Movimento das Forças Armadas.

Esta comissão administrativa, que exercerá as funções sem remuneração específica, e constituída pelo capitão de fragata Guilherme George Conceição Silva; tenente-coronel Manuel da Costa Braz; e major da Força Aérea João Gregório Duarte Ferreira.

Totobola o Nosso Palpite

Jogo	Palpite
Académica - Sporting	2
Olhanense - Benfica	2
Barreirense - Guimar.	1
Setúbal - Porto	X
Boavista - Montijo	1
Leixões - CUF	1
Belenenses - Farense	1
Oriental - Beira-Mar	1
G. Vicente - Penafiel	2
U. Coimbra - Fale	2
Sanjoanense - Braga	1
C. Piedade - Almada	1
Odivelas - Torriense	X

O «DIARIO DE LISBOA é vendido por Fernando Maúricio Gaspar. Rua Santa Sofia, 10-A CRUZ-QUEBRADA

DL/GERAL

A massa estudantil adere ao Movimento

. A massa estudantil tem manifestado, de forma inequívoca, a sua adesão ao Movimento das Forças Armadas e aos princípios orientadores do programa da Junta de Salvação Nacional.

Assim, cerca de 300 professores e alunos do Instituto Superior Técnico, em reunião presidida pelo prof. Vasco Costa, decidiram enviar um telegrama à Junta em que exprimem a sua vontade de contribuir para a renovação progressiva da Universidade ao serviço do Povo Português. Por outro lado, elaboraram um documento em que se propõem medidas com vista à normalização da vida académica, nomeadamente a criação de uma comissão provisória, que, ao lado do encarregado da direcção, prof. Manzanares Abecassis, terá a seu cargo as funções directivas do Técnico. Entre o corpo docente, foram imediatamente escolhidos para o efeito o catedrático prof. Gouveia Portela, profs. António Brotas e João Figanier e engs. Cunha Serra e Resina Rodrigues. Hoje há reunião de todos os alunos, às 15 horas.

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA

Professores e alunos do Instituto Superior de Economia estiveram reunidos durante todo o dia de ontem. Um grupo de alunos procedeu à reabertura da Associação de Estudantes.

Na reunião foi discutido um total de quatro propostas, na primeira das quais se pede nomeadamente que não seja admitido no Governo Provisório o prof. Veiga Simão. As reuniões vão continuar.

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

O Conselho Escolar do Instituto de Ciências do Trabalho reafirmou o direito dos alunos a disporem de uma Associação de Estudantes e deliberou promover a participação do corpo docente e discente na gestão em conjunto do estabelecimento.

FACULDADE DE LETRAS

O Conselho Escolar da Faculdade de Letras, reunido sob a presidência do prof. Orlando Ribeiro, elegeu uma comissão directiva constituída pelos profs. David Mourão-Ferreira, Cerqueira Gonçalves, Lindley Cintra, Maria Helena Mateus e Maria de Lourdes Belchior.

A comissão propôs o imediato cancelamento de todos os processos disciplinares pendentes e a reintegração de todos os alunos que se encontrem afectados por quaisquer sanções.

FACULDADE DE MEDICINA

Na aula magna da Faculdade de Medicina de Lisboa realiza-se amanhã, às 10 e 30, uma reunião de todos os docentes daquele estabelecimento, para debate da formação de um novo Conselho Escolar que integre professores e alunos.

BELAS ARTES

Professores e assistentes da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa dirigiram aos alunos um comunicado contendo propostas para iniciar trabalhos com vista a uma reestruturação do estabelecimento dentro dos princípios e valores democráticos.

Funcionários públicos em movimento

Os funcionários do Fundo de Fomento da Habitação (Ministério das Obras Públicas) realizaram ontem uma reunião em que, após terem discutido o programa do Movimento das Forças Armadas, decidiram convocar uma Reunião Geral do F.F.H. para hoje às 15 horas. Vão ser discutidos os vários programas e propostas políticas e sindicais até agora apresentados ao público, a crítica da política do Fundo durante i regime deposto e a questão da organização do funcionalismo público.

OS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO TÊM DIRECÇÃO PROVISÓRIA

. Os profissionais de escritório têm, a partir da noite de ontem, uma direcção provisória à frente do seu organismo sindical. Compõem-na os associados José Hipólito, Caiano Pereira, José Luís Judas, Pessoa Gomes, Marília Cabral, Maria do Carmo e José Manuel de Almeida, que já faziam parte da comissão provisória escolhida após a tomada do Sindicato e destituição da direcção encabeçada por José Brás Rodrigues.

A escolha daqueles profissionais foi sancionada unanimemente por cerca de 2500 trabalhadores presentes na reunião de ontem, na sede do Sindicato. Dirigiu os trabalhos Campos Marçal, presidente da mesa da assembleia geral, tendo sido tratados os seguintes pontos: informação aos sócios do que se tem passado na vida política e sindical; ratificação dos actos assumidos pelo grupo de sócios que decidiu convocar a reunião, ou seja, ocupação das instalações do Sindicato e proibição de entrada na sede dos elementos da direcção anterior. Foi ainda anunciado que na próxima reunião, a efectuar em 3 de Maio, será apresentado o plano para normalização da vida sindical.

No decorrer da reunião foi ainda apresentada uma moção pela qual os trabalhadores de escritório repudiam todas as manifestações de violência nas ruas e alertam para o perigo que representam tais atitudes.

BANCÁRIOS INTENSIFICAM A VIGILÂNCIA

A necessidade de fiscalizar rigorosamente todas as tentativas de movimentos bancários com o estrangeiro e de exercer apertada vigilância para que nenhuma operação de levantamento ou transferência de valores, para além das previstas, seja efectuada, foi salientado na reunião do Sindicato dos Bancários ontem efectuada nas instalações do Grémio dos Lojistas, dada a afluência de associados. Foi ainda feita uma referência especial às contas de depósitos de todos os sindicatos, que devem também ser controladas.

A reunião foi dirigida pelo presidente da direcção, Anselmo Dias, e pelo director José Carlos Abreu, que a dada altura referiu a necessidade de os piquetes se fazerem também à noite, para maior vigilância.

Ocupado esta manhã o Sindicato dos Psicólogos

Um grupo de profissionais de psicologia ocupou esta manhã, cerca das nove horas, o Sindicato dos Psicólogos e saudou o Movimento das Forças Armadas e o povo português. O grupo ocupante convocou, ao mesmo tempo, os profissionais de psicologia para se concentrarem no Sindicato, na Avenida Magalhães Lima, n.º 6-1.º-D.to, amanhã, «Dia do Trabalhador», às 14 horas, a fim de participarem na manifestação do 1.º de Maio. Foi também marcada uma reunião geral no dia 2, às 21 horas, com a seguinte agenda de trabalho: apreciação do momento actual, definição da actuação futura, eleição de uma comissão «ad hoc» para discussão e alteração dos Estatutos.

PAREDE

FRANCELINA DA ASSUNÇÃO CANTANTE GRAVATO

FALECEU

Armando Simão Gravato, sua mulher Maria do Carmo Quaresma Massano Gravato e filho, Maria Antonieta Cantante da Costa Tellmo, seu marido e filhos, e mais família cumprem o doloroso dever de participar o falecimento de sua querida mãe, sogra, avó, tia e parente e que o seu funeral se realiza amanhã, às 11 horas, da Igreja Paroquial da Parede para o cemitério de S. Domingos de Rana.

AGÊNCIA LEONEL (Funerária da Parede) Telef. 247 1462

televisão

HOJE

1.º Programa
1.º Período

- 12.45 Abertura e desenhos animados «Abbot e Costello»
- 13.00 Almanaque
- 13.15 O Rapaz do Elefante
- 13.45 Telejornal — 1.ª edição
- 14.00 Maria Betânia
- 14.15 Logo à noite

2.º Período

- 14.40 Ciclo Preparatório TV
- 19.00 TV Educativa - Matemática Moderna
- 19.25 «George»
- 19.30 Telejornal — 2.ª edição
- 19.50 «O Diario das Fabulas»
- 20.05 TV infantil
- 20.15 «O Golfinho»
- 21.00 Desenhos animados - «A Pantera Cor-de-rosa»
- 21.30 Telejornal — 3.ª edição
- 22.00 Momento político
- 23.10 Historias de Amor
- 00.00 Telejornal — 4.ª edição
- 00.10 Meditação e fecho

2.º Programa

- 19.00 Desenhos animados «Abbot e Costello»
- 19.25 Diário de um Navegador Solitario
- 21.00 Teleritmo
- 21.30 Telejornal — 3.ª edição, em simultâneo com o 1.º Programa
- 22.00 Momento político
- 23.10 «Tony Bennet Show»

AMANHÃ

1.º Programa
1.º Período

- 12.45 Abertura e desenhos animados - «Universal Cartoons»
- 13.00 Fronteiras do Amanhã
- 13.15 Agulhas e Alfinetes
- 13.45 Telejornal — 1.ª edição
- 14.00 24 Horas da Vida de Uma Cidade
- 14.15 Logo à Noite
- 14.25 Fecho

2.º Período

- 19.00 Telejornal — 2.ª edição
- 19.25 Filme infantil - «Diário das Fábulas»
- 19.30 Eurovisão — Futebol: Alemanha-Suécia
- 19.20 Vamos jogar no Totobola
- 21.00 Uma Família Vulgar
- 21.30 Telejornal — 3.ª edição
- 22.05 Histórias da Música
- 22.35 A Família Strauss
- 23.50 Telejornal — 4.ª edição
- 23.55 Meditação e fecho

2.º Programa

- 19.00 «Agulhas e Alfinetes»
- 19.25 24 horas da vida de uma cidade
- 19.40 «Belinda a Escrava do Silêncio»
- 21.30 Telejornal — 3.ª edição, em simultâneo com o 1.º Programa
- 22.30 «O Aventureiro»
- 23.25 Encontro com o Mundo - «Répteis e Anfíbios»

urgência

Emergência	115	Judiciária	53 5380
Bombeiros	32 2222	Intoxicações	76 1176
CVP	66 5342	Aeroporto	71 1397
H. de S. José	86 0131	C.R.G.E.	53 7021
H. de S. Maria	73 0231	C. Águas	38 1361
P.S.P	36 6141	Combóios	32 6222

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava pouco nublado e o vento era fraco e moderado de Noroeste.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	11º
P. DOURADAS	2º
COIMBRA	10º
PORTALEGRE	5º
LISBOA	11º
FARO	13º
FUNCHAL	16º

TEMPERATURAS EXTREMAS

ESTORIL
Máxima 17,8º

PENHAS DA SAÚDE
Mínima 4,2º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Agua do Mar 13,0º
Atmosfera 10,8º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
11.00	3,3 m	4.22	1,3 m
23.25	3,5 m	16.47	1,4 m
DIA 1			
___	___	5.35	1,2 m
12.08	3,4 m	17.57	1,3 m
DIA 2			
0.32	3,6 m	6.35	1,0 m
13.07	3,6 m	18.56	1,1 m

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Ceu temporariamente muito nublado; vento moderado de Noroeste; aguaceiros e possibilidade de trovoadas; a partir da manhã ceu muito nublado; vento moderado de Sudoeste; periodos de chuva.

rádio

EMISSORA 1.º Programa

- 16.00 Noticiário
- 16.05 Convívio
- 18.05 O convidado de hoje: Ray Charles
- 18.30 Forças Armadas
- 19.05 Orquestras e canções
- 19.30 Recordar é viver, por Maria Natália Bispo
- 20.00 Jornal da noite
- 20.30 3.º episódio do folhetim «O Ourives do Rei» de Alexandre Dumas, numa adaptação de Alice Ogando
- 20.50 Melodias
- 21.00 Momento 74
- 21.20 Que quer ouvir?
- 22.10 Jazz
- 22.35 Vamos ouvir: o guitarrista Carlos Paredes
- 23.05 De um dia para o outro, por Armando Correia
- 00.00 Junção (entrada do MF 1 de Lisboa); Sinal horário

Programa em MF 1 de Lisboa

- 23.00 Rádio Universidade
- 00.00 Junção com o 1.º Programa

2.º Programa

- 16.00 Uma obra... duas interpretações, o concerto em mi menor op. 85 (Elgar) interpretado sucessivamente pelos violoncelistas Anthony Pini e Jacqueline du Pré
- 17.00 Sonata para piano (Bela Bartock), por Noël Lee
- 17.15 Curiosidades musicais
- 17.45 Intercâmbio musical — semanas musicais de Budapeste, de 1973
- 18.15 Quinteto n.º 1, em si bemol maior, op. 56 (Danzi)
- 18.30 Gravações históricas
- 19.00 Música de bailado
- 19.30 Rádio educativa (Auditório juvenil)
- 20.00 Jornal da noite
- 20.30 Música de câmara
- 21.00 Música coral
- 21.25 Temas, sistemas e poemas, por António Manuel Couto Viana
- 21.45 Recital de piano, por Florinda Santos
- 22.15 O Gosto pela música pelo dr. João de Freitas Branco
- 22.45 Música sinfónica
- 23.00 Emissão em línguas estrangeiras
- 01.15 Fecho.

Programa estereofónico — MF 2

- 21.00 Música ligeira variada
- 22.00 Música sinfónica
- 23.30 Ciclo de canções, de Schubert
- 23.58 Uma obra de Hindemith
- 00.20 Duas sonatas para violino e piano, pelo Duo Ion Voicou e Monique Haas
- 01.00 Fecho.

Modulação de frequência

- 16.05 Programa CDC
- 18.00 O nosso programa
- 19.05 Em órbita
- 21.00 Boa noite em FM
- 22.00 Clube À Gô-Gô
- 02.00 Em órbita-dovis
- 01.02 Banda sonora Sonipol
- 02.00 Perspectiva
- 03.00 Fecho.

RÁDIO RENASCENÇA

- 16.00 Noticiário
- 16.05 Radiorama
- 18.00 Tri'S
- 18.22 Palavra do Dia / No final terço e benção da Basílica dos Mártires
- 19.00 Jornal do serviço de noticiários e reportagens de Rádio Renascença
- 19.30 Página 1
- 21.04 Meditando
- 21.08 Recordando o Padre Cruz
- 21.15 Poente
- 21.30 Curso de língua alemã
- 21.45 Pentagrama
- 22.00 Quando o teleforn toca
- 22.30 Esquema 13
- 23.05 A 23.ª hora

EMISSORES ASSOCIADOS DE LISBOA

RÁDIO VOZ DE LISBOA

06.00 às 10.00 e 14.30 às 17.30

RÁDIO GRAÇA

10.00 às 12.00 e 22.00 às 02.00

C. RADIOFÓNICO DE PORTUGAL

12.00 às 14.30 e 17.00 às 19.30

RÁDIO PENINSULAR

19.30 às 22.00

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO F — 1
(ATÉ ÀS 22 HORAS)

AJUDA
Lídia Almeida, Calçada da Ajuda 170 (Telef. 637318)
ALCÂNTARA
Probidade, Rua de Alcântara 15-A-B (Telef. 638589)
ALTO PINA
Eusil, Rua Barão de Sabrosa, 104 (Tel. 841912)
ALVALADE
Selo, Av. de Roma 53 (Telef. 776314); **Rainha Santa**, Rua Afoso Lopes Vieira, 57-B (à Av. do Brasil) (Telef. 765262)
ANJOS
Guerra, Rua Andrade, 32-38 (Telef. 845513)
AREEIRO
Central do Areeiro, Avenida Paris, 2-2-A (Telef. 720820)
AVENIDA DA LIBERDADE
Galénica, Rua das Pretas, 12-14 (Telef. 322588)
AVENIDAS NOVAS
Saldanha, Avenida Praia da Vitória, 53-55 (Telef. 43938); **Santa Maria**, Av. 5 de Outubro, 283-A (à Feira Popular e Av. 28 de Maio) (Telef. 763016)
BAIRRO ALTO
Oliveira, Rua D. Pedro V 123-125 (Telef. 827880)
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Ascenso, Praça do Norte, 11-A (Telef. 311216)
BENFICA
Marques, Estrada de Benfica, 648 (Telef. 700096)
CARNIDE
S. João, Estrada da Luz, 124-A (Telef. 783179)
CAMPOLIDE
Rualto, Rua Alto do Carvalhão, 5-A-B (Telef. 651721)
CAMPO DE OURIQUE
Condestável, Rua Coelho da Rocha, 119 (Telef. 666206)
CHARNECA
S. Bartolomeu, Vila Paulo Jorge (às Galinheiras) (Telef. 790969)
ESTRELA
Aurélio Rego, Calçada da Estrela, 139 (Telef. 661758)
GRAÇA
Alves de Carvalho, Rua Vale St.º António, 79 (telef. 840125); **Anunciada**, Rua do Vigário, 74 (Telef. 866360)
GRILO
Grijó, Rua do Grilo 25 (Telef. 385264)
OLIVAIS
Fernandes Borges, Rua Cidade de Benguela, lote 300 Olivais Sul (Telef. 311091)
PENHA DE FRANÇA
Dimar, Rua Conde Monsaraz, 17-B (Telef. 842533)

TURNO F — 2
(TODA A NOITE)

ALCÂNTARA
Infante Santo, Rua do Olival, 290 (Telef. 661003)
ALMIRANTE Reis
Aliança, Av. Almirante Reis, 145-B/C (Telef. 50487)
ALVALADE
Alentejo, Av. da Igreja, 28-B (Telef. 712682); **Estados Unidos**, Av. Estados Unidos da América, 16-B (Telef. 725859)
AVENIDA DA LIBERDADE
Vieira Borges, Rua Alex. Herculano, 28 (Telef. 40536)
AVENIDAS NOVAS
Cardote, Av. Visconde Valmor, 28-A/B/C (Telef. 772291)
BAIRRO DOS ACTORES
Aliança, Av. Almirante Reis, 145-B/C (Telef. 50487)
BAIXA
Internacional, Rua Aurea, 228 (Telef. 322017 e 30203)
BENFICA
Vitex, Estrada de Benfica, 373-B (Telef. 780548)
CAMPOLIDE
Imparcial, Rua General Taborda, 28 (Telef. 680931)

CAMPO DE OURIQUE
Almeida, Rua Silva Carvalho, 136 (Telef. 681726)
CONDE REDONDO
Contemporânea, Rua Conde de Redondo, 26-30 (Telef. 45048)
GRAÇA
Monte, Rua Senhora do Monte, 30-A/B (Telef. 867842)
LUMIAR
Paluleia Herdeiros, Rua do Lumiar, 122-124 (Telef. 790332)
OLIVAIS
Central dos Olivais, Rua Alferes Barrilaro Ruas 7-C (Olivais Norte)
S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Latina, Av. António Augusto de Aguiar, 17-A (Telef. 42312)
S. BENTO
Valentim, Rua Poço dos Negros, 88-90 (Telef. 679453)
PICHELEIRA
Mariuz, Calçada da Picheleira, 140-B/C (Telef. 720773 e 728395)
SANTO AMARO
Santo Amaro, Rua Filinto Elísio, 29-A/B (Telef. 637070)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Branco, Av. Comb. G. Guerra, 64 (Telef. 212070)
CAXIAS
Nova, R. Bernardim Ribeiro, 1-A (Telef. 242839)
PAÇO DE ARCOS
Trindade Brás, R. Costa Pinto, 186 (Telef. 2432034)
OEIRAS
Godinho, R. Cândido dos Reis, 98 (Telef. 2430090)
PAREDE
Aisir, Av. Gago Coutinho-B.º das Caixas de Previdência (Telef. 2472948)
MURTAL
Primavera
ESTORIL
Ostende, R. de Espinho, 1 (Telef. 260391)
CASCAIS
Cordeiro, Av. Comb. G. Guerra, 40 (Telef. 280170)
Nova, Est. de Alvide-Fontainhas (Telef. 281044)

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Melo, P. D. João I-Lote 146-B.º janeiro (Telef. 932756)
Central, Av. Cardoso Lopes, 25 (Telef. 932210)
Igreja, P. da Igreja, 22-A (Telef. 937740)
Jardim, Av. Conde de Oeiras, Loja X 1-Reboleira (Telef. 938424)
DAMAIA
D. João V, Av. Gurgel do Amaral, 2-A (Telef. 970461)
VENDA NOVA
Nova, R. Elias Garcia, 10 (Telef. 972530)
QUELUZ
Zeller, R. da República, 83 (Telef. 950045)
Correia, L. do Mercado, 3 (Telef. 950906)
CACÉM
Central, R. Elias Garcia, 55 (Telef. 2940034)
MEM MARTINS
Química, Est. Mem Martins 285 (Telef. 2910012)
S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (Telef. 980456)
SINTRA
Misericórdia, L. Dr. Gregório de Almeida, 2 (Telef. 980391)
COLARES
Abreja (Telef. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (Telef. 234100)
ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (Telef. 224020)
ALMADA
Magalhães, R. Capitão Leitão, 8-A (Telef. 270271)

BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, Est. Nacional, 221-B (Telef. 224141)
BARREIRO
Normal, Av. Alfredo da Silva, 116 (Telef. 2073035)
COVA DA PIEDADE
Atlântico, R. Padre Manuel Bernardes, 1 (Telef. 2764466)
MOITA
União Moitense, Av. dr. Teófilo Braga (Telef. 239025)
MONTIJO
Digo, R. Almirante Reis, 42 (Telef. 230032)
SESIMBRA
Lopes, R. Cândido dos Reis, 67 (Telef. 229028)
SETÚBAL
Higiene, R. Frei Agostinho da Cruz (Telef. 22408)
Portugal, R. Camilo Castelo Branco (Telef. 23211)
SEIXAL
Soromelho, R. Paiva Coelho, 38 (Telef. 2218560)

PORTO

1.º TURNO

SUB TURNO A

Alves da Silva, Av. da Boavista, 1016; **Azevedo (de)**, Rua do Meiral, 503; **Gomes Ferreira**, Rua Faria Guimarães, 449; **Nau Victória**, Rua Nau Victória, 723; **Ordem da Trindade**, Rua Her. e Márt. Angola, s/n; **Terreiro**, Rua da Reboleira, 21.

SUB TURNO B

Antas (das), Av. Fernão Magalhães, 1076; **Ant. Porta do Olival**, C. Mártires da Pátria, 122; **Falcão**, Rua de Santo Ildefonso, 61; **Ferreira**, Praça D. Afonso V, 55-B; **Lousada**, Largo do Campo Lindo, 62.

COIMBRA

TURNO A

Silva Soares, R. M. de Albuquerque, 26-28 (Tel. 71454); **Vilaça, Ld.ª**, R. Ferreira Borges, 132 (Tel. 22043); **Cruz e Costa**, R. A. Vasconcelos, 71-A (Tel. 22715)

cinemas

ROXI (T. 48560)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo D (18 anos)
Colorido
O pesadelo dos pesadelos A LENDA DA CASA ASSOMBRADA com Pamela Franklin, Roddy McDowall e Gaile Hunnicutt
(Metro: Anjos)

MUNDIAL (Tel. 538743)
15.15, 18.30 e 21.45
4.ª semana! Colorido
Grupo D (18 anos)
Barbra Streisand, Robert Redford
«O NOSSO AMOS DE ONTEM»

CONDES (Tel. 322523/326710)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
(Grupo D-18anos)
Color de luxe. Mete medo até aos próprios profissionais O ESQUADRÃO INDOMÁVEL com Roy Scheider e Tony Lo Bianco e Larry Haines

CASINO ESTORIL (T. 264621)
17.00 e 21.30
Grupo D (18 anos)
UM DIA EM CHEIO com Jacques Dulfilho e André Falcon

ESTÚDIO APOLO 70 (Tel. 763319)
15.15-18.30 e 21.45
(Grupo D-18 anos)
5.ª Semana! Technicolor
«Um dos 10 melhores filmes do ano! «AMERICAN GRAFFITI» (nova geração) de George Lucas.

LONDRES (Tel. 731313)
14.15, 17.30, 18.45, 21.45
Grupo D (18 anos). Obra admirável diamante intacto... o filme de Alan Resnais com Emmanuelle Riva Eiji Okada e Bernard Fresson «HIROSHIMA, MEU AMOR»

ROMA (Tel. 729192/727778)
15.30 e 21.45
Grupo C (14 anos)
Eastmancolor
Rod Steiger, Rossana Schiaffino, Rod Taylor, Claude Brasseur e Terry Thomas OS HEROIS

ALVALADE (Tel. 717480)
15.30-18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
mete medo até aos profissionais «O ESQUADRÃO IMDOMÁVEL» com Roy Scheider e Tony Lo Bianco e Larry Haines.

EUROPA (T. 661016)
15.15 e 21.30
Grupo D (18 anos)
3.ª Semana! Eastmancolor
Dani-Michel Calabru e Jena Lefreve VÊM A OS CABELUDOS

RESTELO (T. 610275)
21.30
Grupo B (10 anos)
Eastmancolor
A GRANDE BRONCA com Francis Blanche e Les Charlots

IMPÉRIO (T. 555134)
15.15 e 18.30
Grupo D (18 anos)
2.ª Semana! Technicolor
Malcolm McDowell UM HOMEM DE SORTE um filme de Lindsay Anderson
21.30
Grupo A (6 anos)
Recital de Piano por Gesa Anda Promovido pelo Centro de Cultura Musical
Amanhã
18.30
Grupo D (18 anos)
«Sessão Clássica»
Um filme de Lawrence Olivier RICARDO III com Lawrence Olivier
(Metro: Alameda)

ROYAL (T. 865037)
15.00 e 21.00
Grupo D (18 anos)
A IMAGEM DO MEDO. Em complemento 4 CASOS DE AMOR

CINEARTE (T. 660446)
21.30
Grupo C (14 anos)
Eastmancolor
Simone Signoret e Alain Delon ALMAS A NU

CINEMA CASTIL (T. 530194)
15.30, 18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
3.ª Semana! Eastmancolor
SEGREDOS PROIBIDOS Jacqueline Bisset
(Parque Castil)

BERNA (Tel. 776098)
15.15, 18.30 e 21.45
20.ª Semana! Technicolor todo-ao Grupo C (14 anos) o filme de Norman Jewison «JESUS CRISTO SUPERSTAR»

ESTÚDIO 444 (T. 779095)
15.30, 18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
28.ª Semana! Eastmancolor
O PORTEIRO com Bernard Le Coq, Maureen Karwin e Michel Calabru

POLITEAMA (Tel. 326305)
15.15, 18.45 e 21.45
3.ª Semana! Eastmancolor
Grupo A (6 anos)
«EUSÉBIO A PANTERA NEGRA»

PATHÉ (Tel. 821933)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
(Grupo D-18 anos)
Color de Luxe. Arranjem-lhe um sarilho e ele arranja-lhes um lindo enterro À ESPREITA DO SARILHO com Robert Hooks e Paul Winfield
(Metro: Arroios)

MONUMENTAL (T. 555131)
21.30
Grupo C (14 anos)
Estreia. Color
Burt Lancaster e Robert Ryan ACÇÃO EXECUTIVO um filme de David Miller com argumento de Dalton Trumbo
Amanhã
18.30
Grupo D (18 anos)
«Ficção Científica»
Um filme de Alain Resnais AMO-TE, AMO-TE com Claude Rich e Olga George-Picot

ESTÚDIO (T. 555134/5)
15.30, 18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
3.ª Semana!
A obra-prima de Ingmar Bergman RITUAL (RITEN) com Ingrid Thulin
(Metro: Alameda)

EDEN (T. 320768)
21.45
Grupo C (14 anos)
Estreia. Eastmancolor
Frederick Stafford, Raymond Pellegrin e Marilu Tolo ABUSO DO PODER
15.30 e 18.30
Grupo C (14 anos)
Cantinflas AS ORDENS DE VOSSELÊNCIA

ODEON (T. 326283)
15.15, 18.15 e 21.30
Grupo D (18 anos)
As artes marciais na máxima ferocidade CRUEL VINGADOR
Com o novo ídolo da China Chen Kuan-Tai. O mais alicinante festival de Karate

AVIZ (T. 47163)
15.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
3.ª Semana! Eastmancolor
MALTESES, BURGUESES E ÀS VEZES Yola e Artur Semedo

SATÉLITE (Tel. 562632)
15.30, 18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
7.ª Semana! Color.
A obra-prima de Nagisa Oshima CERIMÓNIA SOLENE

VOX (T. 720808)
Reabre 5.ª feira, dia 2 de Maio com o filme DOIS HOMENS NA CIDADE

TIVOLI (T. 50595)
15.15, 18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
Technicolor
Paul Newman, Robert Redford e Robert Shaw A GOLPADA (THE STING) premiado com 7 Oscares incluOndo o do melhor filme e do melhor realizador!

S. JORGE (Tel. 54154)
15.15-18.15 e 21.30
2.ª Semana! Technicolor
Grupo D (18 anos)
Richard Chamberlain e Glenda Jackson TCHAIKOVSKY DEL RIO DE AMOR o célebre filme de Ken Russell

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

A.B.C.
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Com Parra Nova»

CAPITÓLIO
21.45 (18 anos)
«A Menina Alice e o Inspector»

ILLARET
21.45 (18 anos)
«A Dama de Copas e o Rei de Cuba»

CASA DA COMÉDIA
22.00 (18 anos)
Doroteia»

MARIA VITÓRIA
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Ver, Ouvir e ... Calar»

LISBOA/Cinemas

OLÍMPIA
19.00 (14 anos)
«O Rebelde das estepes»

PROMOTORA
21.00 (18 anos)
«Vingança do Dragão Negro»

JARDIM CINEMA
21.00 (18 anos)
«Os Revoltados do Cano»

CINE MOSCAVIDE
21.00 (18 anos)
«Dracula Prisioneiro de Frankenstein»

SACAVÉM
S. José
21.00 (14 anos)
«Um de Nos Tem de Morrer»

PARIS
21.30 (18 anos)
«Quando Passam as Cegonhas»

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Stadium
21.30 (18 anos)
«Deram-lhe uma metralhadora»

PAREDE
Royal
21.15 (18 anos)
«O Intruso volta a atacar»

ESTORIL
Esplanada
21.30 (10 anos)
«O Solitário de Nevada»

ESTORIL
Casino
17.00 e 21.30 (18 anos)
«Um Dia No Colegio»

ESTORIL
Palácio
21.30 (18 anos)
«Amores Clandestinos»

CASCAIS
S. José
21.30 (18 anos)
«Os Vorazes»

LINHA DE SINTRA

QUELUZ
Queluz Cinema
21.15 (18 anos)
«Dívida de ódio»

SINTRA
Carlos Manuel
21.30 (18 anos)
«O Porteiro»

DAMAIA
D. João V
21.30 (18 anos)
«Seita de vampiros»

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«Um homem e uma mulher»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«O Túmulo de sangue»

TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (14 anos)
«O Homem que não queria matar»

PORTO/Cinemas

S. JOÃO
21.30 (18 anos)
«A Golpada»

JÚLIO DINIS
21.30 (18 anos)
«O Porteiro»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«O Convite»

BATALHA
21.30 (10 anos)
«Cantinflas às ordens de Vosselência»

TRINDADE
21.30 (18 anos)
«40 Idade Perigosa»

ÁGUIA D'OURO
21.30 (6 anos)
«Eusébio a Pantera Negra»

ESTÚDIO
21.30 (18 anos)
«A Máscara»

OLÍMPIA
21.30 (18 anos)
«Condenados a Viver»

VALE FORMOSO
21.30 (14 anos)
«A Desforra de Hércules»

CARLOS ALBERTO
21.30 (14 anos)
«Os Profissionais» e «Herois de Cordura»

COLISEU
21.30 (14 anos)
«Paixão Cigana»

RIVOLI
21.30 (18 anos)
«Zorba o Grego»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.45 (18 anos)
«Simplesmente Revista»

COIMBRA

TIVOLI
21.30 (14 anos)
«Jesus Cristo Superstar»

AVENIDA
21.00 (18 anos)
«Amor e sofrimento»

GIL VICENTE
21.30 (6 anos)
Espectáculo pelo Grupo Gulbenkian

SOUSA BASTOS
21.30 (18 anos)
«O Vampiro Negro»

EXPOSIÇÕES

BELAS ARTES — Pinturas de Alberto Carneiro, Isabel Cabral e Carlos Ramos (das 14 às 21 h).

BÜCHHOLZ — Trabalhos de Henrique Manuel (das 10 às 13 e das 15 às 19 h.).

CASA DA IMPRENSA — Óleos de Jorge Ferreira (das 16 às 21 h., excepto sábados e domingos).

COTA D'ARMAS — Trabalhos de José Maria Santos Zoio (das 15 às 22 h.).

DA VINCI — Pintura de Zal.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS — Óleos de Fernando Falpe (das 10 às 12.30 e das 14.30 às 19 h.).

DINASTIA — «Nove Pintores de Paris» (das 10 às 13 e das 15 às 19 h.).

ESCOLA ANTÓNIO ARROIO — Exposição de pintura e artes gráficas (das 15 às 20 h.).

FUNDAÇÃO GULBENKIAN — Trabalhos de Etienne Hajdu (das 10 às 20 h).

FUTURA — Telas de Moita Macedo (das 10 às 13 e das 15 às 19 h.).

GRAFIL — Objectos e guaches de Vitor Belém (Terças e quintas-feiras, das 15 às 24 h; restantes dias, das 10 às 13 e das 15 às 20 h.).

INTERIOR — Tapeçarias de Charrua (das 10 às 13 e das 15 às 19 h).

JUDITE DA CRUZ — Trabalhos de José Vaz Vieira (das 11 às 13 e das 15 às 19 h.).

OPINIÃO — Desenhos de Renato Cruz (das 10 às 20 h)

OTTOLINI — Pinturas de Lima de Carvalho (das 11 às 13 e das 15 às 19 h.).

PRISMA 73 — Trabalhos de Garizo do Carmo (das 15 às 20 h. excepto domingos e às quartas-feiras das 15 às 24 h).

QUADRANTE — Trabalhos de Natividade Corrêa (das 10 às 13 e das 15 às 19 h.).

RUMO — Esculturas de Chissano.

S. MAMEDE — Óleos de Carlos Botelho (das 10 às 13 e das 15 às 20 h.).

TÁVOLA — Aguarelas de Le Corbusier (das 11 às 20 h).

BARS BOITES — restaurantes típicos — DANCINGS

DL/ NACIONAL

RENASCENÇA GRÁFICA S. A. R. L.
PROPRIETÁRIO DO
DIÁRIO DE LISBOA
ADMINISTRAÇÃO GERAL
REDACÇÃO E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO 185 1.º 2.º E 4.º
TELEF. 654531/2 3 4
SERVIÇOS TÉCNICOS:
RUA LUZ SORIANO 44
RUA DA ROSA 57
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

AS CASAS SÃO DO POVO! e o povo da Boavista ocupou-as

O povo habitante do Bairro da Boa Vista tomou conta, ontem à tarde, por decisão geral, das casas vazias que domingo ocupara após uma reunião que durou todo o dia. As chaves das casas ainda não habitadas foram entregues à população por elementos do bairro e da sua confiança, num clima de completa alegria. Centenas de pessoas que agora obtiveram finalmente casa, esperavam por ela, com requerimentos metidos à Câmara Municipal de Lisboa, há mais de 15 anos. Viviam até há dois dias em barracas de madeira e telha, com uma ou duas divisões, onde a chuva entrava, à beira de fossas que substituiam os esgotos. A maioria das famílias era composta por mais de 10 pessoas. Numa reunião, convocada pelo Exército no domingo à noite para decidir da permanência das pessoas nas casas ocupadas, o povo do Bairro da Boa Vista decidiu, ontem à tarde, por aclamação, permanecer nas casas e ir buscar as chaves onde elas estivessem.

O segundo passo, que ainda na tarde de ontem se iniciou, foi a tentativa de correcção do critério de distribuição das casas: ficarão nas casas, prioritariamente, os ocupantes pertencentes ao bairro, mais necessitados. Serão em seguida redistribuídas as restantes habitações vazias, se as houver, aos ocupantes que doutros bairros se deslocaram para a Boa Vista, durante os últimos dias.

Na noite de domingo o Exército disse: se não estivermos cá até às quatro da tarde de segunda-feira, o povo fará como entender. E o povo fez. Na Boa Vista o povo ocupou as casas a que sempre teve direito e que lhe eram negadas

AS CASAS SÃO DO POVO

O povo do Bairro da Boa Vista assume a responsabilidade do seu gesto de ocupação. **É falso quem diz que vieram para aqui agitadores. Não precisamos deles para fazer o que fizémos. A gente tem necessidade de casas e aqui há casas vazias que estão a apodrecer. Vivemos há muitos anos em barracas miseráveis onde chove. Não temos esgotos, as fossas e a lama causam doenças aos nossos filhos. Se tentámos fazer obras, a Câmara indeferiu sempre os nossos pedidos. É justo ocupar as casas que estão vazias há três anos a estragar-se. As casas são do povo e não sairemos delas.**

As casas são do povo, é a grande verdade que o povo assumiu no Bairro da Boa Vista, desde domingo. Em gritos unânimes a população repete-a sublinhando as decisões que se vão confirmando, as soluções que se vão descobrindo na reunião que ontem à tarde, apesar da ausência do Exército e da desistência dos elementos da comissão (composta por, além dos elementos do Exército, eng.º Poole da Costa, do Gabinete Técnico da CML, coronel Teixeira Pinto, chefe da repartição de realojamento da CML e pelo chefe das assistentes sociais, Maria Luis Salinas), se realizou de facto com a presença quase em massa da população do bairro.

Sob o verde-vermelho da bandeira nacional e do MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado) a reunião decidiu a permanência nas casas ocupadas e a entrega das chaves aos seus habitantes.

Na ausência dos elementos da autoridade oficial, um habitante levantou a voz para se fazer ouvir. **As casas estão a apodrecer de vazias! O povo está a viver em barracas onde chove. As casas foram construídas com o dinheiro do povo e o povo ocupou-as ontem e organizou-se. É preciso saber qual a resposta que o povo dará a qualquer tentativa oficial de as distribuir ordeiramente!**

Da base da tribuna improvisada, a população respondeu: **As casas são do povo! O povo ocupa as casas!**

O orador continuou: **Que se constituam comissões com os elementos mais idosos do bairro em quem o povo deposite confiança para que se garanta que as casas são ocupadas pelos habitantes do bairro mais necessitados. Quem está nas casas não sai das casas! A comissão irá de casa em casa e assim se fará justiça.**

E assim se fez.

COMO O POVO OCUPOU AS CASAS

No meio de uma certa e justa excitação que ontem reinava no Bairro, por entre grupos que discutiam posições, soluções e alternativas, dezenas de homens e mulheres queriam contar a sua história. Muitos esperavam por casa há mais de 15 anos. Ninguém há menos de dois. Dezenas de pessoas contavam como viviam. Doze, treze, dezasseis pessoas numa divisão só, empilhadas por casais e filhos, dividindo as camas e partilhando o espaço. Sem esgotos, sem água; nenhuma demagogia poderá retirar às pessoas que durante anos e anos viveram tão mal a verdade da sua situação e a justiça do seu assalto às casas vazias.

As casas estão a apodrecer. Os canos da água rotos, as madeiras corroídas da chuva e do tempo, as paredes a cair. Não pode ser. Ontem o povo ocupou as casas. Não havia soldados nem engenheiros, nem assistentes sociais. Na manhã de domingo, o povo reuniu com gente da cidade que veio falar connosco. Dessa reunião sairam três comissões: uma para saber o número de casas vazias, outra para saber qual o número de casas superlotadas, outra saiu para a estrada da circunvalação para saber quantas casas aí metiam água. Estávamos a organizar tudo com ordem, apareceu a GNR que tinha interceptado um autocarro transportando gente da cidade para nos ajudar. Tentaram assustar-nos mas não conseguiram e foram-se embora. Depois ao meio-dia e meia veio a PSP que começou a ameaçar as pessoas. Muita gente teve medo e atirou-se para dentro das casas vazias. Foi aí que começou a ocupação. Depois, veio o Exército. Ameaçou as pessoas dizendo que tinham de dispersar, senão... O povo fez-lhes ver que tinha direito às casas e que os soldados do Exército são filhos do povo. Não podem disparar sobre o povo. E os soldados foram-se embora. Mais tarde vieram outros. Trouxeram canhões e carros de assalto. Finalmente concordaram connosco. O major que estava a comandar as forças convocou-nos para uma reunião hoje à tarde. Isto passou-se tudo no domingo. Eram 3 da manhã quando de cá sairam. Não houve qualquer problema com ninguém, apenas a discussão dos problemas até que os problemas se resolveram e os que estão a surgir agora serão também resolvidos. Mas se não fosse o aparecimento da PSP e do Exército a ameaçar as pessoas, mesmo que só fizessem menção, as pessoas não teriam tido medo, não se teriam atirado como loucas para dentro das casas e a ocupação ter-se-ia feito segundo a ordem que a gente estava a seguir, sem qualquer dificuldade. Agora, claro, a ocupação foi feita, o povo não sairá das casas. Mas é preciso reorganizar a distribuição para assegurar aos do bairro mais necessitados, em primeiro lugar, uma casa. Só depois os dos outros bairros poderão ficar com as casas daqui. Toda a gente tem direito a casa, mas há casas vazias em todos os bairros. É preciso ocupar também essas. O Bairro do Relógio já está ocupado também. Estamos a organizar-nos em comissões para resolver os problemas que o bairro tiver. Agora podemos ser nós a resolver a nossa própria vida.

O major comandante das forças que, domingo à noite, vieram ao Bairro da Boa Vista, verificar a situação, apoiou discretamente a actuação do povo: **Acho que toda a gente tem direito a uma casa. Não se pode viver em bairros de lata** — disse-nos pouco antes de retirar. Segundo informações dos habitantes, o comandante informou que, no caso das Forças Armadas não se encontrarem no Bairro até às 16 horas de segunda-feira para, juntamente com a comissão de técnicos da CML, resolver o assunto com a população, o povo decidiria como entendesse. E o povo assim o fez.

Foram extintos os tristemente célebres tribunais plenários

Cessaram os procedimentos criminais contra os ex-presos políticos. O decreto de amnistia faz desaparecer o tribunal plenário que há dezenas de anos sancionava na Boa Hora as confissões de presos forçadas pela PIDE, ou extorquiadas pela tortura. Também foi extinto o tribunal plenário do Porto e outros que no Ultramar tinham a mesma função. Numerosos processos existentes no Palácio da Justiça acusando cidadãos de afixarem cartazes e de outras transgressões, ditas de carácter político, foram arquivados. Cessa também o procedimento criminal nalguns processos distribuídos aos tribunais militares sobre matéria política.

DETIDO O INSPECTOR SACHETTI

PORTO, 30 — Quando tentava atravessar a fronteira, em Valença, foi preso o inspector da PIDE/DGS, José Sachetti, que foi conduzido a esta cidade por uma força militar, onde deu entrada na Casa de Reclusão Militar.

Também nesta cidade, foi detido o dr. Estevão Samagaio, médico daquela criminosa organização.

SUICÍDIO

Por ter ingerido grande quantidade de insecticida, morreu no Hospital de Santo António, do Porto, o ex-agente da PIDE/DGS, Armando Gomes de Lima, de 40 anos, casado, residente na Rua da Aldeia Nova, em Gaia.

O cadáver foi removido para a Casa Mortuária.

Spínola reuniu-se com a Banca Privada

Continuação da pág. 1

propaganda, em vista à eleição do Governo definitivo, que terá lugar dentro de um ano, tenha em consideração as obras a realizar neste espaço de tempo.

E este facto corroborava a sua insistência em solicitar reformas rápidas de natureza económica e financeira que permitam a maior criatividade por parte da iniciativa privada.

Volvendo a problemas mais específicos da banca, afirmou António Champalimaud que havia a preservar a instituição que, tradicionalmente, merece a confiança dos depositantes e que, por sua vez, injecta os capitais recolhidos nos circuitos animados e geridos pelos mais diversos investidores, dos quais depende em última instância a multiplicação do emprego e da riqueza nacional.

Nesta reunião com o presidente da Junta de Salvação Nacional falavam ainda os srs. José Manuel de Melo, dr. Miguel Quina e Manuel Espírito Santo que trataram de problemas criados à banca pela actual situação.

A paz da flor no 1.º de Maio

Terá de ser feito de alegria, fraternidade e consciencialização o 1.º de Maio, festa legítima de todos os trabalhadores. Mas também na paz terá de ser sentido e vivido, paz nos olhos, nas palavras, nas acções.

Maio é o mês das flores, o povo o consagrou. O levantamento militar, com armas, trouxe às ruas as flores nas bocas dos canhões, na ponta das espingardas, no peito dos soldados.

Flores nas mãos fraternas, flores nos carros percorrendo a cidade, a sublinharem a alegria do povo. Firme, determinado, na paz de um cravo vermelho.

N.º 103
30 DE ABRIL
DE 1974

Economia

SERÁ ESTA A IMAGEM DO FUTURO?

Registo e Comentário

COM UM NÓ NA GARGANTA...

E a voz estrangulada. E as lágrimas nos olhos.

Mas lágrimas em olhos que se riem de espanto. Não as velhas lágrimas mordidas de raiva, de contensão, crescidas no esforço para continuar a luta de resistência contra a mordaça, as algemas, a venda nos olhos, o nó na garganta.

Mas **este** nó na garganta de hoje. Outro. De comoção, de fazer sair a voz estrangulada mas a dizer o que quer. Rouca de saudar e gritar. **Povo unido jamais será vencido!**

E este suplemento. Este suplemento onde a camaradagem encheu páginas com material para aqui encaminhado para que ele continuasse, mas onde ficou um buraco para poder vir dizer — voz estrangulada, lágrimas nos olhos... — que nele continuo, que cá estou a procurar escrever ECONOMIA. E agora com as oito letras de seu nome...

Para hoje, pouco mais do que isto. Pouco mais do que vir marcar a presença, deixar a saudação. Palavras escritas num intervalo de dias de vinte e quatro horas que todas são poucas para nos estreitarmos as mãos e arrancarmos com a construção do nosso futuro, enquanto temos de ajudar à definitiva impossibilidade de renascer um passado. A não esquecer como experiência vivida. Sofrida.

Mas o marcar a presença e deixar a saudação é também um compromisso. A escrever com todas as letras, vingando-nos de mais de uma centena de vezes que o tentámos escrever com as letras que a repressão nos deixava — era forçada! — chegar a mensagem. Uma ECONOMIA com o produtor, o trabalhador, o homem no começo e fim de todas as prioridades. A satis-

Continua na pág. dois

E

LEIA NAS PÁGINAS INTERIORES

Registo e Comentário

Por SÉRGIO RIBEIRO

Continuação da primeira página

fação das suas necessidades. A sua promoção. A sua escolha consciente.

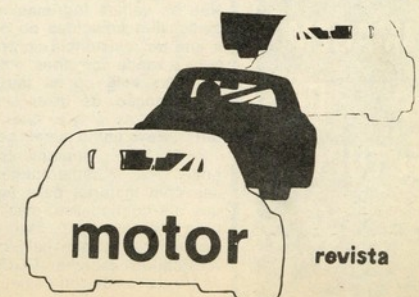
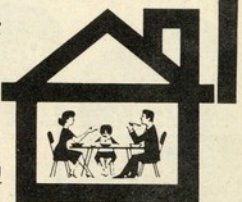
Tudo quanto hoje se escreva tem o peso de uma enorme responsabilidade. A de termos a certeza de que o que estamos a escrever será o que vai ser lido, a de sabermos que somos analfabetos de uma comunicação que deixou de ser codificada, são esse peso, essa responsabilidade. E assumamo-la substituindo a humilhante mordaça da censura pela sadia reflexão da autocrítica e da aprendizagem da comunicação descodificada.

Mas também, aceitemos o risco de uma relativa irresponsabilidade que consuma esta euforia e compense este cansaço que os nervos fazem esquecer. Deixemos que se atirem para o almofariz, de onde todos deveremos tirar o futuro por todos amassado e enformado, ideias que não transportam maior peso do que o de uma enorme vontade pessoal de as exprimir. Já destinadas a se apagarem, como voz débil mas firme, no coral das ideias colectivamente trabalhadas.

Neste «primeiro» suplemento, cozinhado à pressa para que saia, não podemos deixar de avançar uma palavra sobre a inflação. Dos preços temos falado e bem temos procurado demonstrar o que todos sabemos: que os salários dos trabalhadores não são, de nenhum modo, responsáveis pela subida de preços, que os trabalhadores são as grandes vítimas do que alguns bem têm aproveitado. Pois afirmemos claramente, neste suplemento, que a primeira palavra que queremos deixar é sobre a urgente necessidade de se encontrar a definição — por todos nós — de um mínimo de salário para um viver digno. Sentimo-lo — hoje, às seis menos um quarto da madrugada de 29 de Abril — como o mote prioritário sobre todas as prioridades a deixar num suplemento de economia.

Com a economia escrita, pela primeira vez, com todas as suas oito letras!

Mas, também, com a exclusiva responsabilidade de uma assinatura, de um grande cansaço, de uma enorme alegria que a luta para a construção da esperança.

A INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES

A problemática do desenvolvimento industrial do País, a partir da década de cinquenta, passou a ter uma acuidade que, podemos afirmar, não teve paralelo em toda a vida nacional, dado que mobilizou as atenções gerais, desde o homem da rua às mais altas instâncias governativas.

No caminho percorrido em mais de vinte anos, difíceis foram, e continuam a ser, as etapas tendentes à integração do país no espaço económico europeu e, até mesmo, no espaço económico multinacional. As razões de ordem política que em parte têm entravado este processo, não merecerão, no momento, a nossa atenção, dado que consideramos mais relevantes os factores próprios que condicionaram e condicionam a realidade económica e industrial do espaço metropolitano.

Se considerarmos que os estudos de estruturas técnicas, administrativas e económicas não visam, desde há muito, as suas próprias fronteiras, na maioria dos países europeus, e que ultrapassaram o contexto organizativo interempresas a nível nacional, poder-se-á imaginar o caminho que nos falta percorrer quando se sabe que essas estruturas — administrativas, teóricas, financeiras e sociais — não atingiram sequer o seu «climax» em Portugal ao nível de empresa. Disso nos dava conta, salvo erro em 1967, o então ministro da Economia, após uma reunião da EFTA em Viena, ao afirmar: «... em Portugal há sectores industriais que há trinta anos andam a estudar a sua organização e ainda não chegaram a qualquer conclusão, a não ser a da sua ineficiência protegida.»

A partir daí, e até hoje, não se deixou de continuar a alertar que «a crise do nosso desenvolvimento económico reside na falta de infra-estruturas, da falta de motivação empresarial, da falta de técnicos e técnicas evoluídas...» etc., etc., etc. Em todos os tons, as mais diversas e autorizadas fontes o têm feito, afirmando com uma constância em que se adivinha uma luta, se nem sempre esclarecedora pelo menos tenaz, contra a rotina instituída, contra o individualismo ignorante, contra a aventura irresponsável.

No contexto industrial português, a indústria de confecções ocupa uma importância relevante, quer pelo que ela representa no quadro das exportações, quer ainda pelo seu rápido crescimento, materializado num aparecimento eruptivo de empresas do sul ao norte do país.

Antes de analisarmos a situação da indústria de confecções a nível da unidade, que o nosso peregrinar de dezasseis anos nos obriga a conhecer, queremos afirmar que conhecemos algumas empresas em que a organização é um facto, a rentabilidade, um factor de desenvolvimento, a expansão, uma realidade e **que, como tal são os esetios duma situação que a nível da actividade se pode considerar de excepção.** Contrariamente, **há aquelas que, mercê de situações especiais divorciados dos princípios anteriormente apontados, criaram o rosário das empresas infelizes que pesaram e continuam a pesar como valor negativo no desenvolvimento económico e social do país.**

ROTINA E IMPROVISAÇÃO

Mas quais os factores que determinaram essa situação vegetativa, cuja sobrevivência depende apenas do empréstimo bancário? Podemos afirmar que o denominador comum desse tipo de empresas é representado, invariavelmente, **pelo binómio rotina/improvisação.**

A rotina é o efeito duma política autoritária e individualista que não admite, e esmaga, todo o sintoma de organização, que viria a pôr a descoberto uma situação de erro que se não admite e cujas consequências se desprezam. A improvisação é a «lâmpada de Aladino» daquela mesma política autoritária e individualista, com que se procuram resolver, mal, os problemas do dia-a-dia, sempre mais caros, sempre mais numerosos, sempre mais complexos, sejam eles de ordem técnica, administrativa ou financeira.

Porque é olhada nestas sempresas a organização com uma desconfiança hostil, como algo que é preciso repelir? **Vários serão os factores inibitivos concorrentes para tal atitude, mas não andaremos longe da verdade ao afirmar que o principal será o desconhecimento.** Nada há mais difícil do que acreditar naquilo que se ignora ou no que se não compreende.

Sem dúvida que algumas experiências infelizes no campo da organização de empresas, que, ou não respeitaram a realidade em que iam actuar ou não avaliaram os meios que iam utilizar, foram e são ainda o «cavalo de batalha» de alguns descrentes. Mas seja qual for a razão, **se é que razão se poderá chamar a tal atitude,** a organização como técnica aplicada à vida da empresa, é questão «sine qua non» da sua própria sobrevivência.

Se analizarmos estas empresas como actividade «staff» (leia-se: estudo-consulta), verificamos:

a) Organigrama — não existe. Não está definido o corpo social da empresa; as atribuições, a responsabilidade, a autoridade, a acção dos níveis e dos sectores, da administração ao porteiro, são questões algo nebulosas e imprecisas.

b) Quadro sinóptico do pessoal — por força da inexistência do organigrama, também pertence ao «mundo dos impossíveis» e, como tal, a actividade de cada um dos elementos restringe-se à rotina, ao «empurrão», ao descontrôle.

c) Ficheiro de bens patrimoniais da empresa — pelo qual é possível avaliar os meios de produção, o nível de apetrechamento, de utilização, de valorização, como para os cálculos de reintegração aqui considerados como custos, também esta autêntica ferramenta de trabalho é desconhecida.

Se nos debruçarmos sobre o sector produtivo e serviços periféricos, igualmente verificamos:

1) Não existe o serviço de métodos e tempos e como tal é inexistente o ficheiro técnico de produtos fabricados, em tempos e termos operacionais.

2) Por força da alínea anterior, qualquer semelhança com um serviço de planificação e contrôle da produção é pura coincidência.

3) Os circuitos fabris e as linhas de produção, amarrados a esquemas de rotina, sem base organizativa tendente à sua completa utilização, representam perdas de produtividade **que se fixam em 40 por cento, chegando a registar-se valores superiores.**

4) A gestão de «stocks» restringe-se à obrigatoriedade, por lei, de manter inventários permanentes, mesmo verificando-se, não poucas vezes, autênticos estrangulamentos por «stocks» paralisados e por isso paralisantes.

Por
EDUARDO PINTO

Para concluirmos esta breve resenha daquilo que «não existe», resta-nos afirmar que um dos **maiores obstáculos** ao desenvolvimento económico e industrial do nosso país, e aqui a questão projecta-se muito para além da actividade de confecções, é a inexistência nas empresas dum serviço de «staff» de contrôle técnico-económico, alicerçado numa contabilidade analítica de custos. Referindo-nos a essa **verdadeira técnica de economia** industrial que foi uma das **bases do chamado milagre de recuperação da Alemanha depois da última guerra. Mas este assunto ficará para ocasião posterior.**

Prosseguindo na análise da «tal empresa», passamos, rápida e forçosamente, à questão da coordenação dos meios e dos fins da empresa, chamado também o plano de acção da empresa, que considerado em termos previsionais ou em termos efectivos de programação, será uma simples utopia.

Que resta então? Quais os efeitos de tão desastrosa situação? E como é possível manter tal estado de coisas?

O primeiro efeito de tal situação, deveria ser a insolvência a curto ou a médio prazo. Mas, uma benevolente política de financiamento da Banca, nem sempre, talvez, realista, tem permitido, através duma pseudo-expansão expressa apenas em termos de **venda/exportação, que não de resultados,** mascarar uma situação de crise latente.

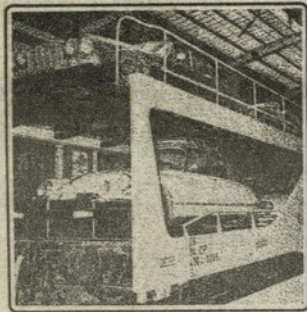
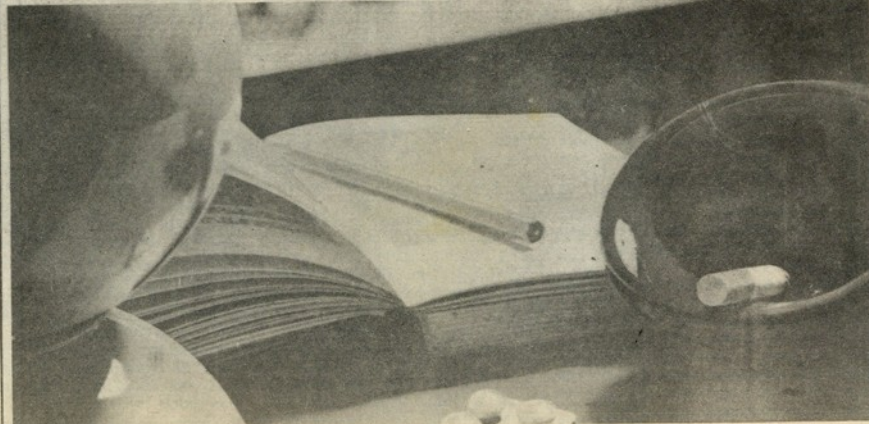
É uma situação análoga àquela porque passou há anos, a indústria têxtil algodoeira, quando da recessão do crédito bancário que atirou para a falência algumas empresas. Nessa altura em que tanto se escreveu sobre o assunto, «amarrou-se» também a banca ao pelourinho da culpabilidade, como agora poderá acontecer.

Sem termos a mínima ligação com a actividade bancária, **somos obrigados a reconhecer que então, como hoje, ela foi a impulsionadora de muitas realizações que,** de outra maneira, se confinariam à dimensão artesanal.

No entanto, tal como em 1966 o considerámos num **trabalho sobre contrôle técnico-económico da empresa** têxtil e de confecções, caberia à banca um papel muito mais decisivo no contexto da sua política de financiamento, e **uma mais decisiva participação** no desenvolvimento industrial do país, se cada banco possuisse o seu Gabinete de Estudo e Avaliação Técnico-Económica, por intermédio do qual lhes seria possível condicionar de uma maneira mais exacta a sua acção e prestar às empresas suas clientes um apoio que, corrente nos chamados países desenvolvidos, constituiria um decisivo instrumento de orientação administrativa e económica.

A avaliação das possibilidades duma empresa industrial **tem de ultrapassar o julgamento da sua situação financeira dada através das massas do balanço, já porque este representa uma posição num dado momento e por isso estática, já porque não traduz as potencialidades utilizadas ou a utilizar.** Por outras palavras, é indispensável o conhecimento perfeito dos meios de exploração da empresa e do nível **da sua gestão para julgar se os capitais postos à sua disposição vão ser um meio de investimentos, tendentes a uma maior expansão da sua capacidade produtiva e de serviços, ou, contrariamente, representarão um aumento, puro e simples, do seu Passivo Exigível, motivado em uma situação de desesperada insolvência.**

Facilmente se conclui que haveria uma canalização do crédito bancário para um sector característico da indústria, ao mesmo tempo que se evitaria a delapidação irresponsável de capitais, tão preciosos como necessários em criteriosas aplicações. Este procedimento viria a obrigar, por sua vez, a que os responsáveis de algumas empresas tivessem de reconsiderar a sua política administrativa, para as integrar em estruturas tecnicamente **válidas, capazes de responder** às solicitações do meio em que iriam operar.

Julgamos assim ter dado uma panorâmica da situação de uma parte da indústria de **confecções** e de alguns dos **factores que a condicionam, e um alvitre sobre a política de crédito bancário,** que não constituindo uma novidade, viria a modificar, de facto, o panorama da economia nacional.

BALANÇO DA NO PLAN

Antigo director-geral do Banco Rotschild, filho e representante parlamentar de um departamento de pequena exploração agrícola, animador da famosa conferência de Grenelle em Maio de 1968 Pompidou teve uma acção económica e social que ficou assinalada por essas três referências Para ficarmos com uma ideia bastante completa das suas opções, basta acrescentar que, sucessor do general de Gaulle, continuou em parte a acção deste (no Plano, por exemplo), mas em parte inflectiu também a política do seu antecessor (nomeadamente no que se refere ao alargamento da Comunidade Económica Europeia aos britânicos) Em matéria monetária, as suas orientações foram inseguras, oscilando entre um empirismo que propendia para concessões aos associados europeus (e, portanto, aos Estados Unidos) e um resto de doutrina gaullista, sublinhando o papel insubstituível do ouro

A industrialização do país foi uma das linhas dominantes da campanha eleitoral de Pompidou em 1959, tal como dos trabalhos preparatórios do VI Plano Face à concorrência internacional, cada vez mais forte, o antigo banqueiro, tornado presidente, optou pela confiança no dinamismo dos industriais, pedindo-lhes simplesmente que elevassem as suas empresas a uma dimensão europeia Foi em larga medida escutado, pois, sob a sua presidência, grandes grupos surgiram, muitas vezes com a bênção dos poderes públicos: Saint-Gobin — Pont-à-Mousson, Pechiney-Ugine-Kuhlman, Creusot-Loire, B S N — Gervais-Danone Os estaleiros navais concentraram-se, simultaneamente, o mesmo se passando com as grandes companhias marítimas Em Fos, Pompidou conseguiu até que a Usinor viesse auxiliar a sua rival, Wendel-Sidelor

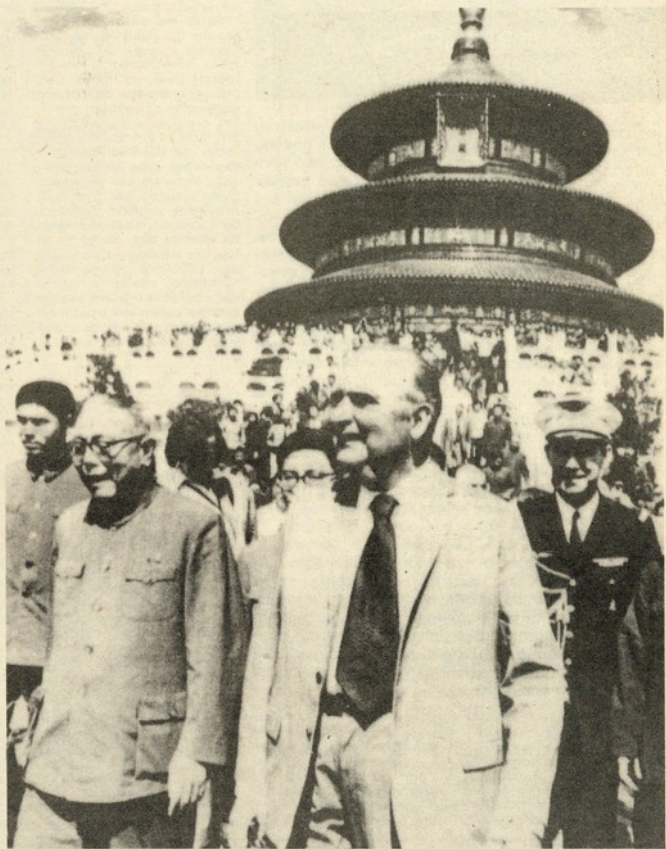
Rompendo com a política nacionalista de Michel Debré, Pompidou deixou entrar os capitais estrangeiros: Fiat na Citroën, Moneywell na Bull, Hoechst na Roussel, Nestle na Oreal Uma excepção: a Westinghouse, a quem foi recusada a implantação em Jeumont-Schneider A Bolsa, que não chorou pelo general de Gaulle, lamentará decerto o seu sucessor

Contudo, se a produção industrial progrediu de 37 por cento em cinco anos, levando a França a ganhar vários lugares no palmarés mundial das grandes potências, os sectores que o Plano queria privilegiar não foram os que mais se desenvolveram: facto que limita hoje gravemente a capacidade francesa de exportação, a despeito das duas desvalorizações do franco operadas desde 1969

OS CAMPONESES E OS DESERDADOS DA FORTUNA

Defensor da pequena exploração agrícola — **necessária ao equilíbrio do país** — Pompidou cumpriu as promessas do seu célebre discurso de Aurillac. Não só se opôs à adopção do «plano Mansholt» de eliminação das pequenas explorações, como multiplicou as iniciativas tendentes a auxiliar os pequenos camponeses decididos a ir para a frente: empréstimos de modernização, créditos para a criação de gado, apoio à agricultura de montanha. E sobretudo conseguiu, por uma constante pressão diplomática francesa em Bruxelas, elevação substancial dos preços agrícolas, que se traduziu por um aumento importante do nível de vida rural: cerca de 10 por cento por ano, em média, nestes últimos anos. Se a «paridade» do poder de compra com o mundo urbano não se tornou uma realidade para a maioria dos camponeses, certo é que a distância se reduziu, pois uma concertaçãoperiódica entre o Governo e os dirigentes do sindicalismo agrícola permitiu fazer, ao mesmo tempo, as contas sem polémicas e definir discretamente as prioridades.

Esta mesma filosofia levou Pompidou a cumprir as suas promessas a favor das pessoas idosas (mais 44 por cento de reforma mínima, em valor real, em cinco anos), como em benefício dos pequenos assalariados (mais 28 por cento sobre o salário mínimo real entre 1969 e 1974, contra 22 por cento para o salário operário médio) e dos diminuídos físicos.

Triplamente derrotado no plano social quando primeiro-ministro (greve dos mineiros, em 1963, malogro da conferência dos rendimentos no ano seguinte, impasse quanto aos salários do sector público), o presidente da República garantiu a mensalização dos salários, e desenvolveu a

concessão de acções aos operários, primeiro na Renault e depois nos bancos e seguros. Contribuiu para a melhoria das condições de trabalho dos O.S. (operários não qualificados) e preparava-se para efectivar o famoso «contrato de progresso» prometido ... há três anos. Em compensação, a política contratual seguida por Chaban-Delmas com os sindicatos, nomeadamente no sector público, recebeu um apoio limitado: na verdade, Pompidou era sensível às críticas dos parlamentares da maioria, que receavam ver o Parlamento destituído das suas prerrogativas em matéria de orientação dos rendimentos.

A «acção social» de Pompidou teve sempre um aspecto um tanto reticente: a participação dos trabalhadores na orientação da empresa tornou-se sob a sua égide, participação sobretudo financeira, aliás, modesta; o auxílio aos trabalhadores que recebem o salário mínimo, não foi acompanhada por uma política de rendimentos repressora da especulação, limitadora das altas remunerações no sector privado ou impeditiva da fraude fiscal (nomeadamente por parte dos não-assalariados); a distribuiçãodos «bidonvilles» não impediu as circulares Fontanet-Marcelin de organizarem a selecção dos imigrados... A actual contestação social, embora ligada à alta dos preços, não tem só a inflação por causa.

O pensamento de Pompidou foi muito menos claro, quanto à planificação e à moeda. Hostil aos que queriam desvitalizar o VI Plano — **um plano sem números não é um plano!**, repetia o presidente da República — permitiu sem pestanejar que a economia se afastasse da selectividade, cujas virtudes eram celebradas pelo Comissariado do Plano. Em Janeiro, convidou o comissário do Plano a preparar um ousado plano interino; mas não levou a peito a aplicação deste programa.

De igual modo, em matéria monetária, Pompidou decidiu, em Agosto de 1969, a desvalorização do franco que dois meses antes tinha condenado; aceitou em 1972-73 a flutuação da libra e da lira, que anteriormente tinha conside-

ACÇÃO DE POMPIDOU
IO ECONÓMICO

Por GILBERT MARTHIEU
Exclusivo "Le Monde"- "DL"

ado contrária às regras la Comunidade Euro-eia; aderiu parcialmen-e, no Verão passado, às aridades **fixas mas ajus-áveis**, até então conside-adas contraditórias com a doutrina monetária rancesa; finalmente, em laneiro, aceitou deixar «flutuar» o franco, so-ução até então qualifica-la de abandono...

Parece que Pompidou inha ideias feitas sobre im certo número de te-nas económicos, mas muitas hesitações sobre os outros. Aquilo que a doutrina não resolvia, deixava que fosse o empirismo a regular. Atitude que provocou a lassidão em muitos domínios. É certo que isto lhe valeu alguns êxitos, mas também o mais grave erro de apreciação: a minimização do perigo inflacionista, como, aliás, teve a honestidade de reconhecer na sua última conferência de Imprensa.

OS PROBLEMAS EM SUSPENSO

A situação económica da França, após a morte do presidente Pompidou, é dominada por quatro grandes problemas: a inflação, os conflitos sociais, as ameaças de desemprego e o «deficit» exterior. Além disso, há vários «dossiers» industriais importantes em suspenso, enquanto um certo número de reformas sociais ficaram inacabadas.

INFLAÇÃO — A alta dos preços atingiu, nestes últimos três meses, o ritmo record de 15,6 por cento por ano. Calculada por um ano efectivo, foi de 11,5 por cento (de Fevereiro de 1973 a Fevereiro de 1974). O aumento do preço do petróleo não explica tudo: representa apenas um terço da alta de 1,3 por cento registada em Fevereiro (e metade do total se tivermos em conta o conjunto dos dois primeiros meses do ano).

Por isso, o Governo endureceu recentemente a política contratual em matéria de preços com os industriais e os serviços (nomeadamente os comerciantes). Os acordos por sectores deverão ser discutidos nas próximas semanas. Os arrendamentos foram bloqueados durante o primeiro semestre: irão aumentar novamente em Julho? Em matéria de tarifas públicas, já não prevalece a política de «verdade dos preços»; o Poder limita ao máximo as altas; o orçamento do Estado deverá tomar a seu cargo as quebras de receitas que daí resultarão para a **RATP** (transportes colectivos de Paris), cujas tarifas permaneceram inalteradas, e para a **S. N. C. F.** (caminhos-de-ferro franceses), que teve de se limitar a uma subida das suas tabelas de apenas 7,5 por cento. Para limitar a incidência das altas no orçamento dos franceses, Messmer anunciou uma baixa da TVA dentro de seis meses. Será antecipada?

SALÁRIOS E CONFLITOS SOCIAIS — A vontade do Governo de conter até ao fim do ano a projecção das remunerações nos limites do aumento dos preços (enquanto o poder de compra operário aumentou o ano passado 6,8 por cento em média) depara com a hostilidade dos sindicatos, decididos a desapertar este «açaimo salarial». A acção reivindicativa é tanto mais viva, como o testemunha a multiplicação dos conflitos sociais quanto é certo que os sindicatos receiam, a partir do Verão, uma degradação da situação do emprego capaz de refrear as reivindicações salariais.

EMPREGO — Sem ser boa — visto que o número de pedidos de emprego não satisfeitos (mais de 450 mil no fim de Fevereiro) ultrapassa em 15 por cento o nível do ano passado — a situação do emprego não se degradou globalmente nos últimos dois meses. Contudo, isto mascara em vários sectores (nomeadamente na aeronáutica e no automóvel) dificuldades que se traduzem por supressões de empregos (perto de mil em 1974, na SNIAS) e um agravamento do desemprego parcial menos de quarenta horas por semana).

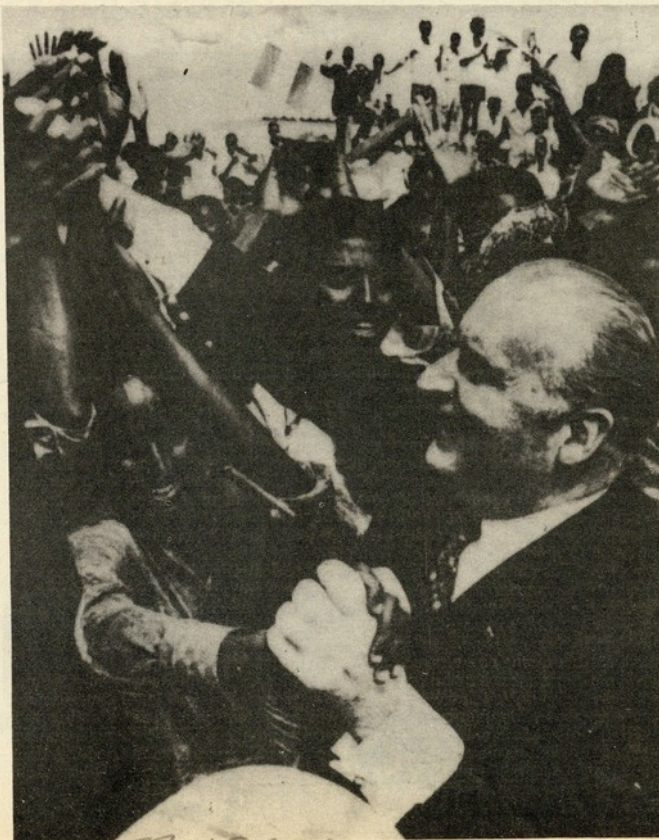
AS REFORMAS INACABADAS — Para tentar reduzir os efeitos da aceleração da inflação sobre as categorias mais modestas, o Governo dispunha-se a aplicar uma política de «contratos de progresso» prometida há mais de três anos pelo presidente da República. Além disso, devia examinar, precisamente na semana em que Pompidou faleceu, um projecto de lei a favor dos diminuídos físicos, cuja necessidade fora posta em evidência há seis anos pelo relatório que o próprio Chefe de Estado pedira a Bloch-Laine. Uma reforma do financiamento da Segurança Social ia igualmente ser proposta ao Parlamento, antes de 1 de Junho.

CRESCIMENTO MAIS MODERADO — A produção industrial francesa continua a crescer, mas a um ritmo mais lento que o ano passado: mais 3 por cento por ano de Outubro de 1973 a Fevereiro de 1974, contra 6 por cento de Abril a Outubro do ano passado. No entanto, conta o altíssimo nível de actividade atingido nos fins de 1973, os resultados actuais são bons, dado que o crescimento tem sido estimulado, desde o princípio do ano por uma forte procura estrangeira. Para não perturbar exageradamente as firmas que lutam com problemas de tesouraria, o Governo moderou ligeiramente as restrições de crédito; mas a sua concessão continuará bastante restrita durante o segundo semestre.

INQUIETAÇÃO COM AS TROCAS EXTERNAS — O encarecimento do petróleo vai fazer passar o montante das importações da França, neste sector, de 15 biliões de francos em 1973 para 45 biliões este ano. Tendo em conta o excedente das trocas em 1973 e as economias de energia pedidas ou impostas às empresas e aos particulares, **o deficit** da balança comercial francesa deverá limitar-se a 18 biliões de francos este ano. Para suprimir os efeitos deflacionistas de tal função, o Governo encorajou abertamente as firmas francesas a recorrerem ao empréstimo no mercado dos eurodólares. Do mesmo modo, para manter as reservas da França, que representam apenas dois meses de importações, o Tesouro pediu 1,5 biliões de dólares emprestados nos mercados estrangeiros e encorajou diversos estabelecimentos públicos a alcançarem um empréstimo equivalente.

O Governo decidiu em Janeiro deixar «flutuar» o franco para não ter de continuar a apoiar a cotação da moeda (no quadro da «serpente» prevista pelo acordo monetário europeu) e para reduzir a quebra das reservas. O prazo anunciado termina em Julho: será mantido?

OS «DOSSIERS» INDUSTRIAIS — Além do futuro da produção automóvel, que os poderes públicos esperam venha a ser menos sombrio do que se pensava no princípio do ano, dois outros problemas preocupam o Governo: o destino da aeronáutica, que tem de fazer face ao malogro comercial do **Concorde** e ao abandono de certos projectos (Mercure), e o futuro da marinha mercante, atingida no imediato pelo desarmamento do **France**.

Inversamente, as indústrias que participam na construção das centrais nucleares (mecânica pesada, grande construção eléctrica, e, a menor título, engenharia civil) vão ver as suas encomendas aumentar grandemente.

EM FRANÇA: CONSEQUÊNCIA DA MODERNIZAÇÃO NO SECTOR BANCÁRIO

Se exceptuarmos 1968, a recente paralisação dos bancos franceses foi a primeira de grande envergadura desde 1957. É que os progressos da centralização mecanográfica tornam espectaculares as suspensões parciais de trabalho em centros «vitais» como os dos ordenadores.

As administrações quiseram, nestes últimos anos, transformar os grandes estabelecimentos tradicionais em bancos «para todo o serviço»: crédito pessoal, investimento industrial, imobiliário, operações internacionais, além de todas as outras fórmulas imaginadas para atrair a clientela.

Numa atmosfera de concorrência desenfreada na corrida aos «guichets» e na caça aos depósitos, multiplicaram-se as «alianças» espectaculares e os casamentos financeiros mais complicados que se possam imaginar. Este fervilhar de actividade, estimulante e enriquecedor para os quadros superiores, traduziu-se por um empobrecimento das tarefas ao nível da execução.

Para permitir a expansão e a transformação dos estabelecimentos, foi necessário recrutar em massa jovens. No Crédito Lionês, os efectivos dobraram em seis anos, e 50 por cento do pessoal tem menos de vinte e cinco anos. Paralelamente, efectuou-se a passagem para a informática. Ora, o que a máquina ainda não fez é tremendamente insípido e fastidioso. Estas tarefas «residuais» poderiam até ser efectuadas por mão-de-obra imigrante, não fosse a barreira da língua e o mínimo de bagagem intelectual necessária. Alguns admitem, por outro lado, que tais tarefas poderiam em parte ser confiadas a reformados ou a mulheres com mais de quarenta anos que regressem ao trabalho depois de criados os filhos.

Conclusão de um sociólogo: a banca já não responde às aspirações dos jovens «colarinhos brancos» que não querem dedicar-se a um trabalho irracionalmente fastidioso. Entre os jovens, foram as mulheres as primeiras a aperceberem-se desta «degradação».

Como remediar o cansaço e a decepção dos servidores da máquina? Será uma questão de remuneração? Em parte apenas. É necessário imaginar compensações ao nível da qualidade da vida: horários variáveis, enriquecimento das tarefas (será possível?), melhorias diversas. Seria dispendioso e, sobretudo, difícil de aplicar.

O MAL-ESTAR DOS QUADROS

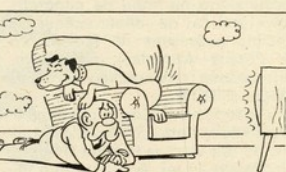
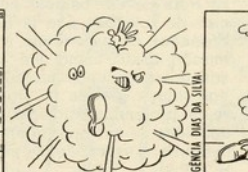
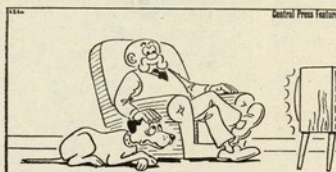
Por outro lado, os «pequenos chefes» já não sabem — ou já não podem — mandar, e muitos deles praticam, como em 1968, a fuga para a frente, solidarizando-se com as suas «tropas» insurrectas. O fenómeno é evidente no Crédito Lionês. O estabelecimento fundado em 1863 por Henri Germain, manteve durante muito tempo, depois da sua nacionalização em 1945, um aspecto conservador e bastante paternalista paralelamente a uma compartimentação e uma gestão moderna. Os quadros passaram, a partir de certa altura, a pôr violentamente em causa os métodos de gestão e a própria personalidade dos dirigentes, nomeadamente do director-geral e do presidente.

Este último, François Bloch-Lainé, inspector-geral das Finanças designado para a presidência do Crédito Lionês, em 1967, por Michel Debré, então ministro das Finanças, para pôr fim a uma situação inextrincável e a um difícil problema de sucessão, vê-se hoje, passados sete anos, fortemente embaraçado. Encontra no seio dos quadros médios e superiores uma oposição bastante forte, cujas motivações são muitas vezes contraditórias.

E neste clima agitado que Bloch-Lainé tenta dominar as forças que se debatem. Talvez tenha subestimado a capacidade de transformação no interior do estado-maior de um banco, que, apesar da nacionalização, conservou boa parte das características anteriores. Talvez a crise revele também os defeitos de um sistema dominado pela concorrência absurda e exasperada de três grandes estabelecimentos «nacionais», sem contarmos com o Crédito Agrícola, o que acentua as dissensões internas.

O ministro das Finanças pressionou demasiado no sentido da descentralização, provocando descontentamentos. Ainda recentemente, Giscard d'Estaing expressou, em termos muito vivos, o seu descontentamento com os banqueiros — nomeadamente com os dirigentes dos bancos «nacionalizados».

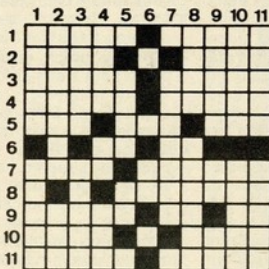
FRANÇOIS RENARD

O motor de explosão a gasolina será substituído em breve pelo motor eléctrico? É o que deixa supor este protótipo fabricado pela American Motors. Os serviços dos correios dos Estados Unidos já encomendaram trezentos e cinquenta veículos, que começarão a ser entregues em fins do próximo ano. O corte permite ver o sistema de propulsão eléctrico

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 10770

HORIZONTAIS:

1 Tolera. Apstar ao jogo.
2 Espectaculo. Tempo do verbo ser. Mamifero ruminante tambem chamado rangifer.
3 Diz-se de um acido orgânico azotado que se encontra nas urinas em pequenas quantidades. Tempo do verbo ir.
4 Baus. Fundadora de Cartago.
5 Pequeno sinio do Brasil. Oasis. Figura que simboliza o povo americano
6 Carta de jogar. Concede.
7 Regaço. Coelho pequeno.
8 Labutaras.
9 Homicidio. Erbio (s.q). Post scriptum.
10 Prendei come elos. Artigo definido. Grande cão de fila.
11 Nivelar. Atraiçoas.

VERTICAIS:

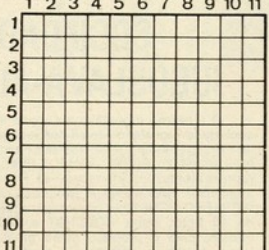
1 Recuas. Consumir (fig).
2 Eirado. Ole.
3 Exclusiva. Salterios.
4 Origem. Preposição e artigo definido. Irmã da mãe.
5 Sufixo que designa abundância (pl). Vê.
6 Cinquenta e um em romano.
7 Realidade.
8 Terras nova e arroteada de fresco. Aguçar.
9 Redimis. Viração. Nota musical.
10 Velha. Tirai (pop).
11 Tocam de leve. Restos mortais.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 6928

HORIZONTAIS:

1 Sova (pop). Titulo que toma em Inglaterra o herdeiro presuntivo da Coroa desde o seculo XIII.
2 Nome de letra. Pronome possessivo.
3 Caluniar.
4 O mais. Catedral. Prefixo de negação. Rio da Russia.
5 Estacione. Cure.
6 Sorte. Flautas.
7 Graça. Rio de Italia. Sufixo que designa pequenez.
8 Casta. Mova os remos.
9 O mesmo que arola. (caranquejo).
10 Nesse lugar. Põe so. Berilo (s.q).
11 Vexa. Virgulas dobradas.

VERTICAIS:

1 Calhaus. Mentiroso (fig).
2 Batraquio. Atar. Prefixo de negação.
3 Povoação do concelho de Condeixa. Amofinas.
4 Atravesses. Tombar.
5 Catedral. Ensejo.
7 Cento e um em romano. Conjunto das petalas de uma flor.
8 Domestica. Pronome pessoal (pl).
9 Ver. Aviva.
10 Pronome pessoal. Louco. Bario (s.q).
11 Muito gorda. Contemplas.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 10769

HORIZONTAIS

1 Maçar. Ecoar.
2 An. Macia. DO.
3 Taco. Osso.
4 Atoram. Alma.
5 Rana. Ca.
6 It. Coiro.
7 Alda. Sai.
8 Ondeado. Al.
9 Rio. Gostoso.
10 Oc. Parais.
11 Solas. Lado.

VERTICAIS

1 Matar. Toros.
2 Anatai. Nico.
3 CONTADO.
4 Amora. Le. Pa.
5 Ra. Adagas.
6 COME. Ador.
7 Eis. Osa.
8 Casacos. Til.
9 O. Olaia. Osa.
10 Ad. Rias.
11 Romano. Lobo.

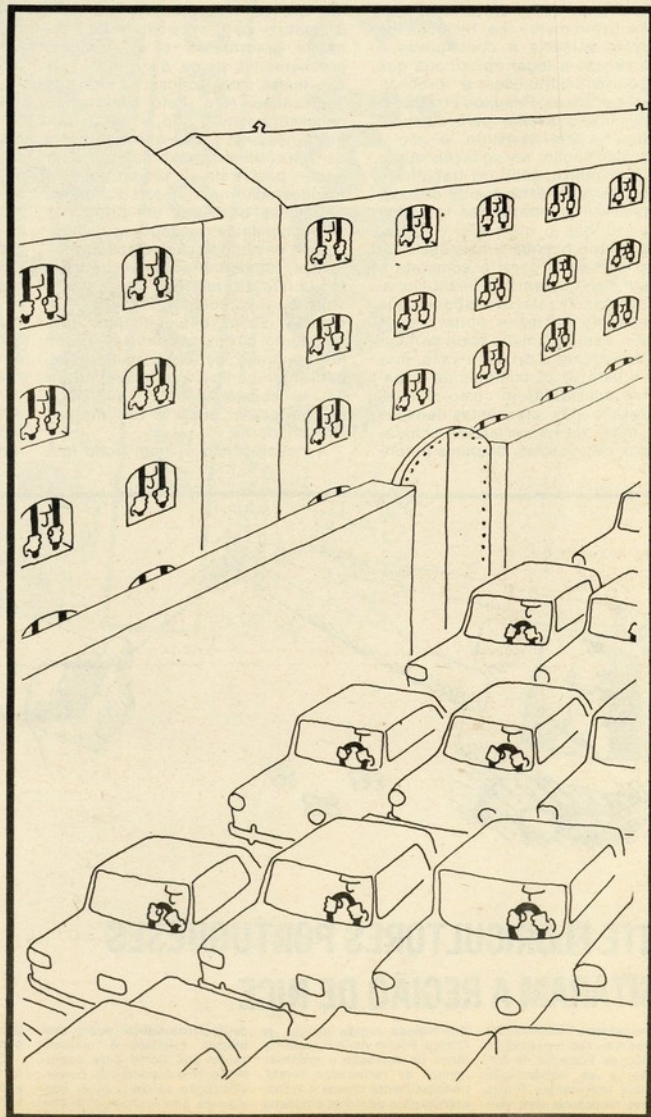
SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 6927

HORIZONTAIS

1 Pura. Quer.
2 Are. Pai. Ano.
3 MD. Marta. Ti.
4 Pia. Ro. Pará.
5 Aro. As.
6 Atum. Ceira.
7 Amor. Contar.
8 Sa. Arda.
9 As. Lista. Si.
10 Diz. Toa. Som.
11 Orago. Resma.

VERTICAIS

1 Pampa. Amado.
2 Urdiram. Sir.
3 Re. Aotos. Za.
4 Ural.
5 Param. Ito.
6 Paros. Caso.
7 It. Cortar.
8 Aprenda.
9 Ua. Ita. SS.
10 Entrara. Som.
11 Roia. Arrima.

PROVÉRBIO DE CONTADO, COME O LOBO.

Actividades económicas

DIREITO À GREVE? "QUEM NÃO DEVE, NÃO TEME!"

Os sindicatos portugueses signatários de um documento publicado em 27/4/74, com 14 reivindicações que entendem «imediatas, fundamentais e intransigentes de todos os trabalhadores» (e referidas como prosseguindo na linha de concretização prática de declarações de princípio expressas no Movimento das Forças Armadas), defendem, dentro essas reivindicações, o DIREITO À GREVE.

Ao examinarmos os procedimentos utilizados para a solução de conflitos de trabalho na Europa Ocidental constata-se ter sido um tanto ingénua e excessivamente optimista a opinião de que o único meio para o estabelecimento de relações de trabalho estáveis e construtivas é uma estrutura legal apropriada que prescreva instituições e procedimentos eficazes. Resultou errada esta opinião, a avaliar pelo aumento a que se tem assistido, e não a uma diminuição, da agitação obreira, das interrupções do trabalho e de outras manifestações de descontentamento por parte dos trabalhadores. E que o meio não é único; e isso não obstante a existência de uma legislação geral e completa e de um marco altamente institucionalizado para as relações laborais que se observa na maior parte desses países. Este fenómeno pode parecer surpreendente à primeira vista, mas não o será se os conflitos de trabalho se considerarem como simples expressão das crescentes tensões que imperam na sociedade ocidental dos nossos dias. Disputas e conflitos surgem onde as pessoas vivem e trabalham umas ao lado das outras, incluindo o próprio seio da família. Vivemos numa época em que a autoridade tradicional é posta em juízo em todo o lado, em que se trata de estabelecer novas normas de relações que já não estão baseadas na autoridade e na submissão, assim como que «ad hoc», sem qualquer fundamentação e inteligibilidade, plenas de rigor formal e de pretensão eficiente, mas esquecidas de que se dirigem a trabalhadores; e estes são, antes de tudo, HOMENS.

Ao examinar os conflitos de trabalho não se lhes deve dar carácter dramático. As greves são frequentemente deformadas e exageradas, apresentadas como distúrbios graves, quase catastróficas, na vida das sociedades. Não. Pelo menos não necessariamente. São, a nosso ver, um fenómeno social que nada tem de extraordinário nem de surpreendente, pois trata-se tão-só de uma manifestação natural de sociedades pluralistas baseadas em princípios de economia de mercado, na competição e na negociação colectiva.

Mas, também a nosso ver, o mesmo já não dizemos das «greves selvagens» (não controladas pelos sindicatos). Essas, que enchem de tanto gáudio certos capitalistas, serão já prenúncio de algo mais grave, pois significarão o anarquismo sindical, a deslocação para o pior lado do verdadeiro suporte das massas trabalhadoras.

A questão não é, nem pode ser, a de saber como se devem evitar as greves, recorrendo a meios unilaterais do poder económico ou político; mas sim a de saber como atacar as suas causas a fim de lhes dar solução da forma mais adequada, ao menor custo possível para a sociedade, mas sem infringir os direitos humanos fundamentais dos trabalhadores.

Se quem detém o poder político ou económico tem a consciência de que os direitos fundamentais dos trabalhadores são respeitados, seja optimizando as relações industriais nas empresas, seja redistribuindo com justiça — o que para tanto bastará ter verdadeiros e humanos gestores na direcção dessas empresas — e de que a paz social é efectivamente procurada e não iludida e substituída pela astúcia e pela ganância, pergunta-se: porque não dar aos trabalhadores porventura a melhor e única «arma» de que dispõem para a sua defesa?

Partindo deste pressuposto e da definição de Sindicato Livre, entendemos que a reivindicação dos sindicatos signatários do documento publicado, quanto ao Direito a Greve, se coloca numa perspectiva autenticamente sindicalista.

Por parte de quem detém o poder económico e usando do velho ditado de que «quem não deve não teme», não descortinamos razão para se lhe opor. A menos que a incompetência para gerir se erija em regra...

S.M.

SOCIEDADE JUGOSLAVA-ALEMÃ

O Governo jugoslavo autorizou a fundação de uma sociedade jugoslavo-Alemã com o nome «JUGOREMEDIJA» em Zrenjanin. Os sócios são o complexo agro-industrial jugoslavo SERVO MIHALJ, Zrenjanin, com 51 p, a representante dos interesses da Farbwerke Hoechst na Jugoslávia JUGOHEMIJA, Belgrado, com 11 % e a FARBWERKE HOECHST, da boa cooperação existente, há mais de 10 anos, entre HOECHST e SERVO MIHALJ. Em relação com o projecto estão previstos investimentos totais de vários milhões de marcos nos próximos 2-3 anos. O projecto visa à ampliação da fábrica de medicamentos de SERVO MIHALJ, que produz na Jugoslávia especialidades farmacêuticas segundo processos Hoechst e com matérias-primas da empresa alemã ocidental.

Actualmente SERVO MIHALJ já produz cerca de 25 preparados farmacêuticos em diferentes apresentações, com a marca Hoechst. Além disso, SERVO MIHALJ possui uma instalação para a produção do sucedâneo de sangue Haemaccel da Behringwerke Marburgo. O «marketing» está a cargo da firma JUGOHEMIJA.

VINTE FLORICULTORES PORTUGUESES VISITARAM A REGIÃO DE NICE

Regressaram a Lisboa 20 floricultores que, sob o patrocínio do Fundo de Fomento da Exportação, e em colaboração com duas importantes firmas francesas realizaram uma visita de carácter técnico àquela privilegiada região do sul da França. Foram visitados laboratórios de selecção e melhoramentos de variedades florais, principalmente cravos e rosas, explorações de flores em plena produção e assistiram a uma conferência-debate sobre problemas relativos à normalização das flores para exportação. Nos aspectos de comercialização foi-lhes dado ocasião de contactarem com produtores individuais e cooperativos, ambos virados para a exportação.

Entretanto, nos últimos dias foi evidente a intenção de não exportar todas as flores de Portugal. Elas ficam tão bem nos canos das espingardas! ...